

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



Relatório de Estágio na *AYR Consulting*:

Discussão de Aspectos Relevantes para a Tradução

Pedro Gabriel Bobela Gomes de Almeida Rocha

MESTRADO EM TRADUÇÃO

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



Relatório de Estágio na *AYR Consulting*:

Discussão de Aspectos Relevantes para a Tradução

Pedro Gabriel Bobela Gomes de Almeida Rocha

Relatório orientado por:

Professora Doutora Madalena Colaço

MESTRADO EM TRADUÇÃO

2013

Agradecimentos

À Professora Madalena Colaço, minha orientadora de Relatório, pelo apoio contínuo, pela disponibilidade demonstrada e pelas valiosas sugestões no sentido de melhorar este Relatório.

Ao supervisor do Estágio e restantes colaboradores da *AYR*, pelas condições proporcionadas para a realização do estágio.

Resumo

Este Relatório tem por objectivo a discussão de questões linguísticas que se levantaram no decurso do estágio profissional realizado na *AYR Consulting*, cuja realização constitui uma das condições necessárias para a obtenção do grau de mestre em Tradução. As questões tratadas, de carácter lexical, sintáctico e relacionadas com formas de tratamento, têm por base os textos traduzidos durante o referido estágio.

A análise casuística, em que recai a parte essencial deste Relatório, é precedida, por um lado, de uma explanação sobre certos aspectos teóricos relacionados com a tradução, com relevância directa para o *corpus* examinado, e, por outro lado, de uma caracterização dos textos trabalhados, no que à função, tipo e género textual diz respeito.

Espera-se, assim, conseguir demonstrar a importância prática de noções de cariz teórico tais como as noções de equivalência, de diferença entre tradução e correspondência, de funções textuais, entre outras, bem como a utilidade de uma descrição, prévia à actividade da tradução, dos textos de partida.

O trabalho em questão procura igualmente demonstrar que as características associadas a determinados géneros de texto, nomeadamente as do texto técnico, não são rígidas, admitindo a presença de marcas associadas tradicionalmente a outros géneros. Essa caracterização “híbrida”, por assim dizer, permitirá o uso de estratégias de tradução adequadas a cada caso em concreto. No âmbito específico da tradução técnica, o Relatório procura evidenciar a importância do estabelecimento de um critério de escolha das estratégias de procedimentos de transferência lexical a adoptar, bem como a utilidade da construção de glossários.

Por fim, salienta-se igualmente o papel, nos textos escritos por falantes não-nativos dessa língua, da interferência da língua materna no próprio texto de partida e das dificuldades que essa interferência pode colocar ao tradutor.

Palavras-chave: questões lexicais; questões sintácticas; tipos de texto; géneros de texto; tradução *versus* equivalência

Abstract

This report aims to discuss the linguistic issues that arose in the course of the professional internship which took place at *AYR Consulting* and constitutes one of the requirements for the award of the master's degree in Translation. The matters discussed, based on the texts translated during the aforesaid internship, were of lexical and syntactic nature and also related to forms of address.

The main part of the Report is focused on the case-by-case analysis. This analysis is preceded, on the one hand, by an explanation over certain theoretical aspects related to translation which are directly relevant to the examined corpus, and, on the other hand, by a description of the texts worked on, as far as textual functions and types are concerned.

The purpose is to demonstrate the practical importance of theoretical concepts such as equivalence, the difference between translation and correspondence, textual functions, amongst others, as well as to establish the usefulness that derives from the timely description of the source texts.

The work in question also aims to demonstrate that the features associated with certain types of texts, namely the technical text, are not rigid, as they admit features traditionally associated with other types. This hybrid characterisation, so to speak, will allow the use of translation strategies suited for each specific situation. Within the scope of technical translation, this Report intends to illustrate the importance of setting criteria for the choice of strategies concerning procedures of lexical transference, and of the creation of glossaries.

Finally, we highlight the role that interference of the mother tongue plays in the creation of source-texts written by non native speakers, as well as the difficulties that it may pose for the translator.

Key words: syntactic matters; lexical matters; types of text; genres of text; translation versus correspondence

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Caracterização do estágio	3
Capítulo II: Considerações gerais sobre a tradução	5
1. Escolas de pensamento	5
2. Funções do texto	9
3. Sequências textuais	10
4. Tradução literal	14
5. A questão da equivalência/correspondência	15
6. Modalidades de tradução	16
6.1. Tradução técnica	17
6.2. Tradução científica e tradução técnica: diferenças	20
6.3. Tradução literária	21
6.4. Tradução de outros tipos de texto: o texto publicitário	23
Capítulo III: Características dos textos trabalhados	25
1. Introdução	25
2. Descrição dos textos trabalhados	25
2.1. Textos dos sítios <i>web</i>	27
2.1.1. Caracterização	27
2.1.2. Sequências textuais	28
2.1.3. Funções textuais	34
2.1.4. Géneros textuais	35
2.2. O texto “ <i>Marketing</i> ”	36
2.2.1. Caracterização	36
2.2.2. Sequências textuais	36
2.2.3. Funções textuais	38
2.2.4. Géneros textuais	39
2.3. O texto “ <i>Mansfield Park</i> ”	39

2.3.1. Caracterização	39
2.3.2. Sequências textuais	40
2.3.3. Funções textuais	40
2.3.4. Géneros textuais	40
3. Nota complementar	40
4. Conclusão	42
Capítulo IV: Questões linguísticas decorrentes da tradução dos textos	43
1. Questões lexicais	43
1.1. Terminologia	43
1.1.1. Introdução	43
1.1.2. Termos: definições	43
1.1.3. Procedimento de tradução adoptado	44
1.1.4. Análise de problemas	45
a) Opção do cliente	45
b) Pesquisa em recursos da especialidade	50
c) Solução nossa	55
1.2. Processos de transferência lexical	56
1.2.1. Noção de transferência: empréstimo, estrangeirismo e importação	56
1.2.2. Outros procedimentos de transferência lexical	57
1.2.3. Análise dos casos	58
1.2.4. Processos de integração dos estrangeirismos	62
1.3. Fraseologias	71
1.3.1. Introdução	71
1.3.2. Concepções	71
1.3.3. Análise de casos: fraseologias especializadas	73
1.3.4. Análise de casos: fraseologias não especializadas	75
1.3.5. Conclusão	79
1.4. Colocações	79
1.4.1. Conceito	79
1.4.2. Distinção em relação a categorias próximas	80
1.4.3. Análise de casos	81
1.4.4. Conclusão	84
1.5. Metáforas	84
1.5.1. Conceito	84
1.5.2. Esquemas imagéticos	85

1.5.3. Mapeamentos	85
1.5.4. Análise de casos	85
1.5.5. Conclusão	89
1.6. Falsos amigos	91
1.6.1. Introdução	93
1.6.2. Análise de casos	91
1.6.3. Erros no texto de partida provocados por falsos amigos enquanto interferência da língua materna	93
1.6.4. Conclusão	95
1.7. Sinonímia	95
1.7.1. Introdução	95
1.7.2. Sinonímia intralinguística	97
1.7.3. Sinonímia interlinguística	99
1.7.4. Conclusão	104
2. Questões sintáticas	104
2.1. Regências	104
2.1.1. Introdução	104
2.1.2. Regência verbal	104
2.1.3. Regência nominal	108
2.1.4. Conclusão	109
2.2. Preposições: uso adequado	109
2.3. Formas verbais de exprimir o futuro	111
2.3.1. Introdução	111
2.3.2. Meios de exprimir o futuro em inglês	111
2.3.3. Meios de exprimir o futuro em português	112
2.3.4. Análise de casos	113
2.3.5. Conclusão	116
Capítulo V: Formas de tratamento	117
1. Introdução	117
2. Análise de casos	119
3. Conclusão	124
Conclusão	125
Bibliografia	127
Anexo: Glossário	135

INTRODUÇÃO

O presente Relatório incide sobre o trabalho realizado no decurso do Estágio que teve lugar na *AYR Consulting*, para efeitos do preenchimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A estrutura deste Relatório será organizada nos termos que se seguem.

Após esta Introdução, faremos uma caracterização sumária do estágio efectuado, correspondente ao Capítulo I, com menção do tipo de trabalho que nos foi entregue e das condições proporcionadas para a realização do mesmo.

De seguida, dedicaremos um capítulo a certas considerações de âmbito teórico que se podem tecer a propósito da tarefa de tradução, entendida de modo geral, e que adquiriram relevância prática ao longo do trabalho efectuado no Estágio. Muitas das questões tratadas neste Capítulo II serão referidas, ao longo do Relatório, a respeito da solução das dificuldades surgidas na tradução.

O Capítulo III destinar-se-á à caracterização dos diferentes textos que constituíram objecto de trabalho durante o Estágio, caracterização essa que será efectuada à luz de critérios explanados no capítulo anterior.

A parte seguinte constituirá o núcleo do Relatório, pois será neste Capítulo IV que se abordará as questões concretas relativas a dificuldades colocadas no âmbito da tarefa de tradução. Para efeitos de organização, far-se-á uma distinção das matérias abordadas, consoante a modalidade de problemas que representam. Consequentemente, dedicaremos secções específicas à análise casuística relacionada com questões lexicais, com questões sintácticas e, por fim, com questões relacionadas com formas de tratamento.

A finalizar este Relatório, poderão encontrar-se algumas considerações conclusivas sobre certos aspectos considerados cruciais no âmbito deste trabalho, bem como uma apreciação do que se pretendeu alcançar com este Texto.

De acrescentar que um glossário dos termos mais relevantes recolhidos ao longo do Estágio será anexado a este Relatório.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO

O estágio curricular, correspondente ao segundo ano do Mestrado em Tradução da Faculdade de Letras de Lisboa, sobre que incide o presente relatório, teve como entidade de acolhimento a *AYR, Trends, Consulting and Innovation*. A *AYR* é uma empresa de consultoria de Inovação Estratégica que estuda as tendências e mentalidades associadas ao comportamento de consumo. O estágio realizou-se nas instalações da *AYR* no Estoril, morada que constitui a sua sede.

O plano de estágio, no que toca à calendarização, foi dividido nos seguintes termos. No primeiro semestre, realizou-se a maioria das horas do total previsto para todo o estágio. Assim, de meados de Setembro a inícios de Novembro, realizámos 180 horas, de segunda a sexta-feira, inicialmente com um horário diário de 4 horas, que mais tarde viria a ser alterado para 6 horas por dia. No segundo semestre, em Fevereiro, tiveram lugar as restantes horas, no total de 60 horas, distribuídas por duas semanas.

Fui colocado, juntamente com uma minha colega, sob a supervisão do Dr. Nelson Pinheiro, nosso orientador de estágio. De referir que os restantes colaboradores sempre se mostraram disponíveis para esclarecer quaisquer eventuais dúvidas respeitantes ao funcionamento da empresa ou à concretização do trabalho. Mantive-me também em contacto com o Dr. Eduardo Garcia e o Dr. João Peres, vice-presidentes da *AYR*, que me auxiliaram na concretização do projecto maior de que fomos incumbidos.

Com efeito, de entre os vários projectos que nos calharam em mãos, houve um que se destacou pela sua importância e pelo tempo que representou em termos de horas de trabalho. Tratou-se da tradução de dois sítios *web* – *www.realtime.co* e *www.xrtml.org* – que a *IBT*, empresa cliente da *AYR*, utiliza para apresentar um produto da área das Tecnologias de Informação – a *web* em tempo real. Tal projecto ocupou a maior parte do tempo dedicado ao primeiro semestre. De facto, a tradução dos textos associados a esses sítios deverá ter correspondido aproximadamente a 400 páginas. Em comparação, a tradução dos restantes textos correspondeu sensivelmente a 25 páginas.

O trabalho não relacionado com os sítios da *Internet* acima referidos consistiu, no primeiro semestre, na tradução de um curto artigo de opinião, de uma brochura de disciplina universitária e de um diagrama sobre aspectos teóricos relativos à área de actividade da empresa, e, no segundo semestre, na tradução de dois artigos científicos e de um trecho de uma obra literária.

As condições que encontrámos, no que toca ao posto de trabalho, foram adequadas à realização do trabalho, sendo que nos foi facultado acesso à internet por rede sem fios a que acedemos através do nosso computador portátil. Encontravam-se igualmente à disposição alguns dicionários de língua inglesa, embora não existissem nas instalações quaisquer dicionários técnicos ou glossários de especialidade.

No decurso do nosso trabalho, servimo-nos de ferramentas de auxílio à tradução, salientando-se aqui recursos da Internet como as bases de dados terminológicas (*IATE*, entre outros), os *corpora* paralelos (com destaque para o *Linguee*), dicionários *online* monolíngues e bilingues (*The Free Dictionary*, *Merriam-Webster*, Porto Editora, *Priberam*, *Bab.la*). De referir a importância crucial que as bases de dados terminológicas revelaram ter na busca de equivalentes portugueses de termos técnicos (especialmente da área das Tecnologias de Informação).

O trabalho que nos foi confiado, a mim e à minha colega, era na maior parte das vezes entregue aos dois em simultâneo. Contudo, optámos por dividi-lo entre os dois, de modo a que cada um pudesse trabalhar autonomamente sobre uma parte do trabalho. Isto sem prejuízo de eventuais trocas de impressões e de uniformização de critérios e abordagens inerentes a um trabalho cujo resultado se pretende uno e coerente. Não é demais sublinhar, porém, que o trabalho a que o presente relatório se reporta é da minha exclusiva responsabilidade.

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A TRADUÇÃO

1. Escolas de pensamento

A tradução pode ser definida, em traços gerais, como a operação linguística que consiste em fazer passar um enunciado emitido numa determinada língua (língua-fonte) para o equivalente noutra língua (língua-alvo), ambas conhecidas pelo tradutor¹. Não nos alongaremos, porém, sobre as várias definições possíveis de tradução formuladas pela literatura académica dedicada à tradução. Nesta secção centrar-nos-emos no estudo recente da tradução e das várias escolas de pensamento que surgiram na segunda metade do século XX e que proporcionaram diferentes visões da tradução. Sendo uma actividade com milénios de existência, e atendendo aos problemas que sempre colocou, faz sentido que a tradução tenha sido, ao longo dos séculos, motivo de estudo por teóricos.

Deste Cícero até ao século XX, a tradução foi vista como uma operação exclusivamente linguística, sendo a questão fundamental saber se o segmento principal da tradução deveria ser a palavra individual (o que originaria a tradução palavra-por-palavra), a oração ou o período (o que originaria a tradução sentido-por-sentido). Essa perspectiva exclusivamente linguística está relacionada com a ideia de equivalência linguística, o único critério, de acordo com este ponto de vista, para se afirmar a qualidade de uma tradução. No entanto, a esta visão, ainda hoje defendida por muitos autores (como J. C. Catford, Kornei Chukovskii, Valentín García Yebra, Eugene A. Nida, Jean-Paul Vinay and Jean Darbelnet, Peter Newmark, Basil Hatim e Iam Mason), vieram juntar-se outras, de cariz diferente e que partiam de uma perspectiva até então não considerada.

Estas novas concepções partiam de uma perspectiva social da tradução. Avançaram também com a figura do iniciador, isto é, o interessado na tradução na língua de chegada e que, para tal, procura um tradutor (Robinson, 1997). Esta ideia veio

¹ Conforme a entrada para “tradução” no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

de certo modo abalar a configuração clássica tripartida que compreendia apenas o autor do texto de partida, o tradutor e o leitor do texto de chegada.

A nova perspectiva social da tradução foi explorada por duas escolas de pensamento, separadas no tempo por poucos anos.

No final dos anos 70, surge a primeira dessas escolas, que defende a teoria dos polissistemas (também conhecida por teoria dos estudos de tradução ou teoria da manipulação). Esta escola de pensamento, desenvolvida principalmente em Israel e nos países do Benelux, foi desenvolvida por autores como Even-Zohar, Toury, Lefevere, Holmes, Hermans, entre outros. Toury (1995), *apud* Byrne (2006), atribui à tradução dois papéis: por um lado, o texto traduzido é um texto numa língua e cultura de partida específicos; por outro, constitui uma representação numa língua de um texto existente noutra língua e cultura. Para este autor, a obediência às regras do texto de partida determina a adequabilidade da tradução e a obediência às regras do texto de chegada determina a aceitabilidade da tradução.

A outra escola inovadora, surgida em meados dos anos 80, concebeu a Teoria *Skopos*. Esta escola ficou conhecida como escola funcional (ou escola *Handling*, escola orientada para a acção, escola orientada para a tradução) e estabeleceu-se primordialmente na Alemanha. Os autores a ela associados – Katharina Reiß, Hans J. Vermeer, Justa Holz-Manttari e Christiane Nord – estudavam as redes sociais estabelecidas a propósito da tradução. Entre estes, destaca-se Nord (1991), *apud* Robinson (1997), que afirma que todos os textos, e não apenas as traduções, são determinados mais pela situação comunicativa do que por quaisquer regras universais que regulem a escrita ou a fala. Afirma essa autora (op. cit.: 9) que, na actividade da tradução, não está unicamente em causa uma análise do texto de partida de que decorra automaticamente o texto de chegada; pelo contrário, este seria pragmaticamente definido pelo propósito da comunicação intercultural. A mesma autora acrescenta ainda que quer o texto de partida quer o de chegada são signos linguísticos vinculados a uma dada cultura, pelo que são determinados pela situação comunicativa na transmissão da sua mensagem. Para a teoria *Skopos*, a tradução deve ser feita respeitando um princípio relativo ao texto de chegada, decidido separadamente para cada caso específico (Vermeer, 1989:182, *apud* Byrne, 2006). A função prospectiva (ou *Skopos*) da língua de chegada é determinada pela figura do iniciador (o cliente que inicia o processo de

tradução) e pelo tradutor. O *Skopos* de uma tradução é normalmente definido, antes do início do trabalho de tradução, num *brief* de tradução.

As várias teorias sobre a tradução, reconducentes a essas escolas ou não, podem assentar em critérios variados. Desses critérios, evidenciam-se dois: o critério da equivalência, isto é, a criação de uma noção de equivalência que irá determinar que pressupostos deve uma verdadeira tradução preencher; e o critério da aproximação do texto da tradução a uma das duas línguas e/ou sistemas em confronto (a língua de partida e a língua de chegada).

Em relação ao primeiro desses critérios de análise, importa referir que há vários níveis possíveis de equivalência (Robinson, 1997), e é a ideia de equivalência defendida por um dado autor que costuma estar na origem da tese respectiva. Robinson (1997) aproxima-se da concepção de Nord, da escola funcional, para sustentar a tese de que será a situação comunicativa a determinar o tipo de equivalência que deve ser o aceitável para a tradução, situação essa que envolve pessoas que interagem num contexto social. Recusa, por isso, considerar a equivalência baseada no texto como único critério para uma boa tradução, defendendo que há vários tipos de equivalência aceitáveis para a tradução (cf. Robinson, 1997). Por sua vez, Nida (1964), *apud* Byrne (2006), defende uma equivalência formal, preocupando-se com a mensagem no que toca à forma e ao conteúdo, o que obrigaria à quase coincidência das línguas de partida e de chegada quanto aos aspectos sintácticos, lexicais, estilísticos, fonológicos e ortográficos. A ideia de equivalência dinâmica, pelo contrário, defende que o texto de chegada deve ter o mesmo efeito na sua audiência que o de partida teve na respectiva audiência, o que implica que uma tradução bem-sucedida deve obter o sentido do texto de partida e não apenas reproduzir as suas palavras. Ora, isso permitiria alterar sequências de frases, desde que se mantivesse o sentido. Como se vê, a ideia de equivalência está na base de muitas teorias de tradução.

O segundo critério mencionado atrás corresponde à propensão do texto da tradução para, por um lado, o texto de partida, ou, pelo outro, o sistema linguístico da língua de chegada, no que respeita à influência que sofre das línguas em contacto. Trata-se de um critério desenvolvido por Toury (1995), *apud* Byrne (2006), que, como foi já referido, distingue entre adequabilidade e aceitabilidade da tradução, aquela atingida

através da obediência às regras do texto de partida e esta através da obediência às regras do texto de chegada.

O sentido da aproximação do texto de tradução, atrás referida, poderá também ser determinado pela função do texto em causa. Assim, por norma, seguindo a classificação de funções da língua enunciada por Bühler (1965), *apud* Newmark (1988), os textos expressivos costumam ser traduzidos ao nível do autor, enquanto os vocativos e os informativos tendem a ser traduzidos ao nível da audiência de leitores. Com efeito, Byrne (2006), quanto aos textos técnicos, mostra-se contra uma tradução que se prenda demasiado ao texto de partida, uma vez que essa abordagem, por ser exclusivamente linguística, não tem em conta o sentido comunicativo do texto e não é por isso adequada ao serviço comunicativo com vista à transmissão de informação em que consiste, segundo autor, a tradução técnica.

Há também abordagens que se centram mais na função do texto de chegada. É o caso da teoria *Skopos* e do funcionalismo. O funcionalismo, porém, apesar de ter em conta aspectos pragmáticos e situacionais do processo de tradução, não esquece o texto de partida, daí tratar-se de uma teoria híbrida (Byrne, 2006). A noção de equivalência dinâmica também se aproxima dessas teorias híbridas.

As várias teorias sobre a tradução e a definição de equivalência de que partem acabam por influenciar o conjunto de estratégias de tradução permitidas. Assim, as várias estratégias de tradução – modificação, transposição, paráfrase, tradução literal, decalque, etc. – não são todas permitidas por todas as teorias de tradução. A título de exemplo, repare-se como as abordagens linguísticas mais formais não admitem o uso de paráfrase, uma vez que não admitem qualquer outra estratégia para além da tradução palavra-por-palavra; por seu lado, a equivalência dinâmica de Nida não permitiria decalques ou empréstimos, e assim por diante (Byrne, 2006). Para Byrne (2006), a teoria de *Skopos* é a única a fornecer um quadro flexível que assegura que quaisquer estratégias de tradução possam ser legitimamente usadas se a situação assim o exigir. No mesmo sentido, Nord (1997:124), *apud* Byrne (2006), refere que deve ser o próprio propósito da tradução a justificar as estratégias de tradução adoptadas.

2. Funções do texto

As perspectivas sociais da tradução, anteriormente mencionadas, podem de certo modo relacionar-se com o chamado Modelo *Organon* do psicólogo e linguista alemão Karl Bühler. Esse modelo estabelece as funções comunicativas da língua através das quais se pode descrever a comunicação linguística. De acordo com Bühler (1965), *apud* Newmark (1988), essas funções comunicativas são três: a expressiva, a informativa (representativa) e a vocativa.

Quando o texto tem uma função expressiva, o foco está na mente do autor (Newmark, 1988). Os tipos de texto em que esta função está tipicamente presente são aqueles que correspondem à literatura imaginativa (como poesia lírica, romances, contos, peças) e a declarações autoritárias (como discursos políticos, autobiografias, ensaios). Esta função caracteriza-se por marcas que se opõem à linguagem comum e que consistem no recurso a metáforas originais, palavras “não traduzíveis”, uma sintaxe não convencional, neologismos e palavras pouco usuais (*op. cit.*).

A função informativa, pelo contrário, centra-se na situação externa à mente do autor, isto é, nos factos do tema abordado, nas ideias ou teorias relatadas. Os géneros de texto característicos desta função são o manual, o relatório técnico, o artigo de jornal, etc. O estilo pode variar desde o formal, não emotivo, ao estilo familiar, com recurso a frases curtas e a metáforas, dependendo do tipo de texto em causa (Newmark, 1988).

Relativamente à última função enunciada por Bühler, a função vocativa, o que está em causa é a audiência dos leitores, pelo que a linguagem dos textos deve ser totalmente compreensível para o leitor. Os géneros de texto característicos desta função são os avisos, as instruções, a publicidade, a propaganda, a escrita persuasiva e eventualmente as obras de ficção popular (Newmark, 1988). Nos textos vocativos, a relação entre o autor e o leitor, e os moldes em que ela se estabelece, adquirem um peso especial. O tipo de relação pode ser determinado através de uma variedade de formas, com destaque para a forma de tratamento usada, configurando-se como uma relação de poder, de igualdade, simétrica ou assimétrica, de comando, de persuasão, etc., consoante a vontade do autor ou tradutor e o propósito do texto (*op. cit.*).

Na verdade, não há nenhum texto que exprima exclusivamente apenas uma dessas funções. Pelo contrário, a maioria dos textos tem presentes as três funções, embora com destaque para uma delas. O tipo de texto em causa e a função ou funções que ele prossegue vão determinar o método de tradução e, conseqüentemente, o modo de resolver problemas que possam surgir.

3. Sequências textuais

As estratégias que o tradutor tem de adoptar perante um texto a traduzir serão determinadas tendo em conta o tipo de texto em causa. Ora, cada tipo de texto exige uma estratégia interpretativa, designada por Bassols e Torrent (1996) por competência textual ou metatextual, com base na qual o tradutor classificará o texto de acordo com as várias tipologias textuais. No entanto, autores como Adam (1987), *apud* Bassols e Torrent (1996), e Bassols e Torrent (1996) preferem uma análise ao nível da sequência textual, unidade mais pequena e identificável, em detrimento da ideia de tipologia textual, uma vez o texto, tal como o discurso, é um fenómeno extremamente complexo. A sequência textual situa-se, segundo Adam (1989), *apud* Bassols e Torrent (1996), no interior da estrutura textual, entre os parágrafos e os textos, e constitui uma rede de relações hierárquicas, que se pode decompor em partes relacionadas entre si e com o todo. Define-se ainda como uma entidade relativamente autónoma, dotada de uma organização interna que lhe é própria. Para o autor referido, o texto é uma unidade composta de várias sequências, do mesmo ou de diferente tipo, e essa unidade configura uma estrutura sequencial. Se um texto é formado por uma sequência única ou por várias sequências do mesmo tipo, tem estrutura homogénea; se, pelo contrário, for formado por várias sequências de tipos diferentes, a estrutura é heterogénea (Bassols e Torrent, 1996).

Bassols e Torrent (1996), que sufragam a tese de Adam, classificam cinco tipos de sequências textuais, sobre quatro das quais falaremos aqui, por interessarem especialmente à tradução: são elas a sequência argumentativa, a explicativa, a descritiva e a narrativa.

A argumentação consiste normalmente numa operação discursiva com vista a influenciar um público determinado. Pode pretender que, mediante o discurso, o receptor tenha uma conduta determinada, ou pretender convencer o leitor da correcção ou verdade de uma afirmação (Bassols e Torrent, 1996). A sequência argumentativa serve-se de várias operações para demonstrar ou refutar uma tese, tais como o silogismo (ideia segundo a qual “x é bom”, “y é x”, “logo y é bom”), argumentos por associação como o argumento causal (que relaciona um facto com o seu efeito, um efeito com a sua causa, ou dois factos sucessivos), argumentos que relacionam fins e meios, argumentos pragmáticos (que propõem o êxito como critério objectivo de validade), argumentos da pessoa (que associam o valor de um facto ou de um juízo com o valor e qualidade do autor que o pratica, caso do argumento de autoridade, que utiliza juízos ou palavras de uma pessoa ou de um grupo como prova a favor de uma tese) e exemplos (factos que conduzem a uma conclusão). A sequência argumentativa caracteriza-se também pelo uso de palavras axiológicas, com carga valorativa, conectores argumentativos (“mas”, “no entanto”, etc.), e recursos retóricos (como oposições). Os verbos utilizados são normalmente de causalidade e consequência (por exemplo: “causar”, “originar”, “fazer”, “provocar”, “motivar”, etc.), de operações argumentativas fundamentais (por exemplo: “supor”, “conjecturar”, “inferir”, “resultar”, etc.), relacionadas com o verbo dizer (exemplo: “dizer”, “subscrever”, “afirmar”, “declarar”, “considerar”, “admitir”, etc.). As modalidades que mais condizem com a base textual argumentativa são a assertiva e a interrogativa, sendo esta segunda um recurso habitual para destruir raciocínios, na medida em que apresenta alternativas, gera cumplicidade e se foca sobre aspectos implícitos úteis para a contra-argumentação, podendo por isso constituir um verdadeiro juízo disfarçado de pergunta (Bassols e Torrent, 2006). Quanto à coesão e coerência textuais, as sequências argumentativas estruturam as suas proposições através de marcas de ordem para iniciar parágrafos (por exemplo: “primeiro... segundo”, “em primeiro lugar”, “por um lado... por outro”, “por fim”), aspas (para citar palavras que reforcem a argumentação), interrogação retórica (para atrair o interesse do receptor), nexos de causalidade ou consequência (por exemplo, conjunções como “já que”, “porque”, advérbios como “consequentemente” etc.), recursos retóricos (referências culturais e a factos passados, que aumentam o prestígio do locutor), metáforas, perífrases, repetições, citações, provérbios, e alienação do emissor (através da passagem do “eu” para “tu” ou “você”).

A sequência explicativa assenta, como o nome indica, na explicação, que Bassols e Torrent (1996) definem como a actividade que parte de uma base expositiva ou informativa e que tem uma finalidade demonstrativa. De acordo com as autoras, ao contrário da argumentação, a explicação é neutra e objectiva, pois não pretende transformar convicções nem condutas, visando antes a compreensão de fenómenos sobre os quais transmite a informação necessária. As sequências explicativas são próprias dos textos didácticos e científicos (como livros e revistas especializadas, comunicações de congressos, demonstrações e documentos pedagógicos, e livros de apoio ao ensino de uma disciplina), mas também podem ser encontradas noutros âmbitos discursivos, como o jornalismo e a publicidade (Bassols e Torrent, 1996). Os anúncios explicativos escritos adoptam um estilo pedagógico ou científico e afastam, aparentemente, a subjectividade e os recursos persuasivos encontrados noutros modelos publicitários. Entre as áreas onde se concentram os anúncios explicativos, destacam-se a área da informática, bem como outras áreas em que se publicita produtos com base na enumeração e demonstração das suas propriedades e na aprovação de peritos (op. cit.). Estes anúncios explicativos constituem um grupo especial dentro dos textos explicativos porquanto não deixam de apresentar alguma força argumentativa. Em termos de estruturas gramaticais, a explicação tende a valer-se do tempo verbal do presente, quer para vincular o enunciado ao momento da enunciação, quer para lhe conferir um efeito intemporal. A utilização de adjectivos e advérbios justifica-se pela necessidade de precisar o objecto que se explica, atribuindo-lhe certas propriedades. A mesma necessidade de clareza e precisão leva a que se use terminologia específica do domínio de conhecimentos a que se refere o texto. Porque os textos explicativos se apresentam frequentemente como didácticos e promovem a objectividade, evita-se assinalar a perspectiva da primeira pessoa (por exemplo: “considero”, “parece-me”, etc., e advérbios como “felizmente”, etc) e o tom é, em geral, neutro, sendo o nível de formalidade médio ou alto. De referir que há autores que distinguem as sequências explicativas de sequências instrutivas ou instruccionais, sendo que Bassols e Torrent parecem considerar estas últimas também como sequências explicativas.

A sequência descritiva assenta no acto de descrever, que significa representar pessoas, objectos, situações ou sentimentos através da linguagem, referindo as suas partes, qualidades ou circunstâncias distintas (Bassols e Torrent, 1996). Essa descrição pode ser prolífera ou sucinta: ou seja, pode fazer-se uma enumeração exaustiva das

partes ou qualidades da coisa descrita, ou seleccionar-se um mínimo de elementos determinantes e suficientes para a sua caracterização, respectivamente (op. cit.). Os tempos verbais que as sequências descritivas favorecem são o presente e o imperfeito do indicativo, excepto em algumas descrições de acções. É frequente surgirem sequências descritivas em textos predominantemente narrativos ou argumentativos, casos em que são utilizadas como suporte ou ilustração, estando subordinadas à sequencialidade predominante. Existe um tipo específico de descrição, distinto dos outros tipos, que é a descrição de acções, e que se distingue pela utilização de verbos do tipo “fazer” para ordenar cronologicamente as acções descritas. Apesar disso, não se deve confundir com a narração, dado que a descrição de acções visa o mesmo fim que a descrição de pessoas e objectos – por exemplo, caracterizar uma acção, explicando os diferentes passos ou as partes que a integram. Consoante a finalidade da descrição e o destinatário, a descrição pode ser objectiva, quando pretende reproduzir com fidelidade a aparência do objecto (sendo então uma descrição impessoal), ou impressionista, quando pretende provocar emoções mais do que reflectir o objecto tal como é). Na publicidade, a descrição serve para reforçar a argumentação que está presente, explícita ou de modo subjacente, no texto (op. cit.).

As sequências narrativas são aquelas que têm originado mais estudos, e, de acordo com Bassols e Torrent (1996), centram-se em três elementos: actor fixo (um actor estável ao longo da sequência narrativa que favorece a unidade de acção, uma pessoa ou um ser antropomórfico que afecta pelas suas acções, actor esse que tem de se transformar durante a sequência), um processo orientado e complicado (uma sucessão integrada de acontecimentos orientados com vista a um final e a respectiva complicação, isto é, um facto inesperado que provoque um desvio ao curso normal das coisas; a complicação ou problematização é o que distingue a narração de uma mera descrição de acções), avaliação (a chave, implícita ou não, da especificidade da narração e o motor que gera o relato). O esquema de sequência da narração tem três fases: a situação inicial (o antes), a transformação (o processo), e a situação final ou resolução (o depois). A estrutura gramatical favorecida pela narração consiste num sujeito, num verbo de acção no passado e num complemento circunstancial de lugar mais um complemento circunstancial de tempo. O tempo verbal mais frequente costuma ser o passado (imperfeito, quando o autor descreve um estado inicial), mas pode dar lugar ao presente histórico para dar actualidade ou vigor ao que é narrado.

Como referimos atrás, o reconhecimento da ocorrência, no texto, de sequências textuais associadas a diferentes características é essencial para a tarefa do tradutor, pois permite-lhe respeitá-las e mantê-las no texto de chegada.

4. Tradução literal

Relacionado com a questão da proximidade da tradução a um dos sistemas linguísticos envolvidos está o problema da opção entre tradução livre e tradução literal, aquela dando mais ênfase à língua de chegada, e esta à língua de partida. Assim, da solução mais próxima da língua de partida até à mais distante, temos a tradução de palavra-por-palavra, a tradução literal, a tradução fidedigna e a tradução semântica. Da mais próxima da língua de chegada à mais distante, temos a adaptação, a tradução livre, a tradução idiomática e a tradução comunicativa (Newmark, 1988). De todas estas modalidades, para Newmark (1988), só a tradução semântica e a comunicativa satisfazem os dois objectivos principais da tradução: a economia e a exactidão. Algumas das restantes modalidades (como a adaptação ou a tradução livre) serão aceites por aqueles que entendem que o objectivo da tradução deve ser o de conseguir um efeito equivalente, isto é, produzir o mesmo efeito na audiência da tradução que foi obtido nos leitores do texto original, o que para Newmark (1988) constitui um objectivo essencial apenas nos textos vocativos, sendo apenas um resultado desejável nos restantes tipos de textos.

Como foi referido, a tradução literal, a tradução de palavra-por-palavra e a tradução um-para-um são realidades diferentes e não se confundem. Na tradução palavra-por-palavra, transfere-se para a língua de chegada os sentidos primários de todas as palavras da língua de partida, e, no que toca à sintaxe, segue-se a gramática e a ordem de palavras da língua-fonte, pelo que este método só funciona com frases breves, simples e neutras (Newmark, 1988). Na tradução um-para-um, por seu lado, cada palavra da língua de partida corresponde a uma palavra da língua de chegada, embora os seus sentidos primários possam ser diferentes (op. cit.).

O que sucede, no entanto, é que muitos autores, quando condenam veementemente o recurso à tradução literal, frequentemente confundem-na com aqueles

dois métodos. Newmark (1988) parte da ideia, contrária ao que muitas vezes é defendido, de que a tradução se resume, acima de tudo, a palavras, e não a frases, ideias ou mensagens. Por essa razão, considera a tradução literal o procedimento de tradução básico, no sentido de que a tradução começa aí, acrescentando mesmo que há mais “amigos fidedignos” do que “falsos amigos”. Apesar disso, acima do nível da palavra, a tradução literal vai-se tornando mais difícil. Por norma, quanto mais específica ou técnica é uma palavra, menos possibilidades há de ser afectada pelo contexto. Newmark (1988) refere-se ainda à tradução, apesar de muitos autores preferirem falar aí de equivalência, quando afirma que a tradução literal funciona mais eficazmente com palavras que não estão presas a um dado contexto, como é o caso de termos técnicos e de metáforas originais, entre outros.

O recurso à tradução literal encontra, na verdade, certos limites. Assim, ainda segundo o mesmo autor, ela não é recomendada quando o termo da língua de partida é usado mais frequentemente, como termo transferido, do que o equivalente directo da língua de chegada; quando o termo da língua de partida tem uma extensão semântica maior do que a do equivalente da língua de chegada escolhido; e quando está em causa a língua comum, isto é, a língua neutra, marcada por um registo mais coloquial e informal.

Landers (2001), a propósito da tradução literária, defende uma tradução “pensamento por pensamento”, estratégia que, na sua opinião, origina traduções mais fluentes e transparentes, em detrimento da tradução palavra-por-palavra, que, quanto a ele, pode resultar numa sonoridade estranha.

5. A questão da equivalência/correspondência

Referimo-nos aqui a equivalência, não no sentido do conjunto de requisitos que uma tradução deve reunir para ser considerada como verdadeira tradução aos olhos de alguns autores, mas sim enquanto relação de correspondência entre determinadas palavras ou expressões de duas línguas diferentes.

Deste modo, a tradução por equivalência pode contrapor-se à tradução literal. Importa sublinhar, mais uma vez, que, embora se tenha feito referência à tradução literal, na secção anterior, a propósito dos termos, muitos autores sustentam que, em rigor, não é correcto falar de tradução literal quando estão em causa termos, uma vez que estes constituem unidades que são transpostas de uma língua para outra precisamente por equivalência, daí por vezes se preferir, a propósito dos termos, a expressão “equivalência” a “tradução”. Newmark, no entanto, não parece ter em conta esta diferença, referindo-se a tradução mesmo quando incide sobre os termos. A equivalência também terá prevalência sobre a tradução literal nos casos de metáforas e outras expressões idiomáticas, uma vez que, nesses casos, a tradução isolada de palavras, uma a uma, poderá não resultar numa tradução fiel ao sentido da metáfora ou expressão original, sendo mais aconselhável seleccionar uma expressão ou metáfora da língua de chegada que se adegue semanticamente ao texto de partida.

6. Modalidades de tradução

Por modalidades, entenda-se aqui os géneros de tradução que se focam num género específico de texto. Não se deve fazer confusão entre os géneros de texto – texto técnico, científico, literário, etc – e os tipos de textos, referidos atrás a propósito das sequências textuais – narrativo, descritivo, etc.

Os problemas que se colocam a um tradutor são diferentes consoante a área a que pertença o texto de partida. De facto, as características de um texto literário, por exemplo, são diferentes das de um texto técnico ou um texto científico, e por aí adiante.

Centremo-nos, primeiramente, na tradução especializada, que respeita à tradução de textos institucionais, da área da política, da área do comércio, das finanças, governamentais, etc. (Newmark, 1988). Há uma modalidade particular de tradução especializada que, por ser o tipo de tradução mais requisitada no mundo, merece especial destaque. Referimo-nos à tradução técnica, que deverá corresponder a 90% do total da tradução mundial (Kingscott, 2002, *apud* Byrne, 2006).

6.1. Tradução técnica

A tradução do texto técnico, pese embora seja provavelmente o género de tradução mais comum, não tem merecido a atenção devida por parte dos estudiosos da tradução. De facto, a tradução técnica sempre foi vista como o parente pobre da tradução dita “verdadeira”, sendo que uma das razões apontadas para o facto de ser ignorada pela literatura sobre tradução era a alegada pobreza dos problemas surgidos, que se resumiriam a problemas terminológicos ou relacionados com ferramentas auxiliares (como memórias de tradução, tradução automática, etc.). Essa visão redutora, porém, é hoje maioritariamente desconsiderada (Byrne, 2006).

Byrne (2006) analisa os mitos associados tradicionalmente à tradução técnica e desmente-os um a um. A primeira dessas ideias pré-concebidas sustenta que as dificuldades do texto técnico se resumiriam à terminologia, mas, embora o léxico seja parte muito importante na tradução técnica, esta não pode olvidar o respeito, na escrita, pelas convenções do texto técnico na língua de chegada, o que significa que o tradutor se depara igualmente com dificuldades de natureza linguística (Byrne, 2006). Esta ideia prende-se com uma outra, que é a de que a tradução técnica visaria unicamente transmitir informação especializada, o que por si só não é correcto, uma vez que o tradutor técnico tem igualmente a preocupação de transmitir uma mensagem, e deve fazê-lo da forma mais adequada, de modo a ser assimilada com facilidade pelos leitores (op. cit.). Também é frequentemente invocado que o estilo não é importante neste tipo de tradução, e que os tradutores técnicos não têm (nem teriam de ter) as mesmas capacidades linguísticas e de escrita que os outros tradutores. Aos poucos, no entanto, já se começa a defender o entendimento contrário. De facto, Zethsen (1999), *apud* Byrne (2006), refere que os textos literários não detêm o monopólio da expressividade e da criatividade. Com efeito, o estilo não é meramente a obtenção de uma marca estética que impressione o leitor, mas antes o modo de escrever. Ora, a escrita consiste na construção e no encadeamento de frases, o que significa que o estilo estará igualmente presente num texto técnico, pois este destina-se primordialmente a transmitir uma mensagem (Byrne, 2006). A mesma explicação serve para o mito de que a tradução técnica não é criativa, pois tratar-se-ia apenas de uma transferência, de uma reprodução de um texto já existente. De facto, para transmitir informação eficientemente, o tradutor técnico tem de procurar soluções linguísticas originais e criativas (op. cit.). Também se

costuma invocar que o tradutor técnico tem de ser perito numa área de conhecimento altamente especializado, possivelmente por causa da ideia, atrás mencionada, de que ele não é tão profícuo, linguisticamente, como os tradutores literários. Tal exigência é, contudo, irrealista, bastando que o tradutor tenha algum conhecimento da área, de modo a saber lidar com o texto ou, caso se torne necessário, adquirir informação adicional, e que possua, por conseguinte, uma excelente capacidade de pesquisa e alguns conhecimentos básicos (Byrne, 2006).

Não obstante existirem outras marcas caracterizadoras, como se referiu atrás, o léxico é um aspecto nuclear da tradução técnica. A terminologia é considerada por muitos como a única dificuldade apresentada pela tradução do texto técnico, mas a estatística demonstra que os termos constituem apenas de 5 a 10% das palavras de um texto técnico (op. cit.). Uma distinção importante a fazer neste âmbito é entre termos técnicos e termos descritivos: aqueles consistem em unidades linguísticas especializadas, próprias de uma área de conhecimento técnico, e estes são expressões que assentam numa enunciação das características do conceito veiculado, sendo por norma os termos técnicos mais rigorosos que os termos descritivos. O autor do texto de partida pode optar por usar um termo descritivo para designar um objecto técnico por três razões: porque o objecto é novo e ainda não foi denominado; para ser usado como alternativa familiar para evitar repetição (ou seja, por razões de estilo); ou para ser usado para estabelecer um contraste com outro. (Newmark, 1988)

O léxico do texto técnico pode assumir diferentes formas. De acordo com Newmark (1988), é possível distinguir três níveis de vocabulário do texto técnico: o académico (que pode incluir, por exemplo, palavras transferidas do grego e do latim), o profissional (que recorre a termos formais usados por peritos) e o popular (que usa vocabulário leigo ou geral). Para o mesmo autor, a tradução técnica tende a ser não-cultural, ou seja, não associada necessariamente a uma dada realidade cultural, o que significa que os termos devem ser traduzidos, em vez de transferidos. A transferência consiste na passagem de unidades lexicais, morfemas e acepções de um sistema linguístico para outro sistema linguístico (Rebello d' Andrade, 2002).

Para além de se distinguir pela ocorrência de terminologia, o texto técnico é ainda tradicionalmente caracterizado, no que ao estilo diz respeito, por uma ausência de linguagem emotiva, de conotações, de efeitos sonoros e de metáforas originais. Em

termos gramaticais, importa mencionar a incidência dos tempos verbais no presente, a utilização da terceira pessoa e uma forte frequência de nominalização.

O texto técnico tem como formato paradigmático o relatório técnico, mas também há instruções, manuais, avisos e textos publicitários que se inscrevem neste género textual.

Atendendo às características particulares do texto técnico, a respectiva tradução rege-se por objectivos também próprios. Entra aqui em jogo a questão da aproximação da tradução a uma das duas línguas em confronto. Gutt (1991), *apud* Byrne (2006), favorece uma abordagem baseada no texto de chegada, quando defende a teoria da relevância, teoria segundo a qual aquilo que é dito/escrito proporciona o estímulo a partir do qual o receptor pode inferir o que emissor pretende dizer: é a intenção informativa. A teoria de Gutt parte da diferença entre o uso de linguagem descritiva e o de linguagem interpretativa, diferença que, segundo Byrne (2006), é relevante para a tradução técnica. A linguagem interpretativa representa o que o autor pensa ou afirma, enquanto a descritiva pretende ser uma fiel representação do que o escritor/falante acredita ser verdade. Uma tradução descritiva pretende funcionar como um texto de língua de chegada autónomo e independente, sem que os leitores tenham noção da existência de um texto de partida. Para Gutt (1991), *apud* Byrne (2006), só a linguagem interpretativa conduz a uma verdadeira tradução, uma vez que a linguagem descritiva não alcançaria relevância, pois faltar-lhe-ia ligação com o texto original. Byrne (2006) considera que esta teoria da relevância atribui à tradução técnica dois princípios cruciais: uma abordagem comunicativa, que se centra nas necessidades e expectativas da audiência alvo; e o princípio de que as pessoas não querem gastar mais tempo do que o absolutamente necessário para recolher informação de um texto (o que se aplica especialmente a textos técnicos e, dentro destes, mais concretamente, a guias de utilização). O autor conclui, portanto, que não se deve elevar o texto de partida de modo a fazê-lo dominar e determinar o processo da tradução, pois há que atender às necessidades da audiência alvo. Outra abordagem que parte do texto de chegada é defendida por Toury (1995), *apud* Byrne (2006), para quem o objectivo da tradução técnica é atingir um nível elevado de aceitabilidade (recorde-se a distinção que o autor estabelece entre aceitabilidade e adequabilidade, referida anteriormente), porque os textos técnicos, especialmente os instrutivos, visam funcionar, acima de tudo, como um

texto de língua de chegada (Byrne, 2006). A estas posições, pode acrescentar-se uma tese mais radical, sufragada por Gopferich (1993), *apud* Byrne (2006), que admite ser necessário, por vezes, adicionar informação a um texto para assegurar que a informação e o texto sejam o mais eficazes possível. O mesmo fundamento permitiria omitir, condensar ou tornar implícita qualquer informação do texto que fosse menos importante para a audiência alvo. Ou seja, para esta linha de pensamento, por vezes tem de se sacrificar a informação para proteger a integridade da comunicação. Este tipo de intervenção também se aplica à formulação e à montagem da estrutura do texto (Byrne, 2006).

Pode concluir-se que o texto técnico, por força das suas características, exige uma abordagem, na tradução, ligeiramente diferente da dos outros tipos de texto. Desse modo, alguns autores, como Byrne (2006), que parte da teoria de *Skopos* e da teoria da relevância, recomendam uma aproximação à língua de chegada, para salientar a função comunicativa e informativa do texto técnico, favorecendo o público-alvo em vez de um apego excessivo ao texto de partida e de respeito excessivo pelo autor, aspectos que eventualmente perturbariam a finalidade do texto técnico, que é, afinal, a transmissão clara de uma mensagem.

6.2. Tradução científica e tradução técnica: diferenças

Outra modalidade da tradução, muitas vezes confundida com a tradução técnica, é a tradução científica. Com efeito, estes dois tipos de tradução partilham algumas características: ambas lidam com informação baseada no trabalho de cientistas, têm terminologia rigorosa e tratam de assuntos científicos complexos. Mas, segundo Byrne (2006), há um critério decisivo que permite separá-las, que é o objecto dos próprios textos. De facto, o autor refere que, enquanto a tradução técnica lida com tecnologia (aplicação de conhecimento científico em propósitos práticos), a tradução científica lida com ciência (verificação de conhecimento através de observação e de experimentação, testado, sistematizado e subordinado a princípios gerais ou enquadrado teoricamente).

Outras diferenças, porém, são facilmente discerníveis. No texto técnico, ocorre aquilo que Pinchuk (1977), *apud* Byrne (2006), definiu como “*workshop language*”,

isto é, uma linguagem situada algures entre a linguagem científica e a linguagem geral, sendo menos regulada e por vezes coloquial, mas sempre estritamente funcional. Já a linguagem científica é por vezes literária, conceptualmente mais difícil e abstracta. Os textos técnicos tendem a ser mais concretos e a conter menos informação em mais espaço. Byrne (2006) refere que o objectivo da tradução técnica é assegurar a transmissão de informação técnica de tal modo que os leitores possam apreendê-la de modo fácil, adequada e eficazmente, daí classificá-la de “*community service*”.

Isto explica por que alguns autores não reconduzem à tradução técnica a tradução do texto jurídico, do texto sobre gestão, sobre economia, etc. De facto, de acordo com Byrne (2006), estes textos não lidam com tecnologia, pelo que não se podem considerar textos técnicos. Acresce que, para autores como o referido, a tradução técnica não se reconduz necessariamente a toda a tradução especializada (repare-se no exemplo, fornecido por Byrne (2006), relativo aos textos religiosos, que, apesar de terem um estilo e terminologias próprios, nunca são considerados textos técnicos). Trata-se, porém, de uma questão controversa, porquanto, não obstante estes argumentos, ainda há autores que consideram a tradução de textos legais, financeiros e económicos como tradução técnica.

6.3. Tradução literária

A tradução literária é, possivelmente, aquela que é frequentemente considerada a modalidade nobre da tradução, e a que mais se associa à tradução enquanto um todo. Tal como os vários outros tipos de tradução, também a tradução literária levanta problemas específicos.

Sobre a aproximação, discutida atrás, da tradução à língua de chegada ou ao texto de partida, Landers (2001) distingue, a propósito da tradução literária, entre os chamados “*targeteers*” – que se orientam para o texto de chegada – e os “*sourcerers*” – que se orientam para o texto de partida. Esta questão assume particular delicadeza nos textos autoritários, de acordo com a classificação de Bühler (1965), *apud* Newmark (1988), que exigem uma tradução mais próxima, mesmo que o resultado possa soar excêntrico. Embora os académicos tendam a ser “*sourcerers*”, Landers (2001) defende

que a fluência/transparência deve ser favorecida. Nessa discussão, destacam-se, num dos extremos, os autores que propugnam o chamado conceito de resistência, isto é, a ideia de que uma tradução deve demonstrar marcadamente que é uma tradução, pois só assim se respeitarão as diferenças da língua de partida e a cultura de origem. Nessa linha de pensamento, encontra-se Nejat (1991), *apud* Landers (2001), que sustenta que uma tradução bem sucedida deve ter uma sonoridade estranha, forasteira, não porque ignore os recursos da segunda língua, mas antes porque exprime algo novo. Landers (2001) assume-se como um “*targeteer*”, alegando que os leitores da língua de chegada são, por norma, menos tolerantes do que os da língua de partida, pois tendem a considerar a estranheza do estilo como uma limitação do autor, do tradutor, ou de ambos, e não como fazendo parte da estrutura da cultura da língua de partida.

Ao ler uma obra de ficção, ocorrerá com frequência que o leitor se depare com factos sobre a cultura da língua de partida que desconhece. Perante esta situação, há, de acordo com Landers (2001), três maneiras de o tradutor lidar com essa eventual falta de conhecimento por parte da audiência: através de notas de rodapé, de interpolação ou da omissão. As notas de rodapé proporcionam mais informação, mas quebram a fluidez da leitura e destroem a ilusão de que o leitor está a testemunhar os acontecimentos descritos. A interpolação funciona como um acréscimo de informação no texto. As interpolações podem ser imperceptíveis se inseridas de modo a não quebrar o ritmo da língua e nunca devem ser muito extensas; são recomendadas se a informação for relevante e repetida várias vezes ao longo do texto, devendo omitir-se a interpolação nas ocorrências seguintes, mantendo apenas o termo original. A omissão implica a não inclusão de qualquer explicação, mantendo-se o termo original. A escolha de uma destas três abordagens depende do tradutor. A maior parte prefere evitar as notas de rodapé, quando muito inserindo um glossário final, se for estritamente necessário (Landers, 2001).

Outra questão particular que a tradução literária coloca prende-se com a circunstância de, por vezes, as obras exporem uma narrativa que se situa num momento histórico antes de a língua para a qual se vai traduzir existir. Perante esta situação, há quem defenda que, para esse período antes de a língua de chegada ter sido criada, pode ser usada qualquer palavra, arcaica ou moderna, dessa mesma língua; Landers (2001), porém, sustenta que, neste caso, o vocabulário deve ser restringido de modo a excluir

palavras que sejam estrangeiras ou de origem estrangeira, anacronismos, expressões modernas e calão.

6.4 Tradução de outros tipos de texto: o texto publicitário

Para além dos géneros de texto mais conhecidos e objecto de estudo académico, há outras modalidades de texto que colocam dificuldades particulares ao tradutor e que assumem características próprias que podem recomendar estratégias específicas de tradução.

Vejamos o caso dos textos publicitários. Trata-se de textos que têm como objectivo cativar e/ou promover produtos e serviços. Em termos de dimensão, distinguem-se dos textos técnicos, científicos e literários, por serem habitualmente textos curtos. A estrutura e o estilo variam muito conforme o texto publicitário em questão, uma vez que os textos estão dependentes das estratégias utilizadas pelo autor, estratégias essas que, por sua vez, dependem da intenção do mesmo. Por exemplo, as estratégias textuais e estilísticas podem passar por simular um diálogo com o leitor, assente em perguntas retóricas e nas respectivas respostas. O léxico, por seu turno, pode ser mais corrente ou mais especializado, consoante o propósito do autor e a audiência que se pretende cativar. De facto, o público-alvo pode variar bastante consoante a intenção do texto específico, mas pressupõe-se que esse público conhece minimamente o tema e o léxico de especialidade usado, caso o texto vise a promoção de um produto pertencente a um domínio de especialidade. Por força das características especiais deste género de texto, relacionadas com o seu propósito de difundir uma ideia e captar a atenção do público, os parágrafos curtos e as frases de estrutura simples predominam sobre os parágrafos longos e as frases subordinadas, pois procura-se evitar a distração do leitor. Também se verifica nestes textos uma forte presença de modificação.

CAPÍTULO III

CARACTERIZAÇÃO DOS TEXTOS TRADUZIDOS

1. Introdução

Antes de procedermos à análise dos problemas que surgiram aquando da tradução dos textos no decurso do estágio², importa caracterizar estes mesmos textos, de modo a reconduzirmos cada um deles a um género específico, no que à função, género e sequências textuais diz respeito.

Para efeitos dos conceitos aqui explanados, tomam-se como base as considerações teóricas tecidas no capítulo anterior a propósito de funções textuais, de tipos de texto e de sequências textuais.

Uma vez que a configuração de um texto objecto de tradução enquanto texto de uma área de especialidade – texto literário, técnico, científico, só para enumerar os géneros mais comuns – depende do conjunto de características que esse texto apresentar, importa primeiramente analisar essas marcas caracterizadoras para depois, então, podermos classificá-los e reconduzi-los ao protótipo de texto que mais se lhes adequa.

Por essa razão, para cada conjunto de textos trabalhados, referiremos, em primeiro lugar, as sequências textuais que neles se encontram, para de seguida analisarmos a função textual que neles mais se destaca. Finalmente, com base nas conclusões a que se chegou, estabeleceremos uma classificação que se aproxime das designações tradicionais de texto literário, texto técnico ou texto científico.

2. Descrição dos textos trabalhados

Ao longo do estágio, fomos incumbidos da tradução de textos de origem e características muito diversas.

² De referir que, por indicação da entidade de acolhimento, a redacção dos textos trabalhados seguiu o Acordo Ortográfico de 1990; no entanto, o presente Relatório obedece às regras decorrentes do Acordo Ortográfico de 1945.

A principal tarefa que nos foi atribuída recaiu sobre um sítio da Internet (ou sítio *web*), a ser traduzido na sua quase totalidade – o *www.realttime.co*. Muitas das páginas desse sítio continham hiperligações para um outro sítio – o *www.xrtml.org* – que pode ser considerado uma espécie de “sítio irmão”, na medida em que desenvolvia, de uma perspectiva mais técnica e pormenorizada, muitos dos temas encontrados no *www.realttime.co*.

A par da tradução dos dois sítios *web*, fomos encarregados de traduzir igualmente uma lista de termos, expressões e comandos a inserir nos sítios.

No período correspondente ao primeiro semestre, traduzimos ainda um texto de promoção/publicidade (de um *cool example*), uma brochura de uma disciplina universitária e um diagrama sobre alguns aspectos relacionados com a área da actuação da *AYR*.

No segundo período do estágio, terminada que estava a tradução das partes dos sítios *web* acima mencionados que nos haviam sido atribuídas, o trabalho que realizámos recaiu sobre dois artigos – um de cariz mais académico, que tratava de questões relacionadas com *Marketing*, e outro designado “*Knowledge Pills Methodology*” – e ainda sobre um trecho de uma obra literária, o primeiro capítulo do romance “*Mansfield Park*”, da autoria de Jane Austen. O propósito desta última tradução era o de usar algumas passagens, traduzidas para português, da obra escolhida pelo supervisor do estágio, num artigo sobre tendências de consumidor.

De seguida, analisaremos com mais pormenor o conjunto dos textos dos sítios *web*, o texto *Marketing* e o texto literário, de modo a concluir a que género de texto correspondem. A mesma análise não será dedicada aos restantes textos, pela razão de possuírem dimensão muito reduzida, não tendo apresentado, por isso, questões com relevância suficiente para serem abordadas neste relatório.

2.1 Textos dos sítios *web*

2.1.1 Caracterização

Quer o *www.realtime.co* quer o *www.xrtml.org* eram sítios compostos por vários separadores diferentes e hiperligações que abriam novas páginas. Apenas alguns desses separadores e páginas nos couberam para tradução.

No caso do sítio *realtime.org*, essas páginas ou os separadores foram os seguintes:

- (a) “*Case Studies*” (4 páginas),
- (b) “*Developers xRTML*” (1 página),
- (c) “*Developers*” (2 páginas),
- (d) “*In the media*” (3 páginas),
- (e) “*Users xRTML*” (2 páginas),
- (f) “*Events*” (4 páginas),
- (g) “*Users Power Marketing*” (3 páginas),
- (h) “*Developers Power Marketing*” (2 páginas);
- (i) “*Demos*” (220 páginas).

Já as páginas correspondentes ao sítio *xrtml.org* foram as seguintes:

- (a) “*About Us*” (3 páginas),
- (b) “*Blog*” (20 páginas),
- (c) “*Javascript*” (55 páginas),
- (d) “*Tutorials*” (18 páginas).

De agora em diante, referiremos estes textos por esses títulos.

O sítio *www.realtime.co* promove um produto informático – designado *Realtime* – da criação da empresa IBT – *Internet Business Technologies*. O *realtime* é uma solução tecnológica que permite a um criador ou gestor de um sítio *web* ter acesso a todos os dados relevantes (tais como a informação relativa ao número de visitantes nesse momento, ao que estão a ver, aos aspectos em que focam a sua atenção, etc.), em directo, sem necessidade de actualizar a página. Esta inovação tecnológica é assegurada por uma linguagem *web* designada por *xRTML*, e que é explicada com maior pormenor

no sítio *www.xrtml.org*, para onde muitas hiperligações no sítio *realtime.co* nos enviam, daí a expressão, usada anteriormente, “sítios irmãos”.

Apesar de constituírem dois sítios diferentes, muitas características comuns unem vários dos textos que neles ocorrem. Antes de aprofundarmos esta questão, porém, devemos proceder a uma caracterização sumária de cada sítio.

O *www.realtime.co* funciona basicamente como um espaço de promoção do produto apresentado – a já referida tecnologia *realtime* –, pelo que é dirigido maioritariamente aos empresários de Tecnologias de Informação, aqueles que pretendam aplicar essa tecnologia no respectivo sítio da Internet. Como se verá adiante, a linguagem usada aproxima-se do que caracteriza usualmente o texto publicitário.

Por outro lado, o *www.xrtml.org* pretende explicar com maior detalhe o modo de funcionamento dessa tecnologia e a forma como os operadores podem trabalhar com ela. Destina-se, por conseguinte, a um público ligeiramente mais qualificado na área das Tecnologias de Informação, pelo que se pode dizer que tem como alvo primordial os *developers*, isto é, os engenheiros e outros especialistas dessa área.

2.1.2 Sequências textuais

Sem prejuízo dos propósitos ligeiramente diferentes, acima descritos, podemos tratar os textos que ocorrem nos dois sítios como correspondendo a um mesmo tipo de texto, pelo menos no que às sequências textuais diz respeito. De facto, como se comprovará adiante, existem textos de ambos os sítios que apresentam características semelhantes.

Começemos pelas sequências descritivas, que podem encontrar-se na maior parte dos textos que trabalhámos. Por exemplo, no texto “*Blog*”, estas sequências são usadas no contexto de transmissão de informação sobre os produtos da *IBT*, que é afinal o propósito desse texto, organizado em artigos que dão a conhecer novas potencialidades associadas ao *realtime*. A ideia, neste caso, é apresentar os conceitos criados, seleccionando um determinado número de elementos constitutivos da coisa descrita e transmitindo-os. Do mesmo modo, as sequências descritivas no texto “*Case Studies*” reflectem a intenção textual de dar a conhecer ao público-alvo os exemplos de sucesso de aplicação da tecnologia promovida. No texto “*About xRTML*”, bem como no

texto “*Developers*”, muito semelhantes em conteúdo (chegando mesmo a partilhar algumas frases), também se destaca a natureza descritiva das sequências textuais, usadas para enumerar as características do produto *xRTML*. Um parágrafo descritivo também inicia o texto “*Tutorials*”, que é, no restante, inteiramente explicativo. O texto “*In the media*” dá a conhecer ao público as referências à tecnologia *realtime* encontradas na Internet, com as hiperligações para os respectivos sítios, e as frases curtas que daquele texto constam contêm uma única sequência descritiva. O carácter descritivo forma o único tipo de sequência encontrada no texto “*Javascript*”, que é inteiramente descritivo, e apresenta sempre a mesma estrutura, contendo uma série de comandos e as respectivas funções, organizados por tabelas. Vejamos alguns exemplos das sequências descritivas verificadas nos textos acima mencionados:

1)

Sequências descritivas	Texto
<p>“About Realtime® Web</p> <p>Realtime® is a revolutionary, patented technology, in which content may be pushed to users in real time, without the need to refresh their browsers or reload their applications. It is comprised of both a framework and a set of products, designed to help developers to bring their applications to a new generation of internet tools and publishers to unleash the true power of their websites and applications. Realtime® Web is divided into 4 segments/brands: (...)”</p>	<p>“<i>Blog</i>”</p>
<p>“Power marketing makes it easy to monitor and manage your website visitors and provides unique ways to interact with them, all in real-time, as they navigate and perform actions on your website, all available through the new IBI - Interactive Business Intelligence - tool.”</p>	<p>“<i>Users PowerMarketing</i>”</p>

<p>“xRTML is used to transform the World Wide Web into the Realtime® Web and then combined with the powerful ORTC it becomes a web changing Framework that every business should be on the lookout for.”</p>	<p>“<i>Homepage: Developers</i>”</p>
<p>“Realtime lands \$100M in funding to actually make the Web realtime”</p>	<p>“<i>In the media</i>”</p>
<p>“This tutorial shows you the basics. xRTML's main responsibility is to help in providing mechanisms for handling Realtime messages and doing something with them, so that's what we'll explain here. You will learn how to establish a Connection to ORTC, subscribe Channels to listen for messages, Send messages, and change something in the DOM when a message arrives.”</p>	<p>“<i>Tutorials</i>”</p>

A par das sequências descritivas, encontramos também um número considerável de sequências explicativas nos textos trabalhados. No texto “*Blog*”, essas sequências surgem em alguns artigos do blogue, quando é necessário que o leitor, ou o destinatário do texto, leve a cabo uma certa conduta, de modo a desfrutar de todas as funcionalidades do produto em causa. São predominantes no texto “*Tutorials*” do sítio *www.xrtml.org*, que é o sítio mais especializado. Importa mencionar que, para alguns autores (por exemplo, Werlich, 1976), estas sequências não são explicativas, mas sim instrutivas. De facto, as instruções que este texto fornece encontram-se ao longo de uma série de páginas, que vão indicando ao leitor os passos necessários para se aprender a operar com as mensagens *Realtime*. Bassols e Torrent (1996), contudo, referem-se a este tipo de sequências como pertencendo ao tipo explicativo. Vejamos alguns exemplos dessas sequências descritivas:

2)

Sequências explicativas	Texto
“First let’s get the HTML code out of the way. Simply place the following code inside your page: (...)”	“ <i>Blog</i> ”
“The next step is to include the xRTML tags.”	“ <i>Blog</i> ”
“Don’t forget to set your own application key and authentication token.”	“ <i>Blog</i> ”
“How does it work? BFAuction doesn’t allow “On Save” events. So we must add some xRTML code (...)”	“ <i>Blog</i> ”
“Now, before we can send and receive messages we have to connect to the ORTC server. The minimum properties that you will need to configure are as below, but please have a look at the rest of the available properties and handlers on the documentation for the <u>Connection</u> . This is probably our most important component so you should get familiar with it. Don't forget to replace <i>my App Key</i> , with your own credentials, or the tutorial will not work.”	“ <i>Tutorials</i> ”
“id: Give your connection a unique identifier so you can later get the connection from the Connection Manager.”	“ <i>Tutorials</i> ”

Tratemos agora dos outros dois tipos de sequências textuais reconhecidas pela maior parte dos autores – a narrativa e a argumentativa. Se é certo que as sequências narrativas não ocupam um lugar tão destacado como as explicativas e as descritivas, os textos sob análise demonstraram, no entanto, uma marca argumentativa bastante vinculada. Com efeito, as sequências argumentativas podem ser encontradas ao longo dos vários textos, ou não tivessem muitos destes um certo carácter publicitário, na medida em que promovem um produto que o autor do texto pretende que seja consumido pelo leitor/público-alvo. De facto, as sequências argumentativas assumem nestes textos formas variadas, com a intenção de fazer o leitor convencer-se da veracidade das afirmações do autor – nomeadamente, a qualidade do produto promovido – para que

venha a assumir uma conduta específica – no caso, para que siga os passos necessários para incorporar o *realtime* no seu próprio sítio.

As sequências argumentativas estão presentes em todos aqueles textos que visam captar a atenção do leitor e promover um produto. É o caso do texto “*Case Studies*”, que, na verdade, corresponde a um conjunto de textos curtos que demonstram o sucesso da aplicação da tecnologia *realtime* em fase experimental; do texto “*About us*” que, apesar de ser um texto muito semelhante ao “*Developers*”, acrescenta, face a este, várias sequências argumentativas na forma de citações, que funcionam não tanto como aprovação pretensamente objectiva de observadores externos, mas mais como tentativas adicionais de nos convencer da verdade das asserções atrás enunciadas – isto porque a maior parte das citações são produzidas pelos próprios criadores do produto em causa; e do texto “*Blog*”.

Seguem-se exemplos de sequências argumentativas, com informação relativa ao tipo de argumento que se encontra por detrás de cada sequência, de acordo com os critérios enunciados por Bassols e Torrent (1996):

3)

Sequências argumentativas	Tipo de argumento	Texto
“It was only natural that we would support it by developing this extension and providing the extraordinary community with this new amazing set of real time features.”	Uso de vocabulário axiológico com carga valorativa	“ <i>Blog</i> ”

No quadro 3), o vocabulário axiológico com carga valorativa encontra-se no uso de adjectivos de qualidade (“*amazing*” e “*extraordinary*”), pouco comuns num texto que se debruça sobre as descrições técnicas de um produto.

4)

Sequências argumentativas	Tipo de argumento	Texto
“According to Gartner, “IBT has the potential to set a new industry standard for real-time web experiences that feel more like you’re in a giant chat room than the static, often frustrating quest for information we are often subjected to today.””	Citação; uso de vocabulário axiológico com carga valorativa	“ <i>Blog</i> ”

O mesmo se verifica no excerto constante do exemplo 4), em que ao vocabulário axiológico (“*frustrating*”) acresce a inclusão de citação de um agente externo de prestígio, citação essa que visa conceder aprovação à empresa que criou a tecnologia promovida e afiançar o público-alvo da respectiva qualidade. O recurso a essa citação constitui igualmente um argumento de autoridade, na medida em que utiliza juízos de uma pessoa como prova a favor de uma tese.

5)

Sequências argumentativas	Tipo de argumento	Texto
“(…) it becomes a web changing Framework that every business should be on the lookout for.”	Argumento pragmático	“ <i>Homepage: Developers</i> ”

Através do argumento de ordem pragmática (pois propõe o êxito como critério objectivo de validade) utilizado no excerto do quadro 5), o autor pretende convencer o público-alvo de que o sucesso, na área das Tecnologias da Informação e, mais especificamente, da *web*, só pode ser alcançado através da *Framework* em questão.

6)

Sequências argumentativas	Tipo de argumento	Texto
“Ever wanted to know it all, not from yesterday’s statistics, but in real-time, while looking at all the visitors currently active on your website? Well now you can.”	Interrogação retórica	“ <i>Users PowerMarketing</i> ”

No quadro 6), podemos observar um exemplo da modalidade interrogativa, que é usada no caso concreto para criar uma relação de cumplicidade e familiaridade entre o autor e o leitor, aproximando-os.

2.1.3 Funções textuais

Nos textos dos sítios *web*, estão subjacentes duas funções textuais predominantes, a função informativa e a função vocativa. A natureza informativa exprime-se através do propósito de caracterizar uma realidade – a tecnologia *realtime* – externa à mente do autor. A função vocativa, por seu turno, pressupõe que o texto seja redigido tendo em conta a existência de um público específico, de uma audiência previsível de leitores, sendo por essa razão associado a textos instrutivos e publicitários, textos que partilham algumas características com alguns dos textos dos sítios *web*.

Nestes termos, a função vocativa encontra-se naqueles textos dos sítios *web* que promovem a tecnologia *realtime* e elogiam as características e capacidades destas com o intuito de suscitar nos leitores um interesse nesse produto; e a função informativa reflecte-se naqueles textos que enunciam as características do *realtime* e indicam e explicam os passos necessários para se saber trabalhar com aquela tecnologia. Porque não existem textos que possuam em si uma única função textual, não se pode dizer que os sítios *web* tenham uma natureza exclusivamente vocativa ou exclusivamente informativa. Com efeito, uma ou outra função pode predominar sem que isso impeça que outras funções se encontrem também presentes, ainda que de modo menos acentuado.

Partindo desta ideia, podemos, por conseguinte, dizer que a função vocativa se encontra mais associada aos textos que contêm sequências argumentativas com o intuito de captar a atenção do leitor e de o convencer das capacidades pretensamente superiores do produto, e que a função informativa se encontra mais presente naqueles textos que, através de sequências descritivas e explicativas, visam dar a conhecer a realidade da tecnologia *realtime*. Deste modo, podemos considerar os textos “*Tutorials*”, “*Javascript*”, e “*Demos*” textos predominantemente informativos, ao passo que os restantes podem ser classificados como textos simultaneamente vocativos e informativos, atendendo às características que apresentam.

2.1.4 Géneros textuais

Feita uma caracterização dos textos dos sítios *web* à luz das ideias de sequências textuais e de funções do texto, estamos agora em posição de determinar o género textual a que correspondem.

Relativamente ao objecto, a matéria sobre que se debruçam os textos relaciona-se com a tecnologia, isto é, com a aplicação de conhecimento científico em propósitos práticos (cf. Byrne, 2006). Nesses textos, surge também como marca essencial a ocorrência de vocabulário técnico, ou seja, terminologia especializada da área das Tecnologias de Informação. Para além do mais, os textos dirigem-se a um público muito específico. Por fim, pode acrescentar-se a incidência de tempos verbais no presente. Encontram-se, por conseguinte, verificados quatro dos requisitos associados habitualmente ao texto técnico: o propósito de transmissão de informação especializada, a forte ocorrência de terminologia, a criação do texto com uma específica audiência de leitores em mente e o uso de tempos verbais presentes.

Por outro lado, podemos comprovar como muitos dos textos dos sítios *web* revelam marcas típicas dos textos de publicidade. Características como o discurso na primeira pessoa, recurso a léxico corrente a par do uso de léxico especializado, estratégia de aproximação entre o autor e o público através de perguntas retóricas, entre outras, podem ser encontradas nos textos dos sítios *web* que trabalhamos.

Por estas razões, entendemos que estes textos configuram uma natureza híbrida entre o texto técnico e o texto publicitário. Essa natureza é, aliás, confirmada pela

circunstância de o autor desses textos utilizar recursos criativos como metáforas, linguagem coloquial, *phrasal verbs*, e outras soluções linguísticas igualmente originais. Servem esses recursos não, ou não unicamente, para embelezar o texto, mas sim para transmitir a mensagem da forma mais adequada possível, sendo que, no caso de alguns dos textos dos sítios *web*, essa mensagem se destina a promover um produto.

Creemos que esses atributos mais associados ao texto publicitário não eliminam o carácter de texto técnico que também se verifica. De facto, o texto técnico pode usar uma linguagem entre o registo científico e o coloquial, desde que se apresente como verdadeiramente intencional (cf. a definição de texto técnico como *workshop language* de Pinchuk, 1977, *apud* Byrne, 2006). Por outro lado, há que acrescentar que a presença de marcas estilísticas e criativas em número considerável nestes textos implica que o tradutor terá de encontrar soluções igualmente criativas no sentido de manter, ou não (dependendo do que o texto pedir), esses aspectos no texto de chegada. Os casos analisados ao longo do relatório permitem, portanto, desmentir a ideia tradicional de que a tradução técnica não pode ser, por natureza, expressiva ou criativa.

2.2 O texto “Marketing”

2.2.1 Caracterização

Embora assim denominado, o texto “Marketing” não é um texto publicitário, mas sim um artigo académico, um *paper*, de 12 páginas, cujo tema é a análise de resultados de um projecto de investigação sobre a indústria dos serviços de formação em Portugal. A pesquisa recaiu sobre a preferência do segmento de entrevistados em relação a duas abordagens de *Marketing*: o *Marketing* directo e o *Marketing* relacional.

2.2.2 Sequências textuais

Dado que o texto em questão se baseava nos resultados de uma pesquisa, o tipo de sequências predominante foi o descritivo. Vejamos dois exemplos dessas sequências, no quadro abaixo:

7)

Sequência descritivas
“Relationship marketing (RM) and direct marketing (DM) are more and more important areas in every business activity.”
“The research sample was purposeful and selected from the database of a training company in Portugal, where one of the authors works, consisting of training customers, specifically 24 training directors and six training participants of 30 different companies in Portugal”

Ao contrário do que se esperaria de um artigo académico, o texto “*Marketing*” não apresenta sequências argumentativas em número elevado, o que se pode justificar pelo facto de o próprio objecto – análise de resultados de uma pesquisa – ser por natureza menos propenso à argumentação. Contudo, verificaram-se algumas sequências desse tipo, exemplos das quais podemos observar abaixo:

8)

Sequência argumentativa	Tipo de argumento
“These relational interviewees, in opposition to the transactional ones, consider that (...)”	Oposição

No exemplo referido em 8), o argumento utilizado é o recurso retórico da oposição, que visa distinguir duas realidades diferentes, atribuindo-lhes características diferentes.

9)

Sequência argumentativa	Tipo de argumento
“For example, transactional interviewees prefer to make the first personal contact.”	Exemplo

Em 9), podemos observar o uso de exemplo, isto é, a enunciação de um facto que leve a uma conclusão, conclusão essa que corresponde à tese que é sustentada.

10)

Sequência argumentativa	Tipo de argumento
it is important to state that	Verbos do tipo “dizer”
It is also argued that	

No quadro 10), encontram-se dois exemplos do uso de verbos do tipo “dizer” – no caso, “*state*” e “*argue*” – recurso comum na argumentação.

11)

Sequência argumentativa	Tipo de argumento
“Nevertheless, it is essential to mention that (...)”	Conector argumentativo

Em 11), o autor serve-se dum conector argumentativo – “*nevertheless*” – para ligar duas ideias.

2.2.3 Funções textuais

A função textual predominante que este artigo académico expressa é a informativa. De facto, o propósito de qualquer artigo académico é, na sua essência, o de transmitir conhecimento, normalmente através da defesa de uma tese, ou, como ocorre neste caso, através da apresentação de dados e respectiva análise com vista a uma conclusão.

A função vocativa também se encontra presente, especialmente no apelo a mais investigação na área abordada, mas também subjacente à própria natureza de artigo académico, que visa acrescentar ao domínio especializado em que se insere novas ideias e perspectivas, que, em última análise, alterem pensamentos e maneiras de pensar.

2.2.4 Géneros textuais

O texto “*Marketing*” consiste num texto longo, que se destina a transmitir não só informação objectiva que reflecte o trabalho desenvolvido pelas autoras, mas também a perspectiva destas, baseada nos dados recolhidos. É dirigido a um público restrito, pertencente à mesma área de conhecimento especializado que as autoras, pelo que não recorre a estratégias para alargar o eventual público de leitura. Precisamente por não pretender ser lido por outro público para além dos especialistas e interessados pelos estudos de *Marketing*, o texto usa algum vocabulário de especialidade, só inteligível para os especialistas do mesmo domínio de conhecimento.

Estas características correspondem à definição do texto científico. Recordemos, a este propósito, o critério sustentado por Byrne (2006) de que o texto científico deve debruçar-se sobre a verificação de conhecimento através de observação e experimentação. Cremos que a não ocorrência de características – como a habitual ausência de expressões coloquiais e a frequência de verbos no presente – associadas tradicionalmente ao texto científico não basta para impedir essa classificação, e pode ser explicada. Começando pelas expressões coloquiais, a sua verificação deve-se ao facto de haver uma parte do texto com excertos de entrevistas, sendo natural que os entrevistados se tenham exprimido num registo mais informal, que contrasta com a linguagem usada no resto do texto. Por outro lado, o texto apresenta uma predominância de verbos num tempo passado, o que se compreende, atendendo a que o artigo faz referência a um estudo já realizado.

2.3 O texto “*Mansfield Park*”

2.3.1 Caracterização

No segundo semestre, o supervisor do estágio requisitou-nos uma tradução do primeiro capítulo do romance “*Mansfield Park*”, com a finalidade atrás mencionada. O texto “*Mansfield Park*” é um romance da autoria da escritora inglesa Jane Austen, publicado em 1814.

2.3.2 Sequências textuais

Tratando-se de um claro exemplo de um texto literário, as sequências textuais prevaletentes são as sequências narrativas.

2.3.3 Funções textuais

O excerto por nós traduzido constitui um capítulo de uma obra clássica da literatura, da autoria de uma romancista de renome, e constitui, por isso, um texto típico de função expressiva predominante. Por conseguinte, o cunho pessoal do autor, por constituir elemento essencial da caracterização da obra, deve, na medida do possível, ser mantido na tradução.

2.3.4 Géneros textuais

Por força da prevalência de sequências narrativas e pela função expressiva que apresenta, o texto “*Mansfield Park*” constitui um exemplo perfeito de texto literário.

3. Nota complementar

Importa aqui fazer uma referência a uma orientação que recebemos por parte dos responsáveis pelo projecto dos dois sítios. A tradução dos sítios para português visava a respectiva divulgação no mercado brasileiro. Para esse efeito, a nossa tradução seria depois revista por um falante nativo do português brasileiro, de modo a adaptá-la às especificidades lexicais e sintácticas desta variedade do português. A dado momento, foi-nos pedido que, para facilitar essa tarefa posterior, certos termos fossem traduzidos não para português europeu, mas sim para português brasileiro. A lista, dos termos e da respectiva tradução, que nos foi dada foi a seguinte:

12)

Português europeu	Português brasileiro
Ficheiro	Arquivo
Armazenado/armanezar	Alojado/alожar
Secção	Seção ³
Contacto	Contato
“Empurrar conteúdos”	Fazer o “push” de conteúdos
Aplicação	Aplicativo
Espetro	Espectro
Controlo	Controle
Consola	Console
Em directo	Ao vivo
Em simultâneo	Simultaneamente
Equipa	Equipe
Acentos agudos devem passar para acentos tónicos	
Fazer download	Baixar
Registo	Registro
Password	Palavra-passe
Perceção/Receção	Percepção/Recepção
Ficheiro	Arquivo

Como se depreende da lista fornecida, algumas das alterações a efectuar diziam meramente respeito a mudança de grafia, enquanto outras correspondiam a termos diferentes usados no mesmo domínio de especialidade no Brasil.

O resultado foi um texto que reunia algumas marcas lexicais e morfológicas de duas variedades diferentes da mesma língua, deixando de parte propriedades sintácticas que distinguem a variedade brasileira do português falado em Portugal. Essa amálgama de propriedades pertencentes a variedades distintas não contribuiu decerto para o embelezamento do texto, do ponto de vista estilístico, nem para a sua clareza, tendo, pelo contrário, originado um texto incharacterístico que causará estranheza quer aos

³ Embora o verbo “seccionar” devesse permanecer sem alteração gráfica.

leitores duma variedade quer aos leitores da outra. No entanto, seguimos a instrução que nos foi transmitida.

Será conveniente a este propósito relembrar o conceito de equivalência, abordado no capítulo relativo a considerações gerais sobre a tradução. É certo que uma tradução de um texto original escrito em inglês para o português europeu, com marcas de uma outra variedade da mesma língua, não constituiria uma tradução, em sentido rigoroso, para muitas abordagens tradicionais, por envolver não uma língua de chegada, mas duas variedades da mesma língua de chegada. Porém, o caso em análise parece enquadrar-se naquelas situações referidas por Robinson (1997). De facto, as perspectivas sociais da tradução vieram introduzir no contexto da tradução a figura do iniciador ou interessado na tradução, a juntar às figuras do autor, tradutor e leitor do texto de chegada. Assim, há que ter em conta também as pretensões do cliente, pelo que, se a tradução preencher os requisitos impostos pelo este, também deve ser considerada fiável, mesmo que falhem os requisitos tradicionais (Robinson, 1997).

4. Conclusão

A caracterização dos textos de partida permite ao tradutor ter em conta a diferente natureza de cada texto, no que respeita às sequências textuais de que o autor se serve e à função que o texto, em última análise, prossegue. A classificação reconducente a um tipo específico de texto, que daquela caracterização resulta, assume-se como fundamental, na medida em que influencia o tipo de estratégias que o tradutor deve adoptar perante eventuais dificuldades levantadas na tradução. Assim, por exemplo, Newmark (1988) refere que os textos expressivos costumam ser traduzidos ao nível do autor, enquanto os vocativos e os informativos tendem a ser traduzidos ao nível da audiência de leitores. Byrne (2006), por seu lado, defende que a tradução do texto técnico deve ter em conta a audiência do texto de chegada.

CAPÍTULO IV

QUESTÕES LINGUÍSTICAS DECORRENTES DA TRADUÇÃO DOS TEXTOS

1. Questões lexicais

1.1 Terminologia

1.1.1 Introdução

A terminologia é definida por Contente (2008:29) como “um subsistema constituído por um léxico especializado que integra o sistema geral da língua, sendo este subsistema um reflexo da organização cognitiva e conceptual de áreas científicas, um meio de expressão e de comunicação de conhecimentos especializados”. Esse léxico é, portanto, próprio dos textos de linguagem especializada, isto é, aqueles subsistemas linguísticos associados a determinadas áreas do saber.

A importância dos termos enquanto marca fundamental da comunicação no âmbito das várias áreas específicas do saber está bem expressa na seguinte citação de Contente (2008:24): [os termos] “são utilizados por actores num meio socioprofissional, em situações de comunicação especializada, veiculados em diferentes tipos de discursos especializados”.

Nesta secção, iremos abordar a questão da tradução de termos e mencionaremos as diferentes estratégias que seguimos para ultrapassar os problemas com que nos deparamos durante o estágio.

1.1.2 Termos: definições

Quer os textos dos sítios da Internet quer o texto científico que traduzimos no âmbito do estágio, mas especialmente aqueles, apresentaram vários termos, como seria de esperar atendendo às características paradigmáticas dos tipos de textos em que se enquadram.

Para Correia (2005:1), termos são unidades lexicais que assumem significados específicos quando usadas em discurso especializado, significados esses que lhes permitem denominar conceitos científicos e técnicos.

Contente (2008:38), por seu lado, define o termo (o qual designa também por signo terminológico) como uma unidade linguística composta pela denominação e pelo conceito, sendo que alguns autores preferem falar em “noção” em vez de “conceito”. A relação entre a denominação e o conceito é monorreferencial, isto é, é estabelecida de tal maneira que, para um determinado termo, existe apenas uma denominação correspondente a um conceito (opt. cit.). Pode ocorrer, no entanto, que a mesma forma linguística seja reutilizada, caso em que surge um novo termo homónimo: possuindo a mesma forma linguística, mas designando um conceito diferente (idem). A regra da univocidade não impede que, em certos casos, um mesmo conceito seja expresso por mais de uma forma linguística, o que cria um problema de sinonímia terminológica. É o tipo de questão colocada perante o tradutor quando este tem mais de um equivalente na língua de chegada para designar um dado conceito, sendo então forçado a uma escolha.

Os termos podem ser simples ou complexos. Aqueles constituem-se de uma só palavra. Estes, pelo contrário, são compostos por duas ou mais unidades lexicais, separadas por espaços em branco ou ligadas por hífen, formando uma expressão de sentido único, por vezes designada de sintagma terminológico. Os termos complexos, porém, não se confundem com as fraseologias especializadas, questão que será abordada em secção própria.

1.1.3 Procedimento de tradução adoptado

Cabe agora analisar o procedimento por nós posto em prática na resolução de problemas de tradução originados pela ocorrência de termos.

Sempre que, nos textos trabalhados, nos deparávamos com termos, várias opções se nos ofereceram: a escolha de expressão ou equivalente pré-definidos pela empresa cliente, a opção por equivalente constante de glossário especializado, ou uma solução nossa.

Cada uma destas alternativas passava ou por uma tradução ou por uma transferência do termo do texto original. De seguida, analisaremos alguns problemas colocados por esta abordagem, com excepção daqueles casos relacionados com empréstimos, que serão abordados mais abaixo, em subsecções próprias.

1.1.4 Análise de problemas

As três estratégias, enumeradas acima, que propusemos seguir quando um termo surgia no texto de partida, explicam-se nos seguintes moldes, hierarquizando-se em termos de importância por esta ordem:

- a) opção do cliente;
- b) pesquisa em recursos da especialidade;
- c) solução nossa.

Seguidamente, referiremos cada uma destas estratégias, que ilustraremos com exemplos retirados dos textos trabalhados.

a) Opção do cliente

Perante a ocorrência de um termo, a primeira estratégia adoptada passava sempre pela adesão ao equivalente preferido pelo cliente, sempre que fosse possível. Esta estratégia só se aplicou à tradução dos sítios da Internet porque só aí fazia sentido falar de “cliente”. Por “cliente”, entenda-se aqui a empresa cliente da *AYR*, a *IBT*, que criou os sítios referidos e os produtos neles promovidos. Embora nunca nos tenham chegado, em rigor, indicações directas por parte dessa empresa sobre equivalentes a preferir, pudemos depreender essa preferência a partir de um documento que nos havia sido facultado pela *AYR* para consulta e para nos familiarizarmos com o tema. Tratava-se de um boletim informativo, em que a *AYR* já tinha trabalhado, da autoria da *IBT*, e que se debruçava sobre o produto que esta empresa promovia – o *Realtime*. Daqui em diante, referir-nos-emos a esse boletim pelo seu título, a *Newsletter*. A *Newsletter* foi-nos disponibilizada em duas versões, a versão original em inglês e uma versão traduzida para português, elaborada por uma colaboradora da *AYR*. Foi através da comparação das

duas versões que pudemos seleccionar algumas traduções e empréstimos de termos que acabámos por usar, mesmo quando os glossários especializados sugeriam outras alternativas. Isto possibilitou manter uma uniformização de linguagem entre este documento e a tradução dos sítios que depois realizámos.

Aparentemente, colocavam-se em conflito dois princípios: o da correcção científica do termo conforme atestada em glossários da especialidade e o da vontade do cliente. Como a *Newsletter* já tinha sido disponibilizada ao público, nas duas versões, entendemos que isso equivalia a uma validação do seu conteúdo, o que significava que a *IBT*, empresa cliente da *AYR*, considerava a tradução desse documento como fiável. Fizemos prevalecer o segundo daqueles princípios, com base na ideia de que é o comitente da tradução, em última análise, que define o tipo de tradução que pretende do tradutor. Robinson (1997) refere, a este propósito, a fiabilidade textual da tradução, isto é, o preenchimento dos requisitos exigidos pelo cliente/comitente em relação ao que espera do resultado final da tradução.

Pôde constatar-se, na verdade, no que aos termos diz respeito, que a *Newsletter*, na maioria dos casos, preferia os empréstimos à procura de equivalentes dos termos em português, pelo que era frequente encontrar o termo original em inglês mantido na versão portuguesa do documento. Assim sendo, mantivemos, nesses casos, o termo em inglês intacto, sem adaptação à língua portuguesa, mesmo quando existiam equivalentes em português sugeridos por glossários. Vejamos alguns exemplos.

13)

Termo verificado no documento de apoio “Newsletter”	Equivalente sugerido em glossários da especialidade
Newsletter	Boletim Informativo

Começamos pelo próprio título do documento de apoio – “*Newsletter*”. Eis um indício claro da preferência pelos empréstimos em detrimento de equivalentes em português. A pesquisa no glossário do *IATE*, no domínio “*EDUCATION AND COMMUNICATIONS*”, que engloba as áreas de “*Communications*”, “*Documentation*”, “*Information and information processing and data processing*” e “*Information technology*”, dá-nos o resultado em português de “boletim informativo”, nos

subdomínios de “*Means of communication*” e “*Humanities*”. Ora, a tradução dessa “*Newsletter*” preferiu a adopção do empréstimo, o que, na verdade, não choca, visto que se pode dizer que o termo “boletim informativo” não se conseguiu estabelecer na linguagem dos falantes de português, preferindo-se quase sempre o termo em inglês.

Observemos um outro exemplo:

14)

Termo verificado no documento de apoio “<i>Newsletter</i>”	Equivalente sugerido em glossários da especialidade
Developer	Desenvolvedor/Agente de desenvolvimento

Novamente aqui, o *IATE* fornece um equivalente em português que não foi usado na *Newsletter*. Pela definição constante do mesmo glossário – “*a person, or group, that designs and/or builds and/or documents and/or configures the hardware and/or software of computerised systems*” –, pode verificar-se que se aplica à realidade descrita na *Newsletter*. Contudo, não foi essa a opção tomada e acabámos por manter o empréstimo. Embora “*developer*” não seja uma expressão tão familiar aos falantes de português como “*newsletter*”, os técnicos da *AYR* que trabalhavam nesta área da Informática e das Tecnologias da Informação, quando questionados, mostraram-se familiarizados e à vontade com este empréstimo, pelo que o mantivemos aquando da tradução dos sítios. Prevaleceu aqui a escolha do cliente, bem como a perspectiva dos especialistas, em detrimento de uma solução mais conforme com o sistema da língua portuguesa.

15)

Termo verificado no documento de apoio “<i>Newsletter</i>”	Equivalente sugerido em glossários da especialidade
Server-side	do servidor/lado do servidor/sediado no servidor/etc

No caso da expressão “*server-side*”, constante do quadro 15), encontrou-se alguns equivalentes em português em documentos no *Eur-lex* e outro na entrada respectiva da *Wikipedia* em português. A *Wikipedia* sugeria a tradução literal de “lado do servidor” mas, por ser uma enciclopédia *online* construída pelos próprios utilizadores, não pode ser considerada fidedigna do ponto de vista de correcção científica. Sucede porém que as soluções encontradas no *Eur-lex* não eram uniformes⁴. A pesquisa efectuada no Google revelou também resultados ambivalentes, ainda que os resultados da busca por “*server-side*” em sítios portugueses (27,700) fosse consideravelmente inferior aos resultados da busca por “lado do servidor” (cerca de 151,000). No entanto, seguimos a opção do cliente revelada na *Newsletter* e mantivemos o empréstimo, apesar da estranheza da inserção de uma expressão em inglês tão pouco adaptável, do ponto de vista morfológico, à língua de acolhimento, neste caso o português.

16)

Termo verificado no documento de apoio “<i>Newsletter</i>”	Equivalente sugerido em glossários da especialidade
Website	Sítio Web

Neste caso, o *IATE* sugere “sítio *web*” como alternativa, ainda que o empréstimo “*website*” se tenha vulgarizado junto dos falantes do português europeu, pelo que, uma vez mais, foi esta a solução por que optámos.

17)

Termo verificado no documento de apoio “<i>Newsletter</i>”	Equivalente sugerido em glossários da especialidade
Framework	Quadro

Para a tradução termo constante do quadro 17), o *IATE* sugere, entre outros, o termo “quadro”. De referir que no *IATE* não surge nenhuma ocorrência de “*framework*”

⁴Os três resultados revelados no *Eur-lex* foram “do servidor”, “para servidores” e “sediadas no servidor”, consoante a função sintáctica que “*server-side*” desempenhava no texto em inglês.

isoladamente, antes surge essa palavra integrada em expressões maiores como “*framework directive*”, “*framework integration*”, “*working framework*”, etc). Não se encontra, nesse recurso, o significado específico de “*framework*” na área de Tecnologias de Informação, enquanto estrutura que define a interoperabilidade de aplicações *software*⁵. Uma busca por “*framework*” em sítios de português europeu revela a popularidade do empréstimo junto dos especialistas, pelo que mantivemos sem problemas a solução da “*Newsletter*”.

18)

Termo verificado no documento de apoio “<i>Newsletter</i>”	Equivalente sugerido em glossários da especialidade
Browser	Navegador, Navegador web

Também neste caso do exemplo do quadro 18), o IATE sugere um equivalente em português que não foi seguido na *Newsletter*, o que nos levou, uma vez mais, a não o adoptar na tradução.

19)

Termo verificado no documento de apoio “<i>Newsletter</i>”	Equivalente sugerido em glossários da especialidade
Chat	Conversa

Quanto ao exemplo do quadro 19), o IATE sugere “conversa” como equivalente preferencial, em português, para “*chat*”, com o sentido de comunicar com outra pessoa através de mensagens de texto escrito em tempo real pela internet, mas a “*Newsletter*” preferiu o empréstimo. Contudo, aqui abrimos uma excepção ao procedimento que estávamos a seguir, e optámos por evitar o empréstimo em favor do equivalente em português “conversação”. Apesar de o empréstimo “*chat*” já se encontrar reconhecido em dicionários de língua portuguesa, considerámos que razões de estilo recomendariam a preferência por um equivalente em português, validado num sítio sobre informática na

⁵Definição constante do glossário da *Gartner* sobre Tecnologias de Informação (<http://www.gartner.com/it-glossary/framework/>).

Internet⁶, pelo que as ocorrências do termo “*chat*”, todas no texto “*Blog*”, foram resolvidas através da tradução para “conversação”. Alguns exemplos podem ser observados no quadro abaixo.

20)

Original	Tradução
“In this article we’ll set up a small <u>chat</u> (...)”	“Neste artigo vamos configurar uma pequena janela de conversação (...)”
“The <u>chat</u> area is very modest looking.”	“A área dedicada à conversação tem um aspeto muito modesto.”
“Every time we receive a new <u>chat</u> message (...)”	“Cada vez que recebemos uma nova mensagem de conversação (...)”
“ <u>Chatting</u> in Realtime®”	“Conversar em <i>Realtime</i> ®”

Porém, como referido atrás, o modo de resolução do problema originado pela ocorrência do termo “*chat*” foi a única excepção num procedimento que se pautou por quase sempre seguir a preferência evidenciada pelo cliente.

21)

Termo verificado no documento de apoio “<i>Newsletter</i>”	Equivalente sugerido em glossários da especialidade
Tag	Etiqueta, marcador

Para este caso, mais uma vez a “*Newsletter*” preferiu o empréstimo a qualquer um dos equivalentes sugeridos pelo *IATE*. Mantivemos a solução do cliente.

b) Pesquisa em recursos da especialidade

Quando não houve equivalente sugerido pelo cliente, ou seja, quando o termo surgido nos textos não ocorreu também na “*Newsletter*”, tivemos seguir outras soluções, como as sugeridas pelos recursos de especialidade, de modo a optar por traduções

⁶ A expressão usada nesse sítio é “conversação por texto” (<http://www.radmin.pt/products/radmin/>).

reconhecidas dos termos. Para esse efeito, levávamos a cabo uma pesquisa na Internet, com consulta de glossários e outras bases de dados terminológicas. Uma vez que não possuíamos formação na área, nem detínhamos conhecimento adquirido sobre estas áreas particulares do conhecimento, tivemos de nos valer de recursos fidedignos, bem como, ocasionalmente, da ajuda de especialistas, sobretudo quando havia dúvidas acerca de algum equivalente sugerido pelos recursos. Esse auxílio dos especialistas verificou-se essencialmente aquando da tradução dos sítios da Internet, visto que muitos dos colaboradores da *AYR* são profissionais da área das Tecnologias de Informação e da Informática.

Nos textos trabalhados, mas com particular incidência nos textos da Internet, procurámos manter a terminologia no texto de chegada, pondo de parte outras soluções que passassem por perífrases explicativas. Esta última alternativa, aliás, não só se tornaria à partida difícil, devido ao grau bastante especializado da terminologia, como desajustado face ao público-alvo, também ele especializado, a que os referidos sítios da Internet eram direccionados.

Perante a inexistência de recursos tradicionais, em suporte papel, disponibilizados pela empresa (dicionários, enciclopédias, glossários, etc), sobram os recursos de especialidade disponíveis na Internet, com destaque para os glossários, as bases de dados terminológicas e os *corpora* paralelos.

Os sítios a serem consultados em primeiro lugar, e aqueles que mais úteis se revelaram na nossa pesquisa, foram o *IATE* e o *Eur-lex*.

Consultou-se igualmente a enciclopédia da Internet “*Wikipedia*”. Esta, contudo, como referido acima, não apresenta o nível de fiabilidade científica esperado duma enciclopédia, pela razão de que as entradas são criadas e modificadas pelos próprios utilizadores. Não obstante, a *Wikipedia* foi útil no sentido de obter uma indicação de que expressões pesquisar e validar noutras páginas. Por outro lado, o facto de a *Wikipedia* estar presente em variadas línguas, sendo a versão em inglês a mais completa e com maior número de entradas, serviu de ponto de partida teórico para compreender os conceitos em causa, em conjunto com outros glossários e/ou dicionários de especialidade. A versão em português não é, nem de longe, tão completa como a versão em inglês, mas ainda assim auxiliou-nos na procura de equivalentes eventuais para os termos em inglês. Essa possibilidade, para ser acolhida como solução, tinha de seguida

de ser validada recorrendo a outras fontes mais fiáveis. Resulta destes dados que a Wikipedia nunca foi usada como recurso único, apenas servindo, por vezes, como um ponto de partida para a pesquisa a efectuar.

Também se revelou proveitosa, por vezes, a consulta do *Linguee*, um *corpus* paralelo que apresenta dados linguísticos de duas línguas a seleccionar pelo utilizador. Os dados apresentados pelo *Linguee* são excertos de documentos aos quais se pode aceder através de hiperligação.

Quando a consulta do *IATE* e do *Eur-lex*, ou de outros glossários especializados, se revelava infrutífera, efectuávamos uma pesquisa no motor de busca *Google* com procura das expressões em sítios de Portugal, em língua portuguesa, que depois procurávamos validar em sítios da especialidade.

Quando iniciámos o estágio, começámos a construir um recurso de especialidade próprio, com base na pesquisa efectuada, que nos pudesse servir de auxílio em trabalhos futuros, e que foi enriquecido ao longo de todo o estágio, com entradas referentes às áreas de especialidade com que tivemos contacto, nomeadamente as Tecnologias de Informação e o *Marketing*. Este glossário pessoal consta de anexo a este Relatório.

Perante a ocorrência de termos sem equivalentes fornecidos no documento de apoio “*Newsletter*”, o método aplicado foi o seguinte.

Em primeiro lugar, fez-se uma análise sumária do texto em causa, identificando-se a mensagem e o propósito geral, bem como o tipo de texto e a audiência a que se destinava. Após esta leitura inicial, a área de especialidade a que o texto pertencia ficava identificada, o que facilitava a escolha de recursos de especialidade para a busca subsequente de equivalentes para os termos que surgissem. Assim, para os textos dos sítios, as áreas particulares de conhecimento que sobressaíram foram as das Tecnologias de Informação e da Informática, enquanto o texto do *Marketing* Directo pertencia à área do *Marketing*. Os recursos acima referidos, com destaque para o *IATE* e o *Eur-lex*, foram de grande valia na pesquisa de termos pertencentes a esses e outros domínios do conhecimento.

Optámos por começar desde logo a traduzir, em vez de pesquisarmos primeiramente eventuais termos e expressões problemáticas. Assim, sempre que nos deparávamos com um termo ou com uma expressão/fraseologia de linguagem

especializada para os quais não houvesse um equivalente sugerido pela “*Newsletter*”, efectuávamos a pesquisa necessária nos recursos de especialidade. Depois, inseríamos esses mesmos termos, com os respectivos equivalentes, no glossário da nossa autoria. Não pretendemos criar um glossário exaustivo de todos os termos com que nos deparámos, uma vez que a escassez de tempo para completar a tarefa não o permitia (e isto verificou-se sobretudo na tradução dos textos dos sítios, que era de maior urgência). Portanto, o nosso glossário contém apenas uma selecção dos principais termos e fraseologias encontrados nos textos.

Caso encontrássemos o equivalente nos recursos consultados, passávamos à validação desse termo. Se, pelo contrário, os recursos utilizados não ofereciam nenhuma solução imediata, procurávamos o equivalente através de uma pesquisa alargada, usando o motor de busca *Google* ou recursos multilingues como a *Wikipedia*. Neste último caso, pesquisávamos o termo original para depois consultar a entrada relativa ao mesmo conceito mas em português. Já fizemos acima referência ao grau reduzido de fiabilidade da *Wikipedia*. Quanto ao *Google*, servíamo-nos dele para pesquisar o termo em inglês em sítios portugueses de língua portuguesa, com a expectativa de podermos vir a encontrar um equivalente. Se nos surgisse um equivalente, quer através da *Wikipedia* quer através do *Google*, procedíamos à validação do mesmo, de modo a assegurar a sua correcção do ponto de vista científico e/ou técnico.

A validação, mesmo nos casos de equivalentes encontrados em recursos fiáveis, permite uma maior certeza na correcção do uso do termo. Este processo passa por conferir se o equivalente escolhido consta de recursos de especialidade (mesmo que não sejam linguísticos, como uma enciclopédia, por exemplo), ou pesquisar o número de resultados desse equivalente no *Google*, ou ainda verificar o uso desse equivalente em sítios da especialidade (após procura no *Google*), com preferência para sítios institucionais ou de organizações, manuais técnicos. A escolha de um termo também pode ser validada directamente por um especialista, que foi o que aconteceu sempre que dúvidas que tivéssemos eram esclarecidas por especialistas de Tecnologias de Informação que trabalhassem na AYR.

Vejamos alguns exemplos de todo este processo. Peguemos no termo “*banner*”, ocorrido no texto “*Users Powermarketing*”. Uma leitura sucinta deste texto permitiu facilmente identificá-lo como pertencendo ao domínio da Informática e das Tecnologias

de Informação. Como não existia equivalente sugerido no documento de apoio “*Newsletter*”, pesquisámos o termo no *IATE*, o recurso de especialidade que se revelou mais útil ao longo do estágio, com escolha do inglês como língua de partida e do português como língua de chegada. A procura forneceu resultados para cinco áreas, sendo que, neste contexto, apenas o resultado referente à área de “*Information technology and data processing, Means of communication, Communication systems*” nos interessava. Os equivalentes sugeridos eram “faixa publicitária” e “banda publicitária”, ambos com grau máximo de fiabilidade, conforme atestado pelo próprio *IATE*. Analisámos a respectiva definição e concluímos que a realidade descrita – publicidade em forma de imagem gráfica usada numa página *web* – correspondia ao contexto em que o termo surgia no texto original. Atendendo ao grau elevado de fiabilidade da fonte destes equivalentes bem como aos próprios resultados da pesquisa, não achámos necessário fazer uma validação dos mesmos, até porque a tradução dos textos dos sítios assumia carácter urgente.

Para outros termos, no entanto, não encontrámos equivalentes nos glossários de especialidade. Por exemplo, para o termo “*landing page*”, tivemos de efectuar uma pesquisa do motor de busca Google, em sítios de Portugal, e deparámo-nos com uma página de uma empresa da área das Tecnologias de Informação, em que era definido o conceito de “*landing page*”, bem como fornecido um equivalente em português – “página de destino”. Uma pesquisa subsequente do termo original juntamente com o equivalente em português no *Google* permitiu encontrar várias páginas que validavam “página de destino” como equivalente fiável.

Um caso em que foi a *Wikipedia* a fornecer um equivalente que careceu de validação foi o do termo “*regular expression*”. A mesma entrada em português sugeria “expressão regular”, uma tradução literal, a par do empréstimo “*regex*”, versão reduzida da expressão completa em inglês. De referir que “*regular expression*” tem, neste contexto, um significado particular no âmbito do domínio da Ciência da Computação, como se pode observar a partir da respectiva definição constante da *Wikipedia*. Como o recurso em causa não era totalmente fiável, tivemos de validar esse termo com uma pesquisa desse equivalente no motor de busca Google. Encontrámos 179,000 ocorrências, contra 5,900 ocorrências do empréstimo “*regex*”. Entre aquelas ocorrências, encontrava-se uma página de elementos de estudo da cadeira de Teoria da

Computação do Departamento de Informática da Universidade da Beira Interior, onde constava o equivalente “expressão regular”, pelo que o considerámos validado.

A validação, embora em rigor deva ter lugar em relação a todos os termos, só foi aplicada para aqueles equivalentes encontrados em recursos de menor confiança. Entendemos que os resultados de pesquisa efectuada de sítios como *IATE* e principalmente o *Eur-lex* não careciam tão urgentemente de validação.

O glossário que construímos, e que, como já referimos, se encontra em anexo a este Relatório, reflecte o processo ora descrito. Com efeito, o glossário contém uma entrada na língua de partida, um equivalente em português, a data da criação da entrada, uma definição sucinta do conceito denominado pelo termo, o domínio de especialidade (*Marketing*, Informática, etc) a que pertence o termo, a fonte (isto é, o recurso de especialidade onde se encontrou o equivalente), e, por fim, uma coluna em separado para eventuais observações e para validação de certos resultados. De referir que só se incluiu no glossário termos para os quais não havia solução já determinada pelo cliente.

c) Solução nossa

Quando não havia um equivalente sugerido pelo cliente e quando a pesquisa efectuada nos recursos linguísticos e nos motores de busca não produziu resultado, tivemos de encontrar uma solução que passava necessariamente ou pela incorporação do termo enquanto empréstimo no texto de chegada ou pela criação de um equivalente. Neste último caso, recorreremos na maior parte das vezes à tradução literal, através da qual formávamos um decalque⁷. Entendemos aqui a tradução literal, na linha de Newmark (1988:70), enquanto procedimento básico de tradução, a partir do qual todo o processo de tradução começa. É certo que a tradução literal tem tido ao longo da História muitos opositores, autores que consideram que ela é limitada enquanto procedimento de tradução e não respeita suficientemente o espírito do texto. Mas, neste caso, usámos a tradução literal apenas para a tradução de palavras ou expressões, consideradas individualmente, isto é, fora de contexto. Na verdade, Newmark (1988:70) defende que a tradução literal só poderá funcionar eficazmente ao nível da palavra e nunca acima do nível desta. Acresce ainda que este procedimento funcionará melhor nas

⁷ Os exemplos desta solução encontram-se na secção referente aos empréstimos.

línguas especializadas, uma vez que as palavras estão mais desligadas do contexto, particularmente os termos técnicos e/ou científicos. Este facto é explicado pela circunstância de que, quanto mais específica é uma palavra, menos possibilidades há de ela ser afectada pelo contexto, o que diminui o seu alcance semântico. Ora, foi com base nesta ideia que optámos em alguns dos casos por traduzir literalmente alguns termos para os quais não encontramos equivalente em glossários especializados.

De referir que o recurso ao decalque, formado por tradução literal, representou uma solução de último recurso, após terem falhado as pesquisas em recursos de especialidade, e quando o empréstimo não se justificava. Tal situação, portanto, constituiu uma excepção, uma vez que a nossa preferência recaía a transferência do termo.

1.2 Processos de transferência lexical

1.2.1 Noção de transferência: empréstimo, estrangeirismo e importação

Por transferência entende-se aqui o fenómeno da passagem de unidades lexicais de um sistema linguístico para outro, realizado através de diferentes processos. O empréstimo linguístico é um dos processos que permitem a passagem de unidades lexicais, morfemas ou acepções de um sistema A para um sistema B (Rebello d’Andrade, 2002). Num sentido lato, essa transferência pode ser interna (passagem dessas unidades de um registo para outro registo numa mesma língua) ou externa (quando o léxico de uma língua natural A assume unidades pertencentes a uma língua natural B).

Existe alguma discordância entre os autores sobre o alcance do conceito de “empréstimo”, bem como alguma confusão entre esse termo e termos como “estrangeirismo” e “importação”. Há autores para quem estrangeirismo e empréstimo são duas denominações alternativas para designar a mesma realidade. Outros, porém, estabelecem uma distinção. Para efeitos da análise dos problemas encontrados no decurso do trabalho, aderiremos à concepção de Rebello d’Andrade (2002), que diferencia empréstimo, estrangeirismo e importação. Sustenta esta autora, na sequência da definição por ela proposta e enunciada acima, que empréstimo é a passagem de uma unidade lexical de um registo A para um registo B, podendo ser interno ou externo. No

caso do empréstimo externo, ele pode assumir a forma de estrangeirismo (também designado de xenismo), se corresponder a unidade lexical estrangeira que não tenha sofrido alteração, desde a língua de origem, a nível ortográfico ou morfológico, ou de importação, caso essa unidade se tenha adaptado ao sistema de acolhimento. O argumento, sustentado por Paiva Boléo (1965, *apud* Rebello d’Andrade, 2002) e por Rebello d’Andrade (2002), por detrás da preferência pela denominação “importação” para os casos específicos de empréstimo externo referidos prende-se com a circunstância de que o termo se adequa mais não só à ideia de “utilização”, mas também de “apropriação” pelo léxico do português de unidades lexicais pertencentes a outras línguas (Rebello de Andrade, 1995:89-91 *apud* Rebello d’Andrade, 2002:37). “Empréstimo”, por outro lado, detém um carácter mais provisório que “importação”, uma vez que “emprestar” é sempre ceder por tempo determinado. “Importar”, pelo contrário, significa apenas a recepção de algo vindo do exterior. A partir daqui, para efeitos deste relatório, utilizar-se-á o termo “empréstimo” enquanto hiperónimo de empréstimo interno e externo, e dentro deste, de estrangeirismo e importação.

1.2.2 Outros procedimentos de transferência lexical

A par do estrangeirismo e da importação, pode acrescentar-se outros dois procedimentos de inclusão de um termo original do texto de partida na língua de chegada.

O primeiro procedimento é o decalque, ou decalque semântico. O decalque corresponde à criação de um neologismo de significado⁸ e consiste na tradução literal do empréstimo, casos em que é designado por “decalque semântico”, ou na procura de um termo já existente na língua portuguesa que, sem constituir um decalque semântico estrito, seja passível de denominar o conceito denominado pelo empréstimo em causa (Correia, 2005:8). Para ter sucesso, o decalque necessita de recorrer ao mesmo processo semântico que atribuiu o significado à palavra da língua de origem, de modo a fazer sentido para os falantes da língua de acolhimento. Repare-se como os exemplos fornecidos por Correia (2005:8) – entre os quais se contam “rato” por “*mouse*”, “disco rígido” por “*hard disk*”, “teclado” por “*keyboard*”, “rede” por “*web*” – respeitam na

⁸ Um neologismo semântico, ou de significado, é um neologismo que corresponde a uma nova associação significado-significante, isto é, uma palavra já existente adquire uma nova aceção (Correia, 1998).

sua maioria à área que foi alvo principal das nossas atenções durante o estágio, a Informática e as Tecnologias de Informação, o que nos deu confiança para seguir este tipo de solução para os problemas de ocorrência de termos nos textos dos sítios. A vantagem do decalque é a de que evita a entrada de uma nova forma no léxico, possivelmente desnecessária e desconforme à estrutura da língua, optando em vez disso pela atribuição de um novo sentido a uma palavra já existente na língua. Pode acontecer, porém, que se percam, com o recurso ao decalque, certas propriedades semânticas do termo original (Contente, 2008).

O segundo desses procedimentos consiste na substituição do termo por um sintagma explicativo do conceito denominado por aquele termo ou no acompanhamento desse termo, acolhido como empréstimo (normalmente estrangeirismo) no texto, dessa mesma explicação (Correia, 1998: 8). Newmark (1988: 83-84) menciona, a este propósito, o equivalente funcional ou descritivo, isto é, um termo da língua de chegada que se junte ao empréstimo (entre parêntesis, por exemplo) e que permita à audiência do texto de chegada compreender o significado do empréstimo, que assim se torna transparente. Não foi um procedimento que tenhamos seguido com frequência ao longo do estágio, uma vez que os textos técnicos e científicos que trabalhámos destinavam-se a públicos específicos e especializados. O único caso que mais se aproximou desta solução foi a tradução dos termos “*Business-to-Consumers (BTC)*” e “*Business-to-Business (BTB)*”, no texto “*Marketing*”, a acompanhar os empréstimos dos termos originais, que foram colocados entre parêntesis, juntando-se deste modo um empréstimo e uma tradução, formando assim aquilo a que Newmark chama “*couplet*” (Newmark, 1988).

1.2.3 Análise dos casos

No decurso do trabalho, foi frequente a adopção enquanto empréstimos dos termos originais, especialmente nos textos dos sítios da Internet. Esses empréstimos revestiram a forma de estrangeirismos, uma vez que não sofreram alteração a nível ortográfico e morfológico. Nas situações em que adoptámos equivalentes sugeridos por fontes, fosse o documento de apoio da empresa, fossem os recursos linguísticos de especialidade, foi igualmente frequente a sugestão de empréstimos em detrimento de termos originais portugueses. Nos restantes casos, em que não encontrávamos

equivalente nem achávamos que a inserção do termo em inglês, enquanto estrangeirismo, se adequava, recorriamos à estratégia do decalque. Vejamos agora alguns problemas relacionados com empréstimos e decalques que nos colocaram dificuldades ao longo do estágio.

Começamos por abordar a questão dos empréstimos dos termos presentes nos textos dos sítios da Internet. Tratando-se de textos pertencentes ao domínio especializado das Tecnologias da Informação, cabe referir que esta área do saber evidencia, em português, uma grande adesão a termos de origem estrangeira, do conhecimento da maior parte dos utilizadores leigos de tecnologias como o computador ou a Internet. Termos como “*software*”, “*hardware*”, “*desktop*”, “*mouse*”, são familiares à maioria dos portugueses, e são frequentemente por estes utilizados como empréstimos, ainda que possam existir equivalentes em português, já reconhecidos em dicionários, para aqueles termos. Esta realidade está associada à grande transferência de unidades lexicais entre as várias línguas do mundo, com destaque para o nível das línguas de especialidade, observando-se um domínio das línguas faladas em países de maior influência económica, científica e tecnológica, como sucede com a língua inglesa, que, assim, funciona como uma língua exportadora de termos. Portanto, a entrada de empréstimos a partir dessa língua para a língua portuguesa é uma circunstância que se assume como quase inevitável. É certo que se pode considerar que a excessiva dependência desses empréstimos pode levar a uma descaracterização da língua, conduzindo, como refere Correia (2005:3), a uma subalternização do português enquanto língua de comunicação científica e tecnológica e enquanto língua de comunicação internacional, especialmente quando essa língua já possui mecanismos de construção de neologismos, denominadores de conceitos que possam vir a surgir, como alternativa à recolha de empréstimos. Não constitui, porém, tema a aprofundar aqui. No caso específico dos termos informáticos, pode invocar-se a favor da opção pelo empréstimo o carácter internacional dos termos em questão e o grau de enraizamento desses empréstimos junto da comunidade de especialistas.

Possivelmente por se tratar de uma área especializada relativamente recente, com apenas algumas décadas de existência, não se tem sentido a necessidade de criar termos em português que denominem os vários conceitos da área das Tecnologias de Informação, tendo-se antes optado por um apego aos termos originais, a grande maioria dos quais, como já referimos, de origem inglesa.

Isso ajudaria a explicar por que nos foi deixado à discrição a escolha entre traduzir ou acolher o termo em inglês como empréstimo. Com efeito, as indicações que recebemos, quer dos especialistas da *AYR* que consultámos quer do supervisor do estágio, não recusavam a hipótese de mantermos os termos usados na sua forma gráfica de origem no texto de chegada. Na maior parte dos casos, contudo, como referido atrás, não foi essa a solução por nós praticada, pelo que preferimos deixar a incorporação do empréstimo para casos em que não encontrássemos um equivalente reconhecido em português.

Com efeito, muitos dos termos sugeridos pelo documento “*Newsletter*” correspondiam a empréstimos. Assim, termos como “*developer*”, “*server-side*”, “*chat*”, “*CEO*”, “*framework*”, “*markup*”, “*browser*”, etc, foram igualmente acolhidos nos textos relativos aos sítios que traduzimos. Mas o acolhimento de empréstimos também partiu muitas vezes da nossa iniciativa. Os casos de nomes dos produtos e facetas desses produtos, promovidos nos sítios – tais como *xRTML*, *ORTC*, *IBI* (*Interactive Business Intelligence*), *Ongoing Group*, *Realtime*, *Powermarketing*, *Social TV Summit* – representaram um caso que não nos colocou dúvidas, dado que se tratava de marcas registadas.

Do mesmo modo, mantivemos as siglas e os acrónimos⁹ como empréstimos quando constituíam uma marca registada. É o caso de, mais uma vez, *xRTML*, *ORTC*, e *IBI* (*Interactive Business Intelligence*) e de *ASP.NET*, *API*, *PHP*, *HTML*. Estes últimos quatro termos, aliás, correspondem a aplicações de Internet e/ou de programação usadas enquanto estrangeirismos pela comunidade de especialistas da área das Tecnologias de Informação. Também mantivemos as siglas nos casos em que o próprio termo representado pela sigla foi acolhido como empréstimo na tradução, como foi o caso de “*Knowledge Pills Methodology*” e a respectiva sigla *KPM* no texto “*Knowledge Pills Methodology*”. Porém, quando a sigla e/ou o acrónimo não representavam uma organização, um produto ou uma marca, num caso criámos uma sigla a partir dos constituintes do equivalente em português, e noutro mantivemos a sigla original. O primeiro desses casos respeita ao texto “*Marketing*”, em que as siglas relativas aos

⁹ De acordo com vários autores, a distinção entre sigla e acrónimo está em que, sendo aquela uma palavra formada pela primeira letra de cada uma das palavras que constituem a sua designação, e este uma palavra formada através da junção de letras ou sílabas iniciais do grupo de palavras de que é composto, o acrónimo, ao contrário da sigla, pronuncia-se como uma palavra só, respeitando a estrutura silábica do português.

termos “*direct marketing*” (“*DM*”), “*transactional marketing*” (“*TM*”), e “*relationship marketing*” (“*RM*”) foram traduzidas, respectivamente, para “*MD*” (de “*marketing directo*”), “*MT*” (de “*marketing transaccional*”) e “*MR*” (de “*marketing relaccional*”). No segundo caso, no mesmo texto, optámos por fazer acompanhar o estrangeirismo incorporado de uma tradução que funcionasse como um equivalente explicativo. Assim, os termos “*Business-to-Consumers (BTC)*” e “*Business-to-Business (BTB)*” foram mantidos enquanto empréstimos, entre parêntesis, no texto de chegada, a acompanhar as respectivas traduções de “*Transacções Empresas-Consumidores*” e “*Transacções Empresas-Empresas*”. Contudo, porque na tradução não criámos equivalente para a preposição em inglês “*to*”, tendo escolhido por manter a ligação entre as duas realidades (diferentes empresas, ou empresas e consumidores) subentendida através da hifenização entre os dois termos, as siglas resultantes teriam apenas duas iniciais pelo, que perderiam a sonoridade original. Por esta razão, decidimos manter as siglas em inglês – “*BTC*” e “*BTB*”.

Houve casos de empréstimos, que acolhemos, que corresponderiam àquilo a que Correia (2005:4) chama de empréstimos desnecessários, ou seja, um empréstimo que denomina o mesmo conceito já denominado por uma palavra em uso em português, e que, por isso, deve ser recusado. Muitos desses empréstimos constavam já do documento “*Newsletter*”, pelo que os seguimos na tradução dos textos dos sítios. Houve um caso em particular, porém, que nos colocou dúvidas, que foi o do termo “*CEO*”. Acabámos por decidir manter o termo original como empréstimo por dois motivos. O primeiro prende-se com o procedimento por nós adoptado que privilegiava a opção tomada no documento “*Newsletter*”. A segunda razão relaciona-se com a divulgação do termo “*CEO*” junto da comunidade de falantes do português, em detrimento dos equivalentes já existentes como “*director executivo*” ou “*director-geral*”, especialmente na linguagem do mundo empresarial.

Nos casos de empréstimos sugeridos como equivalentes pelos recursos de especialidade, pode dar-se como exemplos “*grounded theory*”, constante do texto “*Marketing*”, “*World Wide Web*”, do texto “*Developers*”, e “*marketing*”, do texto “*Marketing*”. O último caso é um exemplo claro de um estrangeirismo consagrado pelo uso, isto é, um empréstimo que já se encontra registado em dicionários gerais de língua, ainda que neste caso sem adaptações à ortografia portuguesa, o que atesta a vulgarização do seu uso na comunidade de falantes. “*World Wide Web*” também é uma

expressão corrente em textos escritos em português, embora seja mais comum a versão abreviada de “*Web*”, esta já tendo mesmo entrada em dicionários da língua¹⁰. O próprio glossário do *IATE*, embora também apresente os equivalentes em português de “Teia Mundial” ou “Ciberteia”, expressões que soam bizarras ao falante do português europeu, atribui grau de fiabilidade máxima ao empréstimo “*World Wide Web*”, pelo que quaisquer dúvidas que eventualmente pudéssemos ter foram eliminadas. O empréstimo de “*Grounded theory*”, por seu turno, foi encontrado em vários textos académicos escritos em português europeu, o que assegurou o seu uso por especialistas, não se tendo encontrado nenhuma tradução para o termo.

Como se pode verificar, a grande maioria dos empréstimos acolhidos no texto de partida, seja por opção do cliente, nossa, ou por equivalente constante de glossário especializado, corresponde a estrangeirismos.

1.2.4 Processos de integração dos estrangeirismos

Os estrangeirismos, depois de acolhidos, passam por um processo de integração na língua de chegada, através do qual sofrem adaptações graduais à língua de acolhimento. Freitas, Ramilho e Soalheiro (2005) referem quatro fases da integração do estrangeirismo no léxico, sendo que a cada fase corresponde um conjunto de fenómenos fonológicos, morfológicos, semânticos e gráficos específicos. A primeira dessas fases caracteriza-se por causar transformações imediatas, que são tanto mais significativas quanto maiores forem as diferenças fonológicas, morfológicas, sintáticas, etc, entre as línguas. Os autores referem que não é por uma palavra manifestar essas transformações imediatas que se pode dar como certo que irá integrar o sistema da língua de acolhimento, uma vez que há palavras que não chegam a perder o estatuto de estrangeirismo, por não atravessarem as fases seguintes do processo de integração e por não se submeterem às modificações respectivas (op. cit.:2). Decidimos manter muitos termos na respectiva forma gráfica original. Com efeito, não era nossa pretensão que o uso do empréstimo extravasasse o contexto específico destes textos em particular. Deste modo, termos como “*tag*” ou “*framework*” ocorrem no texto em português como estrangeirismos e não nas suas eventuais formas adaptadas de “*tague*” ou de “*freime-*

¹⁰ Ver a respectiva entrada no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=web>)

uourque”, que corresponderiam a importações. Quanto a este segundo termo, aliás, a importação nem seria recomendada por se tratar de um daqueles casos que, por apresentarem fonética e ortografia estranhas às características da língua portuguesa, redundam na criação de formas irreconhecíveis (Correia, 2005:11-12). Outra razão que nos motivou a manter os termos como estrangeirismos foi a circunstância de eles serem conhecidos como tal pela comunidade dos falantes de português europeu especializados na área, conforme comprovado por alguns colaboradores da AYR, bem como pela ocorrência de alguns desses estrangeirismos em páginas da Internet especializadas de Portugal.

No entanto, esses estrangeirismos apresentaram algumas das modificações imediatas que Freitas, Ramilho e Soalheiro (2005) associam à primeira fase de integração no léxico. Uma dessas modificações é a hesitação dos tipos gráficos dos empréstimos, explicada pelo facto de serem sentidas como estranhas à língua de acolhimento (op. cit.). Com efeito, os empréstimos que foram por nós adoptados nos textos de chegada distinguem-se por ocorrerem, por vezes, entre aspas ou em itálico. A outra modificação, e aquela a que daremos aqui mais destaque, é a adaptação morfo-sintáctica imediata, que consiste na atribuição de género e da integração numa classe de palavras (op. cit.). O primeiro desses fenómenos é que nos interessa aqui, por assumir importância particular quanto aos termos emprestados do inglês, uma vez que esta língua não possui marcas fonológicas de género. A tendência verificada por Freitas, Ramilho e Soalheiro (op. cit.) é a de que aos nomes comuns provenientes do inglês é normalmente atribuído o género masculino, salvo quando não existe qualquer motivação formal ou semântica para atribuir o traço masculino à palavra, caso em que se atribui o género feminino. Há, porém, três excepções a esta regra (op. cit.): alguns empréstimos das línguas românicas cujas formas já possuam o traço feminino na língua de origem; muitas das palavras estrangeiras que terminam com uma vogal “a” na língua de origem; e um fenómeno designado por atracção sinonímica e que consiste na aquisição do género feminino pelo estrangeirismo por estar este associado a uma palavra vernácula de traço feminino que designa um conceito equivalente (veja-se alguns dos exemplos fornecidos por Freitas, Ramilho e Soalheiro: “*homepage*” – “página”; “*internet*” – “rede”; “*party*” – “festa”; “*password*” – “palavra”; “*star*” – “estrela”/“celebridade”). Vejamos, em seguida, alguns exemplos encontrados nas traduções que realizámos. Os termos em causa encontram-se destacados a sublinhado.

22)

Texto “ <i>About xRTML</i> ”	
Original	Tradução
" <u>xRTML</u> was made to help developers achieve the best results quickly."	“O <u>xRTML</u> foi criado para ajudar os developers a alcançar rapidamente os melhores resultados.”

Aplicámos ao termo *xRTML* a regra geral enunciada por Freitas, Ramilho e Soalheiro (2005), nos termos da qual o traço masculino é atribuído por defeito, se não houver razões a aconselhar o traço feminino. Esta regra é, no caso em concreto, acompanhada do argumento adicional de que o termo em questão é uma sigla, sendo que em português as letras do alfabeto, quando referidas como substantivos, são masculinas. Curiosamente, a sigla, quando colocada por extenso, assumiria uma marca feminina uma vez que significa “*Extensible Realtime Multiplatform Language*” e a última destas palavras operaria uma atracção sinonímica por estar associada à palavra “linguagem”, do género feminino em português. Porém, o termo por extenso nunca se verificou inserido como elemento sintáctico numa frase. A mesma linha de raciocínio vale para o termo *ORTC* (“*Online Real Time Communication*”). O que se pode concluir é que não há uma relação necessária entre a atribuição da marca do género a uma sigla e a mesma atribuição à expressão por extenso que lhe corresponde. Exemplo disso é a sigla “*HTML*”, habitualmente associada à marca de género masculino (conforme nos confirma pesquisa no motor de busca *Google*), apesar de a expressão por extenso – *HyperText Markup Language* – ser associada ao género feminino.

23)

Texto “ <i>Blog</i> ”	
Original	Tradução
“It is comprised of both a <u>framework</u> (...)”	“É composta de <u>uma framework</u> (...)”

O termo “*Framework*” constituiu uma das excepções à regra geral de atribuição de género: a atracção sinonímica. Aqui, “*frame*” associa-se à palavra portuguesa “forma”, substantivo do género feminino, o que acaba por fazer atribuir ao termo em

inglês um traço feminino, uma vez que a palavra “*frame*”, uma das duas palavras que deram origem ao termo, surge em primeiro lugar, acabando por ganhar destaque face à segunda palavra, “*work*”, que, na nossa opinião, recomendaria o traço feminino¹¹.

24)

Texto sobre Marketing	
Original	Tradução
“(…) focusing on relationship development through direct <u>marketing</u> .”	“(…) centrando-se no desenvolvimento de relações através <u>do marketing</u> direto.”

Para o caso de “*Marketing*”, segue-se a regra geral de atribuição por defeito do género masculino. Aliás, este termo corresponde a um estrangeirismo que já foi acolhido nos dicionários da língua portuguesa, que o designam como substantivo masculino¹².

25)

Texto “ <i>About xRTML</i> ”	
Original	Tradução
“The xRTML <u>Markup</u> is just like HTML”	“ <i>A Markup xRTML</i> é precisamente como o <i>HTML</i> .”

No exemplo mencionado no quadro 25), mais uma vez, atribuímos a marca do género feminino ao estrangeirismo “*Markup*” devido à atracção sinonímica que se desenvolve entre “*mark*” e a palavra portuguesa “marca”.

26)

Texto “ <i>About xRTML</i> ”	
Original	Tradução
“The xRTML library already offers a big set of cool <u>tags</u> , (…)”	“A biblioteca <i>xRTML</i> já oferece um grande conjunto de <u>tags</u> atrativas (…)”

¹¹ Apesar de, em vários textos em português, essa mesma palavra se encontrar associada ao género masculino.

¹² Ver as entradas constantes do Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora (<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/marketing>) e do Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=marketing>).

Nova atracção sinonímica tem lugar no caso ilustrado em 26), desta vez entre “tag” e “etiqueta”, de género feminino.

O último dos termos a merecer referência, quanto à sua adaptação morfossintáctica imediata, é “Realtime”. Importa aqui fazer uma nota prévia e aludir à circunstância de que, em rigor, “Realtime” não constitui um termo, mas sim uma denominação. As denominações designam entidades concretas como marcas, instituições, etc, e não se reconduzem a conceitos, por isso se distinguindo dos termos. No entanto, por razões pragmáticas, uma vez que as denominações colocaram o mesmo tipo de questões que os empréstimos de termos, decidimos abordar o problema da atribuição de género de forma indiscriminada, abrangendo termos e denominações, neste capítulo dedicado à transferência lexical. Não quisemos, porém, deixar de salientar as devidas diferenças, a nível de definição.

O traço de género associado a “Realtime” varia consoante a acepção que o termo adquire no contexto em que surge. Com efeito, verificámos, nos vários textos em que o termo ocorria, que o mesmo detinha mais de um sentido: “Realtime” enquanto tecnologia, “Realtime” enquanto produto”, “Realtime” enquanto empresa. Atentemos nos exemplos seguintes:

27)

Acepção de “tecnologia”	
Texto “In the Media”	“Keep up with what is said about Realtime®.”
Texto “Blog”	“This clearly demonstrates the potential of the Realtime® technology (...)”
Texto “About xRTML”	“Realtime® is Server-Side friendly”

28)

Acepção de “produto”	
Texto “Case Studies”	“Realtime® xRTML turns Economico Social (...)”
Texto “Developers”	“Using xRTML you can now unfold the power of Realtime (...)”

29)

Acepção de “empresa”	
Texto “In The Media”	“Realtime Gets \$100 Million To Build “Whole New Era Of The Internet,” AKA The Real-Time Web”
Texto “Latest News”	“Realtime, founded in 1997 as Internet Business Technologies (IBT), has in the past year developed and deployed a new technology that the Company believes will facilitate the transition from the currently static Web to the “live Web”
Texto “Latest News”	“Realtime has already secured partnerships in the United States and worldwide with large-scale media publishers.”

Deste modo, o empréstimo “*Realtime*”, nas acepções de “empresa” e de “tecnologia”, adquire um traço feminino por força do género feminino daquelas palavras em português que correspondem ao sentido no contexto em questão. Por seu lado, o sentido de “produto” assume, pela mesma razão, género masculino. Podem ver-se alguns exemplos desta diferença de atribuição de traço de género na tabela abaixo.

30)

Texto	Original	Tradução	Acepção
Texto “ <i>Case Studies</i> ”	“How Realtime is changing the web.”	“Como a <i>Realtime</i> está a mudar a <i>web</i> .”	Tecnologia
Texto “ <i>Case Studies</i> ”	“Realtime® xRTML turns Economico Social (...)”	“O <i>xRTML</i> do <i>Realtime</i> transforma o Economico Social (...)”	Produto
Texto “ <i>In the Media</i> ”	“Keep up with what is said about Realtime®.”	“Mantenha-se a par do que se diz sobre a <i>Realtime</i> ®.”	Tecnologia

Texto “ <i>In the Media</i> ”	“Realtime Gets \$100 Million To Build “Whole New Era Of The Internet,” AKA The Real-Time Web”	“A <i>Realtime</i> recebe 100 milhões de dólares para criar “uma era totalmente nova da <i>internet</i> ”, também conhecida como a <i>Web</i> em Tempo Real”	Empresa
Texto “ <i>xRTML</i> ”	“Realtime® is Server-side friendly”	“A <i>Realtime</i> ® é de utilização <i>server-side</i> fácil”	Tecnologia
Texto “ <i>Latest News</i> ”	“Realtime, founded in 1997 as Internet Business Technologies (IBT), has in the past year developed and deployed a new technology (...)”	“A <i>Realtime</i> , fundada em 1997 sob o nome de <i>Internet Business Technologies (IBT)</i> , tem desenvolvido e lançado, neste último ano, uma nova tecnologia (...)”	Empresa
Texto “ <i>Case Studies</i> ”	“Realtime® xRTML turns Economico Social (...)”	“O <i>xRTML</i> do <i>Realtime</i> transforma o Económico Social no (...)”	Produto
Texto “ <i>Developers</i> ”	“Using xRTML you can now unfold the power of Realtime (...)”	“Ao usar <i>xRTML</i> pode agora descobrir o poder do <i>Realtime</i> (...)”	Produto

É certo que esta distinção entre produto – o conceito que a empresa pretende divulgar junto dos interessados – e tecnologia – os conhecimentos científicos e técnicos que estão na origem desse conceito – nem sempre é clara, mas optámos por distinguir as duas realidades, e assim referir-nos ao “*realtime*” como substantivo masculino quando achámos que o que estava em casa era o produto, e não a ciência por detrás dele. No texto cuja tradução revimos – o texto “*Latest News*” – a solução do tradutor foi outra. De facto, nem sempre o substantivo “*Realtime*” era precedido de artigo definido, possivelmente uma interferência da língua inglesa, e, nas vezes que o era, esse artigo era o masculino, mesmo quando o sentido do termo era o de empresa ou tecnologia. Vejamos dois casos em que o tradutor atribuiu género masculino ao substantivo quando

se podia depreender, do contexto, que o termo estava a ser usado na acepção de “empresa”, e de como os rectificámos.

31)

Texto “<i>Latest News</i>”			
Original	Tradução	Revisão	Acepção do Termo
“Realtime has already secured partnerships in the United States and worldwide with large-scale media publishers. “	“O Realtime já assegurou parcerias com editores de media de grande escala, nos Estados Unidos e pelo resto do Mundo.”	“A <i>Realtime</i> já assegurou parcerias com editores de média de grande escala, nos Estados Unidos e no resto do Mundo.”	Empresa
“IBT's Realtime® Certified Partners”	“Sócios Certificados do Realtime® da IBT”	“Parceiros Certificados da <i>Realtime</i> ® da <i>IBT</i> ”	Empresa

Centremo-nos agora no decalque, operação que seguimos para encontrar equivalentes para alguns termos do texto original. Mencionamos o decalque nesta secção por, como foi referido atrás, este processo constituir uma das formas de inclusão de um termo de uma língua no texto de outra língua, por isso se aproximando dos empréstimos. Como dissemos anteriormente, servimo-nos do decalque apenas em casos excepcionais, quando não houve alternativa sugerida pelos recursos de especialidade ou pelo documento “*Newsletter*” e quando considerámos que a transferência do estrangeirismo descaracterizaria o texto. O processo de tradução literal que se encontra por trás do decalque resultou na criação de equivalentes em português, aquilo a que Correia (2005) chama de neologismos de significado. Vejamos alguns exemplos:

32)

Texto “<i>Knowledge Pills Methodology</i>”	
Termo original	Decalque
Micro Skills	Micro-Competências

33)

Texto “Marketing”	
Termo original	Decalque
Semi-structured interview	Entrevistas semi-estruturadas
Segmentation	Segmentação
‘Constant comparison’ method	Método de ‘comparação constante’
Light DM	MD ligeiro
Strong DM	MD enfático

34)

Texto “Blog”	
Termo original	Decalque
Category list	Lista de categorias
Event	Evento
Controller	Controlador

Entre exemplos, merecem destaque os casos de “MD ligeiro” e “MD enfático” por corresponderem não a um decalque semântico estrito do empréstimo, caso em que “*light*” e “*strong*” resultariam em “leve” e “forte”, respectivamente, mas sim na procura de uma palavra em português que denominasse o conceito, a ideia transmitida pelo termo em inglês. Considerámos que “ligeiro” e “enfático” reuniam os requisitos semânticos necessários para denominar o conceito transmitido por “*light DM*” e “*strong DM*”, respectivamente. Esses conceitos, por seu turno, transmitiam a ideia de que o Marketing pode corresponder a uma actuação, junto do público-alvo, mais ou menos insistente, próxima, personalizada. Por isso preferimos as expressões “ligeiro” e “enfático” às traduções literais “leve” e “forte”.

1.3 Fraseologias

1.3.1 Introdução

As fraseologias são estruturas linguísticas formadas por uma combinação fixa de duas ou mais palavras (Zuluaga, 1980:16,19, *apud* Batista da Silva, 2006). Por esta razão, o seu estudo pertence à área do léxico, já que são produzidas e interpretadas como uma unidade. São, por norma, usadas pela expressividade que imprimem aos enunciados e textos, por força das imagens que veiculam.

As fraseologias podem pertencer à língua comum ou a uma língua especializada. Torna-se, por isso, essencial a um tradutor saber reconhecer uma fraseologia especializada, na medida em que essas unidades transmitem, tal como os termos, conhecimento especializado (Bevilacqua, 2005). Como tal, exige-se ao tradutor uma atenção especial para saber distinguir uma fraseologia especializada de uma locução da língua comum, pois está em causa a correcção do texto do ponto de vista linguístico e da área de conhecimento em causa.

1.3.2 Concepções

A concepção de fraseologia e a respectiva abrangência têm sido muito discutidas, pelo que há uma grande variedade de definições, com diferentes graus de amplitude. Com efeito, essas concepções vão desde a considerar-se unicamente as expressões idiomáticas próprias de uma língua a incluir-se os provérbios, ditados, locuções e lexias compostas, passando por definições mais latas que admitem mesmo palavras dentro da categoria de fraseologia. Assim se vê que o estudo das fraseologias implica a consideração de outras categorias, tais como expressões idiomáticas, colocações, locuções, provérbios, e ditados.

Essa variedade de critérios de definição é acompanhada por uma variedade de denominações. Assim, as fraseologias conhecem, dependendo dos autores, outras designações, tais como unidades fraseológicas, fraseologismos, locuções, lexias especializadas, colocações, entidades fraseológicas, co-ocorrentes, etc. Daqui em diante, usar-se-á apenas a designação “fraseologia”.

Das várias teses existentes, pode identificar-se dois grupos, as concepções mais restritas e as mais latas, consoante o número de unidades que se incluem no hiperónimo “fraseologia”.

Dentro do campo das teses restritas, podemos incluir as concepções de Zuluaga (1980), *apud* Batista da Silva (2006), Ruiz Gurillo (1997), *apud* Batista da Silva (2006), Batista da Silva (2006) e ainda Cabré, Lorente e Estopà (1996), *apud* Bevilacqua (2005), e Lorente, Estopà e Bevilacqua (2002), *apud* Bevilacqua (2005).

Zuluaga (1980), *apud* Batista da Silva (2006), atribui duas características fundamentais às fraseologias, a saber, a fixação e a idiomaticidade. A fixação formal (léxico-morfossintáctica) consiste na reprodução das expressões como combinações previamente feitas. A idiomaticidade, por seu turno, é um traço semântico que determina que o sentido das construções fixas não pode ser extraído a partir do significado dos elementos constituintes da combinação. Por esta razão, o sentido das fraseologias é diferente do seu sentido literal. Quer a fixação quer a idiomaticidade não são absolutas, uma vez que admitem graduação, ou seja, há fraseologias que admitem alterações sem que isso altere o seu significado. No caso da idiomaticidade, ela pode ser, no que ao grau diz respeito, total ou parcial, consoante, respectivamente, nenhum ou algum dos constituintes da locução sejam usados no significado externo da locução. Batista da Silva (2006) refere, como exemplo de idiomaticidade total, a expressão “bater as botas”, em que nenhum dos componentes é usado com o significado que possui normalmente fora da locução, e como exemplo de idiomaticidade parcial, a expressão “pedir em casamento”, em que o verbo “pedir” é usado com o sentido que possui normalmente (fora da fraseologia).

Ruiz Gurillo (1997), *apud* Batista da Silva (2006), por seu lado, propõe um modelo fraseológico em que o núcleo corresponderia a uma maior fixação, e, conseqüentemente, às locuções totalmente fixas e idiomáticas, e as classes periféricas corresponderiam a uma maior variação. Estas classes periféricas abrangeriam aqueles sintagmas que não apresentam fixidez mas apenas uma afinidade entre os seus componentes (Ruiz Gurillo, 1997:7, *apud* Batista da Silva, 2006), posição que parece portanto não incluir a colocação na categoria nuclear de fraseologia.

Ainda no domínio da fraseologia especializada, Hasumann (1990, *apud* Bevilacqua, 2006), Mel’Cuk (1984, 1988, 1992, *apud* Bevilacqua, 2006) e Benson,

Benson e Ilson (1996, *apud* Bevilacqua, 2005), avançam uma concepção lata segundo a qual as fraseologias, que estes autores denominam de colocações, são formadas por dois elementos – a base e o colocado (ou elemento co-ocorrente) – e caracterizam-se pela relação semântica entre os seus elementos, pelas suas estruturas morfossintáticas e pela frequência. Deste modo, abrangem todas as unidades sintagmáticas, mesmo as que se caracterizam como termos.

Não nos parece que se deva incluir categorias de natureza muito diversa numa mesma classificação. Seguiremos portanto, para efeitos deste relatório, as concepções restritas atrás enunciadas. Consideraremos, por conseguinte, como fraseologias, apenas aquelas locuções que apresentem fixação formal e idiomaticidade. No âmbito da língua especializada, para distinguirmos as fraseologias dos termos, usaremos os critérios da concepção terminológica. Nestes termos, consideraremos que as fraseologias são de base verbal e resultam da combinação de conceitos, enquanto os termos são de base nominal e referem-se a um conceito.

1.3.3 Análise de casos: fraseologias especializadas

Os textos trabalhados, por força das características referidas em capítulo próprio, não apresentaram uma linguagem especializada muito profunda, que os tornasse demasiado densos. Atribuímos este facto à circunstância de os autores do texto escreverem numa língua, que, segundo o que nos foi comunicado durante o estágio, não é a sua língua nativa, e ao facto de as características dos textos dos sítios assumirem marcas de texto publicitário, género que habitualmente exhibe um registo menos formal.

A principal dificuldade com que nos confrontámos foi a de saber distinguir quando estávamos perante uma fraseologia ou uma locução comum, isto é, perceber se a combinação de palavras usadas pelo autor representava uma estrutura linguística fixa cujo sentido se não pudesse retirar do sentido de cada palavra individualmente considerada, ou se, pelo contrário, se tratava de uma mera escolha pessoal do autor. Nem sempre foi fácil também distinguir as fraseologias das colocações.

Ao longo do trabalho, poucas fraseologias especializadas foram encontradas. Entre elas, cremos que há duas que merecem particular atenção, expostas abaixo, juntamente com a respectiva tradução:

35)

Original	Tradução	Texto
To drag-drop to page	Arrastar para a página	“ <i>Blog</i> ”

36)

Original	Tradução	Texto
To copy-paste the file	Copiar arquivo e colá-lo	“ <i>Blog</i> ”

Aqui vemos como o critério seguido nos permite identificar as locuções expostas em 35) e 36) como fraseologias: são idiomáticas pois o seu sentido não se pode retirar dos componentes individuais; são fixas, de base verbal, e resultam da combinação de conceitos. No primeiro caso, a ideia de “arrastar” associada a *drag-drop* é combinada com o conceito de “*page*”, e, no segundo caso, a ideia de *copy-paste* é combinada com o conceito de “*file*”. Recorde-se que, na área das tecnologias de informação, “*page*”/“página” e “*file*”/“arquivo” (“ficheiro”, em português europeu) não têm o mesmo significado que possuem na linguagem comum, isto é, de uma face de uma folha de papel, e de uma pasta onde se guardam fichas, respectivamente¹³.

A tarefa de tradução das fraseologias em inglês não passou, ao contrário do que ocorreu com os termos, pela consulta de glossários ou outros recursos de especialidade. De facto, existem poucos glossários inglês-português sobre as tecnologias de informação, e os que existem, por norma, não disponibilizam informação sobre fraseologias. Por isso, procurámos uma tradução intuitiva que depois pudéssemos validar como correcta nos motores de busca. Essa validação era feita através de pesquisa em textos paralelos da mesma área, procurando deste modo alcançar-se uma uniformização terminológica entre a nossa tradução e os restantes textos em português da mesma área de conhecimento. Assim, no caso de “*drag-drop*”, traduzimos por “arrastar para”, tendo preterido a expressão igualmente válida de “arrastar e largar”, por nos parecer demasiado literal e ter uma sonoridade mais pesada do que simplesmente

¹³ Definições do Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora em <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa-aaop/C3%A1gina> e <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa-aaop/ficheiro>

“arrastar para (uma página)”. Para “*copy/paste*”, optámos por uma tradução mais literal, que foi validada nos vários sítios em português (quer na variedade brasileira quer na europeia) existentes que consultámos.

A respeito deste último exemplo, convém referir que, na busca dos equivalentes mais adequados, tornou-se útil o conhecimento geral proporcionado pelo uso de computadores, ainda que a um nível não especializado. Efectivamente, a linguagem da Informática, mesmo em português, tornou-se tão comum no dia-a-dia que expressões como “ficheiro”, “página”, “programa”, “instalar”, etc, nos soam como familiares. Deste modo, perante a ocorrência de fraseologias, para as quais os glossários disponíveis não se revelaram úteis, no que à busca de equivalentes em português diz respeito, os conhecimentos gerais que possuímos sobre a informática e a experiência de usar a *Internet*, quer como ferramenta de trabalho quer como meio de lazer, proporcionaram-nos, muitas vezes, quase intuitivamente, um equivalente em português que, depois de validado em motores de busca, optávamos por escolher. Foi o que aconteceu no caso da expressão em português “copiar e colar”.

1.3.4 Análise de casos: fraseologias não especializadas

A presença de fraseologias de léxico comum, isto é, aquelas locuções caracterizadas por fixação formal e por idiomaticidade que não se inserem no léxico de um domínio especializado de conhecimento, foi mais frequente que a ocorrência de fraseologias especializadas. Esta situação poder-se-á dever, possivelmente, à circunstância de, por um lado, as fraseologias não especializadas serem um recurso à disposição de um autor para enriquecer o texto, de um ponto de vista estilístico, e também de transmitir mais eficientemente a sua mensagem, e, por outro, ao facto de este tipo de fraseologias ser mais facilmente conhecido por um autor de outra língua materna do que as fraseologias especializadas, que são dominadas usualmente apenas pelos especialistas de uma área, falantes nativos do sistema linguístico dessa área específica do saber.

Por não constituírem uma propriedade indelével de uma determinada área de especialidade, a sua presença na tradução não constitui uma necessidade, em termos de respeito pelo texto de partida, especialmente quando se trate de texto técnico que

privilegie a transmissão da mensagem sobre o estilo e marca do autor. Contudo, neste último caso, sempre que pudemos, optámos na tradução por uma fraseologia, que fosse comum na língua portuguesa, que correspondesse ao sentido da fraseologia do texto-fonte, uma vez que a sua presença não prejudicava a transmissão da mensagem, pelo contrário contribuindo para manter o registo informal e apelativo, face ao público-alvo, que o autor pretendeu imprimir no texto original.

Nos casos em que isso não foi possível, por não existir em português fraseologia de conteúdo semântico equivalente, optámos por uma tradução que respeitasse a expressão original, mas sem recorrer a fraseologia da língua portuguesa.

A ocorrência de fraseologias não especializadas verificou-se com maior incidência naqueles textos dos sítios da Internet que possuíam uma natureza vocativa, por força do carácter publicitário que assumiam, o que se explica pela vivacidade e expressividade que podem imprimir a um texto que se quer apelativo.

Vejamos, de seguida, alguns exemplos de fraseologias não especializadas, expostos de forma desligada do contexto onde surgiram, que se nos depararam, e onde se pode observar que estão reunidos os pressupostos de uma fraseologia, acima analisados:

37)

Original	Tradução	Texto
To let one's imagination run wild	Dar largas à imaginação	" <i>Blog</i> "

O exemplo de "*to let one's imagination run wild*" contém uma idiomaticidade parcial, na medida em que um dos componentes da combinação – "*imagination*" – está a ser usado no seu sentido externo. Repare-se que a fraseologia em questão configura uma construção metafórica, o que atesta a solução criativa por parte do autor em que as fraseologias, especialmente as não especializadas, consistem.

38)

Original	Tradução	Texto
To take full advantage of	Tirar todo o partido de	“Blog”

O exemplo “*to take full advantage of*” parece exprimir uma fixação parcial, uma vez que a identidade semântica da fórmula não se perde caso se retire o adjectivo *full* (com o sentido de “tudo”, “completo”).

39)

Original	Tradução	Texto
To hit a milestone	Alcançar um marco importante	“Blog”

Por seu turno, a fraseologia *to hit a milestone* contém idiomaticidade total, dado que o seu sentido não pode ser retirado da apreciação individual dos seus componentes “*hit*” e “*milestone*”, porém, apresenta uma fixação formal parcial, pois pesquisa no motor de busca Google apresentou a fórmula com o mesmo sentido mas com ligeiras alterações: *pass a milestone* e *reach a milestone*. Também neste caso a fraseologia constitui uma construção metafórica.

40)

Original	Tradução	Texto
To take into account	Ter em consideração	“Blog”

“*To take into account*” é uma fraseologia que apresenta idiomaticidade total, embora a sua fixação seja parcial, já que o termo *account* pode ser substituído “*consideration*” sem que com isso se perca o sentido. A fraseologia “*to create from scratch*”, pelo contrário, é totalmente fixa e apenas parcialmente idiomática, pois o verbo *to create* é usado aí com o seu sentido habitual.

Quanto às respectivas soluções de tradução, pensamos que as fraseologias em causa reflectem adequadamente o sentido do original. Destaque-se, mais uma vez, a

natureza parcial dos exemplos 38) e 39), que permitem alteração dos seus constituintes sem que isso implique perder o significado da locução. De facto, relativamente ao exemplo constante de 38), em alternativa a “tirar todo o partido de”, poderíamos ter optado, pensamos que com iguais resultados, pela fórmula “tirar todo o proveito de” ou “tirar o máximo partido de”, bem como pela modificação do adjectivo na fraseologia “alcançar um marco importante” para “histórico” ou “grande”.

Não obstante, nem sempre foi possível utilizar na tradução fraseologias, pertencentes ao sistema da língua portuguesa, de sentido idêntico. Nesses casos, fomos forçados a traduzir a fraseologia do texto de partida de modo a captar o sentido mas sem usar uma expressão mais ou menos fixo, o que determinou que se perdesse, na tradução, alguma marca de expressividade característica do original, que, contudo, pensamos não ter afectado o propósito e a mensagem do texto. Analisemos então alguns destes casos, fornecidos na tabela abaixo.

41)

Original	Tradução	Texto
To stay tuned	Estar atento	“ <i>Blog</i> ”

No exemplo do quadro 41), há lugar a uma alteração semântica que modifica o nível de formalidade, de um registo coloquial para um registo mais formal.

42)

Original	Tradução	Texto
To dive deeper into	Falar com mais detalhe	“ <i>Blog</i> ”
To get one’s hands on	Usar	“ <i>Blog</i> ”

O mesmo sucede nos dois exemplos constantes do quadro 42). Acresce que as duas fraseologias em causa constituem metáforas. A estratégia adoptada implicou a eliminação da metáfora e o correspondente sentido figurativo na tradução.

1.3.5 Conclusão

Como se depreende dos casos analisados, a ocorrência de fraseologias especializadas foi muito diminuta, inclusivamente nos textos técnicos.

Os exemplos analisados pertencem exclusivamente ao texto “*Blog*” porque foi aí que se verificaram mais fraseologias, especializadas e não especializadas, o que se deve, por um lado, à circunstância de ter esse texto uma marca vocativa muito acentuada e o propósito de atrair e interessar o público-alvo pelos produtos apresentados, e, por outro, à dimensão do próprio texto, um dos maiores que trabalhámos no decurso do estágio.

1.4 Colocações

1.4.1 Conceito

A construção de uma definição exacta de colocação é difícil. Dizer que constitui uma co-selecção de palavras é insuficiente uma vez que esse fenómeno também se aplica a outras combinações de palavras, como as palavras compostas ou as expressões idiomáticas (*apud* Castro, 2013). Procederemos, portanto, à caracterização da categoria das colocações, sem avançar com uma definição.

As colocações constituem um tipo de unidades que se situa entre as expressões idiomáticas e as combinações livres de palavras (McKeown e Radev, 1999), podendo considerar-se que estas duas ocupam os dois extremos de um *continuum* a maior do qual se encontra a colocação (Fontanelle, 1998:191 *apud* Castro, 2013). Por outras palavras, a colocação é uma sequência de palavras que ocorre com frequência demasiado elevada para se considerar tratar-se apenas de um acaso. Elas tendem a ser unidades binárias, dado que a colocação mais comum consiste na combinação de nome mais um verbo (Castro, 2013), embora também haja colocações de três palavras (Siepmann, 2005:417, *apud* Castro, 2013).

As colocações são um recurso utilizado com elevada frequência na língua e, apesar de não lhes serem aplicadas quaisquer regras semânticas ou sintácticas, estão associadas à fluência de um falante, seja nativo ou não dessa língua. Precisamente por essa razão – a impossibilidade de caracterização à luz das regularidades semânticas e sintácticas –, elas colocam um problema na tradução. Essa dificuldade resulta do facto

de não poderem ser traduzidas palavras por palavra (McKeown e Radev, 1999). Por conseguinte, a tradução literal não é uma estratégia que se lhes possa ser aplicada, o que significa que se terá de utilizar eventualmente uma colocação própria do sistema da língua de chegada. Deste modo, a existência da diferença de colocações de língua para língua é uma realidade que o tradutor tem de ter presente.

Adicionalmente, as colocações desempenham um papel semântico crucial. Efectivamente, a dúvida que paira sobre o sentido das palavras polissémicas, e este é um problema que afecta a tarefa da tradução em particular, é normalmente eliminada através do contexto que rodeia essas palavras. Ora, as colocações, por força co-selecção de palavras que proporcionam, contribuem para determinar o sentido específico que a palavra polissémica adquire no caso em concreto (Rundell, 2010, *apud* Castro, 2013).

1.4.2 Distinção em relação a categorias próximas

Importa estabelecer a distinção entre a colocação e outras categorias semelhantes de locuções, como as fraseologias e as combinações livres.

Em relação à fraseologia, nos termos da definição por nós acolhida na secção anterior, a diferença está em que a colocação não constitui uma expressão tão fixa nem uma expressão idiomática – as duas características fundamentais da fraseologia. Recorde-se que a idiomaticidade significa que o sentido semântico de uma expressão não pode ser deduzido do sentido dos constituintes individuais. De facto, por um lado, nas colocações, as palavras individuais que as compõem podem contribuir para o sentido global da composição, e, por outro, essa composição, embora ocorrendo frequentemente, não corresponde a uma fórmula rígida. Deste modo, as colocações distinguem-se das expressões idiomáticas pela sua transparência semântica, que contrasta com a opacidade semântica das expressões idiomáticas (Castro, 2013). Fraser (1970), *apud* Castro (2013), e Michiels (1975), *apud* Castro (2013), acrescentam outro critério de distinção, que é o facto de as expressões idiomáticas não permitirem manipulações sintácticas (isto é, conversão em passiva, pronominalização, inserção de palavras, alteração de ordem, etc), ao contrário das colocações.

As colocações também se diferenciam das combinações livres. Estas são definidas por Castro (2013) como combinações de palavras que seguem as regras gerais

de sintaxe e as regras gramaticais de uma língua, e cujos elementos podem ser substituídos. Daí que o número de possíveis combinações seja ilimitado. Há dois aspectos que separam as colocações das combinações livres, por caracterizaram apenas aquelas: a substituíbilidade restrita dos seus componentes, o que implica que os elementos não podem ser livremente substituídos por outros; a frequência da co-ocorrência (Hausmann, 1989:1010 *apud* Castros, 2013; e Castro, 2013). Deste modo, nas combinações livres, cada palavra pode ser substituída por outra sem alterar consideravelmente o sentido global da unidade compósita. Para além do mais, se uma das palavras for omitida, o leitor pode facilmente inferi-la a partir das restantes.

Outra categoria semelhante às colocações é a das palavras compostas, que são palavras (no sentido de lexema) constituídas por duas ou mais outras palavras (Bauer, 1988:65 *apud* Castro, 2013). Há palavras compostas que designam objectos, outros processos, e outras ainda propriedades, dependendo da natureza do elemento determinante, que é normalmente a primeira palavra, dentro da palavra composta. Por exemplo, a palavra composta “*user engagement*”, retirado do texto “*Case Studies*”, designa um processo, o “envolvimento com o cliente”. Como se vê, as palavras compostas são muitas vezes usadas para criar termos. Porém, a sua distinção face às colocações nem sempre é fácil de estabelecer.

Analisemos, de seguida, as dificuldades que algumas colocações, ocorridas nos textos de partida, nos levantaram.

4.3 Análise de casos

Na tradução, a escolha de uma colocação comum na língua de chegada surgiu como uma opção quase que intuitiva. As colocações permitem, em qualquer texto, impôr um certo grau de naturalidade, e o uso de determinadas colocações adequa-se a um determinado registo. Os exemplos recolhidos são expostos, abaixo, nas suas fórmulas neutras, sem a alteração sintáctica com que se verificaram no texto.

43)

Original	Tradução	Texto
Take notes	Apontar anotações	“ <i>Marketing</i> ”

No exemplo expostos em 43), concluímos que a colocação em inglês “*take notes*” tem uma colocação equivalente em português, que é “tirar notas”. Porém, considerámos que esta colocação se enquadra num registo mais coloquial e que, por isso, não se adequaria ao registo de um texto académico como o texto “*Marketing*”. Por essa razão, optámos por traduzir por uma outra colocação, não tão frequente (e o número de ocorrências desta expressão, comparado com o de ocorrências de “tirar notas”, no motor de busca Google, assim o confirma), mas, pensamos, mais condizente com o registo mais rigoroso do texto de partida, que é a colocação “apontar anotações”.

45)

Original	Tradução	Texto
Unleash the potential	Soltar o potencial	“ <i>Blog</i> ”

No caso referido em 45), o autor recorre a uma colocação que imprime maior expressividade ao texto, ao colocar com “*potential*” o verbo “*unleash*”, em detrimento de outra co-selecção possível, como a do verbo “*explore*” (exemplo: “*explore the potential*”). Na tradução, decidimos não usar a colocação, também existente em português, do verbo “explorar” com o substantivo “potencial”, uma vez que não foi essa a selecção de palavras escolhida pelo autor, e avançámos então para um combinação de “potencial” com o verbo “soltar”. Deste modo, traduzimos uma expressão, que constituía uma colocação no texto de partida, por uma combinação livre, uma vez que a ocorrência no *Google* da expressão fixa apresentou somente 245 resultados, o que basta para concluir contra a frequência da co-ocorrência, e porque existe uma substituíbilidade alargada do verbo “soltar” por outro verbo eventual (como por exemplo “libertar”).

46)

Original	Tradução	Texto
Fill in spaces	Preencher espaços	“Marketing”

Nesta situação, presente no quadro 46), a co-selecção do nome *spaces* com o *phrasal verb* “*fill in*” deu lugar, na tradução, à colocação habitual em português de “preencher espaços”.

47)

Original	Tradução	Texto
Face-to-face meetings	Reuniões presenciais	“Marketing”

No exemplo apresentado em 47), verifica-se um caso em que a colocação permite determinar qual o sinónimo, em português, mais adequado ao sentido original. De facto, “*meeting*” pode ser traduzido para “reunião”, “encontro”, “assembleia”, etc. Ora, a colocação e o contexto em que ela se insere permite inferir que a tradução mais adequada é “reunião”. “Reunião”, com o sentido de “*face-to-face meeting*”, coloca-se em português com o adjectivo “presencial”, que veicula um registo formal que se adequa ao texto em causa, e que apresenta uma ocorrência de frequência superior a outras palavras co-seleccionadas possíveis como “pessoal” ou “cara-a-cara”. Este caso constitui igualmente um exemplo de uma colocação que, em inglês, conjuga dois substantivos, embora um deles uma palavra composta, e nenhum verbo.

48)

Original	Tradução	Texto
Do changes	Fazer alterações	“Blog”

O exemplo 48) corresponde a um caso em que a selecção de palavras pelo autor constitui uma combinação livre, em vez da colocação que se verifica habitualmente com *change* e que é “*make changes/make a change*”. O resultado é uma sonoridade que não é natural e que denuncia que o autor não é um falante nativo da língua inglesa. Essa artificialidade não poderia ser transposta para o texto traduzido, uma vez que o texto

original em questão não se tratava de um texto expressivo, pelo que traduzimos pela colocação “fazer alterações”, possivelmente a mesma colocação que levou o autor português, por interferência da língua portuguesa, a escolher “*to do changes*”.

1.4.4 Conclusão

A tradução de colocações foi um processo que teve de levar em linha de conta a circunstância de as colocações serem diferentes de língua para língua, no sentido de evitar traduções que soassem pouco naturais. Por isso, uma tradução literal da colocação foi posta de parte logo à partida. As colocações verificadas foram, na sua maioria, binárias, e conjugavam, na maior parte dos casos, um verbo com um nome, embora também se tenham verificado nomes colocados com outros nomes.

A solução na tradução passava pela utilização de colocação da língua de chegada com sentido equivalente, ou, quando tal não era possível, por uma combinação livre de palavras que espelhasse o mesmo sentido.

1.5. Metáforas

1.5.1 Conceito

No contexto da linguística cognitiva, a metáfora não é uma mera figura de estilo que existe para adornar um texto escrito. Configura-se, antes, como uma construção de uma realidade abstracta através de uma realidade concreta. Trata-se, por outras palavras, de uma categoria conceptual expressa através de um paralelo com uma realidade que conhecemos, realidade essa que nos é familiar por causa do modo sensorial com que a identificamos. Assim, a metáfora constitui um dos planos de uma representação subjectiva em que se reconhece claramente a corporização de uma experiência (Almeida, 1999). Lakoff/Johnson (1980), *apud* Almeida (1999), definem a metáfora como a compreensão e a vivência de uma realidade nos termos de outra realidade.

Por conseguinte, na metáfora há dois domínios cognitivos que se intersectam, de tal modo que usamos a informação de que dispomos acerca de um determinado domínio cognitivo nosso conhecido, o domínio de partida ou domínio-fonte, para estruturar uma

asserção acerca de um outro domínio cognitivo desconhecido, que é o domínio de chegada ou domínio-alvo (Almeida, 1999:4). Os domínios de partida abrangem experiências quotidianas do mundo físico, enquanto os domínios de chegada tendem a ser mais abstractos, o que significa que a transposição dos aspectos do domínio de partida à luz do domínio de chegada tem em si implícita uma apreciação de uma realidade abstracta à luz de uma realidade concreta e tangível (idem).

1.5.2 Esquemas imagéticos

As experiências físicas que estão por detrás das construções abstractas baseiam-se na relação que o corpo humano desenvolve com o mundo físico em redor, de maneira que aquela experiência corporizada permite depois a conceptualização do domínio de chegada. Ora, aquela relação é estruturada em esquemas imagéticos, modelos que representam a experiência em termos espaciais. Estes esquemas estão na base na conceptualização de metáforas. Alguns dos esquemas imagéticos mais conhecidos são os da trajectória, do contentor, e do cima-baixo.

1.5.3 Mapeamentos

A análise do funcionamento da metáfora, enquanto ponto de ligação entre a realidade corpórea e a realidade conceptual que se pretende enunciar, faz-se através do mapeamento, que é uma correspondência entre os domínios de partida e do alvo. Os mapeamentos implicam um paralelismo absoluto entre os domínios de partida e chegada de tal modo que às figuras usadas na metáfora correspondam entidades que conhecemos do mundo real.

1.5.4 Análise de casos

Vejamos agora alguns exemplos de metáforas ocorridas que nos levantaram algumas dificuldades, bem como as soluções de tradução que aplicámos, ambas destacadas com sublinhado nosso:

49)

Original	Tradução	Texto
“Stay tuned for some more posts about xRTML 3.0 where <u>we’ll dive deeper into</u> the new features and show you all the details of this exciting new release.”	“Esteja atento a mais artigos sobre o <i>xRTML</i> 3.0 onde <u>falaremos com mais detalhe</u> das novas características e mostrar-lhe-emos todos os pormenores deste excitante novo lançamento.”	“ <i>Blog</i> ”

No excerto apresentado em 49), temos uma construção metafórica que recorre a uma imagem, atribuindo-lhe uma conotação pouco comum. De facto, as metáforas que utilizam a imagem de buraco atribuem-lhe conotação negativa, através do esquema imagético “cima é positivo; baixo é negativo”, relacionando “buraco” com a ideia de um obstáculo, uma depressão natural, que atrasa ou perturba uma viagem. Mas no caso em concreto, o mapeamento é realizado de maneira diferente, nos seguintes termos: a profundidade (ou o buraco, ou o poço) representa o conhecimento sobre algo, de tal modo que quanto mais profundo, maior a informação que se obtém; e a superfície representa o desconhecimento. Por conseguinte, um mergulho nesse “buraco” representa a assimilação de informação sobre o produto em causa. Temos portanto uma inversão do esquema imagético “cima-baixo” em que “baixo” tem conotação positiva e “cima” conotação negativa.

O mesmo mapeamento não é susceptível de ser reproduzido em português, língua onde só com dificuldade se conseguiria criar uma metáfora com o sentido equivalente, mas à custa de uma sonoridade pouco natural. Assim, poderíamos conceber uma expressão do género “iremos mais fundo na descoberta das novas características”. No entanto, preferimos eliminar o sentido figurado na tradução e optar por uma solução de registo menos coloquial, que, de qualquer maneira, não se desadequa ao texto de chegada, nem atinge a eficiência da transmissão da mensagem.

50)

Original	Tradução	Texto
“(...) an absolute <u>breach</u> between the sister <u>had taken place</u> .”	“(...) <u>deu-se uma ruptura total</u> entre as irmãs.”	“ <i>Mansfield Park</i> ”

Neste excerto retirado do texto “*Mansfield Park*”, pode observar-se uma variação da metáfora típica “amor é uma viagem”. Com efeito, no caso em concreto, o mapeamento não se pode construir com recurso à ideia de viagem, mas tem em conta a ideia de espaço geográfico com relação ao sentimento afectivo. Assim, a proximidade geográfica representa o grau de afecto entre duas pessoas, e uma fossa que abra no solo representa o distanciamento geográfico e, conseqüentemente, o esfriamento de relações entre as pessoas em causa. O esquema imagético presente é o do bloqueio.

Na tradução, pensamos que conseguimos manter o mesmo mapeamento, e assim preservar o sentido figurativo. Tratando-se de um texto expressivo, a marca pessoal da autora devia ser mantida, pelo que procurámos preservar a mesma imagem metafórica no texto de chegada.

51)

Original	Tradução	Texto
“(...) <u>bridging the gap</u> between online businesses and traditional brick-and-mortar stores.”	“(...) <u>reduzindo consideravelmente</u> as diferenças entre os negócios online e as lojas físicas tradicionais.	“ <i>Users PowerMarketing</i> ”

O mesmo tipo de metáfora, bem como o mesmo esquema imagético, que recorre à relação entre espaço e afecto, pode ser encontrada no exemplo enunciado no quadro 51). Aqui, a depressão natural representa a diferença e a construção de uma ponte simboliza a redução dessa diferença. No entanto, entendemos que seria mais natural eliminar a metáfora na tradução e optar por uma expressão, não figurada, que representasse o mesmo sentido. Manteve-se o sentido mas eliminou-se a construção metafórica, o que, cremos, não prejudicou a mensagem do autor num texto que se pode considerar ter um propósito mais vocativo e informativo do que expressivo.

52)

Original	Tradução	Texto
“(...) thank you so much for <u>being aboard this amazing journey</u> with us.”	“(...) obrigado por nos <u>fazer companhia a bordo nesta fantástica viagem.</u> ”	“ <i>Blog</i> ”

A metáfora que se pode ver no quadro 52) constitui uma metáfora de viagem, sendo evidente o esquema imagético de viagem. Apesar de não constituir uma fraseologia, pois a expressão habitual é “*be aboard with someone (on a ship/plane/etc)*”, compreende-se o sentido da metáfora. O respectivo mapeamento pode fazer-se nos seguintes termos: a viagem é o trabalho realizado pela empresa, e o destino é o objectivo de criar o produto. O esquema imagético usado é o de viagem. Tentámos reproduzir essa imagem metafórica na tradução, alterando ligeiramente o mapeamento. Assim, porque em português não é tão natural como em inglês “estar a bordo de uma viagem”, deixámos subentendida a referência ao veículo em que se faz essa viagem. Por conseguinte, o mapeamento da metáfora da língua de chegada tem um elemento extra, que é o veículo (um navio ou um avião, por exemplo), que representa os meios para atingir o destino/objectivo.

53)

Original	Tradução	Texto
“Then you'll <u>feel just at home</u> with our new templating model!”	“Então <u>sentir-se-á em casa</u> com o nosso novo modelo!”	“ <i>Blog</i> ”

No caso exposto no quadro 53), temos um exemplo de uma metáfora que é comum a ambos os contextos culturais correspondentes às línguas em confronto. Em termos de mapeamento, casa representa uma zona de conforto, em que a execução de uma tarefa é fácil, de maneira que “sentir-se em casa” significa estar à vontade com algo. O esquema presente é o esquema imagético do contentor.

1.5.4 Conclusão

A maioria das metáforas com que nos deparámos surgiu no texto “*Blog*”, o que se pode facilmente explicar por ser este o de maior extensão entre os textos vocativos que analisámos, textos que por natureza recorrem frequentemente a linguagem expressiva e figurada. Apesar disto, pode concluir-se que a construção de metáforas é de certa maneira simples, incipiente, possivelmente devido ao facto de os autores não serem falantes nativos do inglês. Por essa razão, aspectos como a dimensão cultural das metáforas não foram tratados aqui, por não terem relevância para os dados recolhidos.

As metáforas atrás abordadas constituem, na sua maioria, fraseologias. Contudo, para efeitos de análise de mapeamentos, esquemas imagéticos, e, essencialmente, a relação entre domínios, corpóreos, de partida e domínios, abstractos, de chegada, escolhemos tratá-las nesta secção.

1.6. Falsos Amigos

1.6.1 Introdução

A expressão “falsos amigos” consiste num termo coloquial usado em linguística para referir os signos linguísticos que partilham a mesma etimologia e, conseqüentemente, apresentam formas idênticas ou semelhantes, mas que detêm sentidos diferentes (Vaz da Silva e Vilar, 2003). Ou seja, nos falsos amigos, falsos cognatos ou palavras cognatas, há uma proximidade de formas externas, a nível ortográfico, que não é acompanhada por uma correspondência semântica. Essa semelhança de forma pode levar um tradutor desatento a supor, erradamente, que as palavras em questão partilham o mesmo significado e a cometer, assim, um erro de tradução.

Os falsos amigos distinguem-se dos parónimos e dos casos de interferência linguística (Vaz da Silva e Vilar, 2003). Os parónimos são palavras caracterizadas por uma semelhança, atribuída, tal como no caso dos falsos amigos, à etimologia comum. Porém, distinguem-se dos falsos amigos por, ao contrário destes, nunca entrarem em conflito a nível semântico, visto pertencerem ao mesmo nível de significação, sendo o sentido de um parónimo mais abrangente do que o do outro, de tal modo que o conteúdo

de um se possa inserir no do outro, como é ilustrado pelo exemplos fornecidos por Vaz da Silva e Vilar (2003: 4) dos parónimos “trabalho” e “trabalhador”, e “animal” e “animalesco”.

As interferências linguísticas, por seu turno, não envolvem necessariamente qualquer proximidade de formas ou origens comuns, mas surgem, tal como os falsos amigos, aquando do contacto entre duas línguas. A interferência consiste na invasão parcial ou momentânea de uma língua B por uma língua A, quase sempre a materna, e está por norma mais associada a estruturas gramaticais e sintácticas do que a aspectos lexicais (Vaz da Silva e Vilar, 2003). A interferência da língua nativa, o português, na criação dos textos em inglês por autores portugueses foi uma marca caracterizadora dos textos trabalhados no âmbito deste estágio, como se tem feito referência neste relatório sempre que essa interferência no texto de partida provocou problemas de tradução que se julgou pertinente abordar.

Existem várias classificações de falsos amigos, propostas por diferentes autores. Días Ferrero, *apud* Vaz da Silva e Vilar (2003), por exemplo, sugere uma classificação que permita distinguir os falsos amigos relativamente a diversos tipos de diferença: uma diferença de sentido apesar da forma idêntica ou semelhante (homógrafos ou homófonos), de género gramatical, de pronúncia, de registo linguístico e de grafia.

Vaz da Silva e Vilar (2003), por sua vez, classificam os falsos amigos como totais ou parciais. Os falsos amigos totais serão aqueles cuja semelhança abrange os dois planos externos do signo linguístico, a saber, a oralidade e a escrita, e sempre que o conflito semântico opere a nível das primeiras acepções de cada um dos signos. Diferentemente, os falsos amigos parciais assentam numa diferença que incide apenas sobre a oralidade ou a escrita, e estão associados a um confronto entre sentidos secundários dos signos em causa.

Para Contente (2008), os falsos amigos podem ser: falsos amigos semânticos, falsos amigos estilísticos e falsos amigos fraseológicos.

A ocorrência, num texto, de palavras ou expressões que se possam considerar falsos amigos é uma das dificuldades principais que se colocam a um tradutor inexperiente. Evitar cair na armadilha dos falsos cognatos exige que o tradutor detenha

um conhecimento profundo não só da língua de chegada como da própria língua materna.

1.6.2 Análise de casos

No texto cuja tradução fomos encarregados de rever – o texto “*Latest News*” –, notou-se a ocorrência de alguns erros causados pela não identificação de palavras ou expressões como “falsos amigos”. Vejamos alguns desses casos, em que o falso amigo se encontra destacado com sublinhado nosso.

54)

Original	Tradução	Revisão
“Realtime® <u>translates</u> into 4 products, namely:”	“Realtime® <u>traduzido</u> em 4 produtos, nomeadamente:”	“A <i>Realtime</i> ® <u>consubstancia-se</u> em 4 produtos, nomeadamente:”

Neste caso, o primeiro tradutor entendeu o verbo inglês “*translate*” como tendo o mesmo significado de “traduzir”, em português. É certo que esse é um dos sentidos do verbo, conforme atestado na respectiva entrada no *Free Online Dictionary*¹⁴. Contudo, o contexto permite perceber que o sentido usado neste caso é outro, um sentido secundário associado ao verbo “*translate*”, que é o de “mudar de uma forma ou estado para outro”, “expressar-se através de outros meios”.¹⁵

Com efeito, o que o autor pretende aqui é enunciar os produtos a que a marca *Realtime* está associada, ou seja, os produtos que compõem a tecnologia *Realtime*. Daí termos optado por substituir o verbo usado na tradução por “consustanciar-se”, de modo a transmitir precisamente essa ideia de partes, os produtos, que formam um todo, a tecnologia *Realtime*.

¹⁴“To render in another language.”

¹⁵**a.** “To change from one form, function, or state to another; convert or transform.” **b.** “To express in another medium.” (Segundo sentido retirado da entrada respectiva do dicionário online de inglês *The Free Dictionary*)

55)

Original	Tradução	Revisão
“Operation Chuck Norris – 1 million <u>concurrent</u> users/1 million messages per second”	“Operação Chuck Norris – 1 milhão de utilizadores <u>concorrentes</u> /1 milhão de mensagens por segundo”	“Operação Chuck Norris – 1 milhão de utilizadores <u>em simultâneo</u> /1 milhão de mensagens por segundo”

No exemplo mencionado em 55), o tradutor deixou-se enganar pela origem etimológica comum na base do adjectivo em inglês e do adjectivo em português, respectivamente, “*concurrent*” e “concorrente”. De facto, o étimo é o mesmo, tendo origem no latim “*concurrere*”, que significa “coincidir”. Porém, em português, esse étimo resultou no nome “concorrência” e no respectivo adjectivo “concorrente”, que adquiriu também o sentido, hoje possivelmente mais frequente na linguagem comum, de “competição”, “rivalidade”. O sentido principal em inglês, contudo, é o de algo que ocorre ao mesmo tempo que outra coisa qualquer¹⁶. Decidimos por isso corrigir a escolha do tradutor e substituí-la pela expressão adverbial “em simultâneo”. Trata-se daquilo a que Vaz da Silva e Vilar (2008) chamam falso amigo parcial, na medida em que, apesar de a forma externa ser semelhante, não são as primeiras acepções de cada adjectivo que estão aqui em conflito. Com efeito, “concorrente”, em português, apresenta, como primeiro significado nos dicionários, o sentido de “algo ou alguém que concorre”, e “concorrer” apresenta os dois primeiros sentidos de “cooperar”, “contribuir”, “juntar-se a outros com o fim comum”. A conotação negativa de rivalidade e competição, reflectida na tradução para “concorrente”, só se encontra presente em sentidos secundários de “concorrente”¹⁷: “pessoa que pretende coisa pretendida por outros”, “rival”, “competidor”.

¹⁶“*Happening at the same time as something else.*” (Retirado da entrada de “*concurrent*” do dicionário online de inglês *The Free Dictionary*).

¹⁷ Estes sentidos foram retirados da entrada de “concorrente” do dicionário online de português Priberam.

1.6.3 Erros no texto de partida provocados por falsos amigos enquanto interferência da língua materna

Uma situação peculiar da ocorrência de falsos amigos nos textos trabalhados durante o estágio foi a que se verificou no próprio texto de partida. Com efeito, aquando da análise do conteúdo da mensagem e das características do texto “*Marketing*”, para efeitos de definição das estratégias de tradução a adoptar, descobrimos bastantes erros linguísticos na escrita do próprio texto, em inglês, por certo justificados pela circunstância de o autor ser português e não ter o inglês como língua materna. Houve um caso, em particular, de escolha de uma palavra incorrecta face ao sentido que o contexto deixava depreender, escolha desadequada essa que atribuímos à interferência do português na criação do texto. Isso pôde verificar-se no excerto apresentado abaixo.

56)

Excerto	Texto
“Nevertheless, Bart does not <u>appreciate</u> personal contacts from training companies (...)”	“ <i>Marketing</i> ”

O que está em causa no excerto apresentado é a escolha do verbo “*appreciate*” .

O verbo inglês “*appreciate*” possui uma forma semelhante à do verbo português “apreciar”. Há que ter em conta, primeiramente, a relação de sinonímia interlinguística que os une. Como palavras polissémicas que são, ambos os verbos têm vários significados, nas respectivas línguas. E há, até, um sentido que aparentemente partilham. De facto, o sentido “reconhecer uma qualidade, ou a importância de algo”¹⁸, associado ao verbo “*appreciate*”, não está muito longe do sentido de “dar apreço a”, que corresponde a uma das entradas referentes ao verbo “apreciar” no dicionário *online* Priberam¹⁹.

Contudo, quer-nos parecer que há uma ligeira diferença semântica entre esses dois sentidos. Com efeito, aquele sentido de “*appreciate*” parece ter um peso significativamente maior e estar destinado a valores mais profundos ou abstractos do

¹⁸ Conforme a entrada respectiva no dicionário *online* *The Free Dictionary* (<http://www.thefreedictionary.com/appreciate>)

¹⁹ Conforme a respectiva entrada (<http://www.priberam.pt/dlpo/apreciar>)

que o peso associado a “dar apreço a algo”, que é o sentido primário do verbo português “apreciar”. Senão, vejamos o exemplo de uso desse sentido, conforme se pode ver na respectiva entrada no dicionário *online The Free Dictionary*: “*appreciated their freedom.*”. “*Appreciate*”, com esse sentido, parece que seria traduzido para português mais naturalmente como “dar valor a”, enquanto o conteúdo semântico do verbo “apreciar” não parece conter em si esse mesmo sentido, sendo aliás mais usado na negativa como um quase-sinónimo do verbo “gostar” (exemplo: “eu não aprecio muito chocolate”, ou, na forma adjectival – “não sou grande apreciador de chocolate”), ainda que talvez reservado para um registo mais formal em relação a esse verbo “gostar”.

Pensamos por isso tratar-se aqui de um caso de falso amigo parcial. Isto é, de uma situação em que a forma do verbo inglês, por ser semelhante à de um verbo português, motivou o autor a escolha daquele com um significado específico em mente. Sucede, porém, que esse sentido pretendido pelo autor, que é o sentido principal do verbo “apreciar”, não é veiculado da mesma maneira e de modo tão adequado pelo sentido (de “dar valor a algo”, um dos vários sentidos associados a esse verbo, para além de outros como “mostrar-se grato”, “ter em consideração”, etc.) do verbo inglês “*appreciate*”, devido à diferença, ainda que ligeira, de conteúdo semântico dos sentidos em causa. Concluímos que a escolha do verbo pelo autor não foi a mais correcta porque o sentido que se extrai da letra do texto não se coaduna muito com o contexto.

Cabe relembrar a linha de pensamento referida atrás que sustenta que, em textos técnicos e científicos, por não se tratar de textos expressivos, mais importante que a marca pessoal do autor é a transmissão intacta da mensagem. Se o tradutor identificar erros no texto original que perturbem essa mensagem, tal como o autor a pretendia, deve eliminá-los na tradução, sob pena de se gorarem os intentos do autor.

Curiosamente, no caso concreto em análise, a questão da interferência da língua materna na elaboração de um texto numa segunda língua, e a deturpação da mensagem transmitida que daí pode resultar, é um problema que só poderia ser detectado por um tradutor que estivesse familiarizado com essa língua, neste caso o português. Efectivamente, um tradutor que traduzisse para uma língua materna que não o português possivelmente não teria em conta a similitude de formas do verbo “*appreciate*” e do verbo “apreciar”, em português, e traduziria o verbo inglês possivelmente com o seu sentido de “dar valor a algo”. Ora, não nos parece que fosse esse o sentido que o autor

pretendia fazer passar, uma vez que a tradução eventual “Apesar disso, Bart não dá valor a contactos pessoais de empresas de formação” não parece transmitir a ideia pretendida, que é a de que a pessoa em causa não se mostra muito a favor de um tipo de abordagem mais directo por parte das empresas de formação, ideia que, julgamos nós, é mais eficazmente transmitida através da tradução por nós levada a cabo: “Apesar disso, Bart não aprecia contactos pessoais de empresas de formação”.

1.6.4 Conclusão

Pensamos que a apresentação dos casos concretos que foram analisados servirá para ilustrar as dificuldades que a problemática dos “falsos amigos” pode colocar ao tradutor. De facto, os falsos cognatos constituem um problema recorrente na tradução e, por força da etimologia comum que essas palavras partilham com outras da língua de chegada, nem sempre são reconhecidos com facilidade a tempo de evitar uma má tradução.

Para além do mais, entendemos que seria pertinente abordar a questão dessas mesmas dificuldades, causadas pelos “falsos amigos”, no momento da elaboração de um texto numa língua que não é a língua materna do tradutor, quando a influência dos “falsos amigos”, através da interferência da língua materna, possa então deturpar o sentido pretendido pelo próprio autor. Essa questão adquire particular relevância para a tradução no caso de textos informativos em que o tradutor se aperceba de que a mensagem pretendida pelo autor é traída pela utilização de palavras desadequadas a esse sentido.

1.7. Sinonímia

1.7.1 Introdução

Uma questão relevante normalmente associada ao léxico é o da sinonímia, que trata da relação de semelhança entre palavras. Veremos nesta subsecção as dificuldades que ela colocou ao longo do trabalho realizado no estágio.

A sinonímia é uma relação de equivalência semântica entre duas ou mais unidades com formas diferentes. Isto é, corresponde a uma situação em que expressões têm o mesmo significado num dado contexto, mas não em todos os contextos. Distingue-se por isso da homonímia, que designa uma forma que corresponde a vários sentidos, e da polissemia, que designa um fenómeno em que uma só forma possui vários significados (Contente, 2008).

A relação de sinonímia entre duas ou mais denominações surge através da verificação de traços semânticos pertinentes em comum, traços esses que podem ser assimilados em dicionários, manuais e contextos definidores (Contente, 2008). Se uma dessas unidades possuir um traço semântico adicional, que modifica o conceito, especificando-o ou generalizando-o, ou se, pelo contrário, lhe faltar um traço semântico significativo, isso basta para se determinar que não existe sinonímia entre as denominações (Contente, 2008). Contente (2008:184) acrescenta ainda que, para duas denominações serem consideradas sinónimos, será necessário haver uma condição lógica de ligação ao mesmo hiperónimo (genérico) e aos mesmos hipónimos.

O autor de um texto deve eliminar ou pelo menos reduzir qualquer ambiguidade que possa existir. Em casos de ambiguidade lexical, a que nos interessa neste âmbito, uma forma encontra-se associada a mais do que um conceito (por exemplo, “cadeira” pode significar quer um objecto quer uma disciplina de um curso). Quando essa ambiguidade persiste no texto original, levanta-se um problema que o tradutor deve resolver, e que constitui o cerne da questão da sinonímia intralinguística, analisada mais à frente. O problema da ambiguidade adquire contornos ainda mais relevantes no seio de um sistema terminológico, uma vez que se deve privilegiar a clareza da comunicação especializada, mais do que qualquer outra. Por conseguinte, em prol da harmonização, as ocorrências sinonímicas devem ser evitadas nos textos especializados.

A sinonímia constitui igualmente um procedimento de tradução. Assim, quando não existe no léxico da língua de chegada um equivalente preciso que corresponda à palavra ou expressão do texto de partida, e essa palavra não se revestir de grande importância no texto (como adjectivos ou advérbios de qualidade), o tradutor pode recorrer a um sinónimo (Newmark, 1988).

Nos textos técnicos e científicos, as formas sinonímicas podem surgir, por exemplo, entre um empréstimo e um termo existente na língua, entre uma formação

sintagmática e um termo, entre um termo simples e um sinónimo contextual, entre uma formação sintagmática e uma sigla (Contente, 2008). Apesar de dever ser reduzida ou eliminada, a sinonímia em terminologia é frequente, o que pôde ser constatado nos textos dos sítios da Internet que trabalhámos.

A Norma ISO 1087 (2000) (*apud* Contente, 2007) define a sinonímia como a relação entre designações da mesma língua que representam o mesmo conceito. Numa nota estabelece uma diferença entre sinónimos e quase-sinónimos. Aqueles situam-se em níveis de língua ou níveis de conceptualização diferentes ou são utilizados em situações e níveis de comunicação diferentes. Quando os termos não se podem permutar em todos os contextos são designados de quase-sinónimos (Contente, 2008:189), também denominados de sinónimos parciais. De facto, adiante se verá, a propósito dos casos de sinonímia interlinguística, como a escolha de um sinónimo em detrimento de outros, na língua de chegada, poderá comportar ligeiras alterações de sentido. Isto porque a maior parte das palavras que se relacionam entre si através de uma alegada relação de sinonímia são na verdade apenas quase-sinónimos, uma vez que não possuem exactamente todos os mesmos traços semânticos.

A sinonímia compreende duas modalidades, que são a sinonímia intralinguística e a sinonímia interlinguística.

1.7.2 Sinonímia intralinguística

A sinonímia intralinguística define-se como a sinonímia no interior de um mesmo sistema linguístico em que a identidade conceptual das denominações concorrentes é fundamental (Contente, 2008:185). As dificuldades que ele coloca face à tradução prendem-se com aquelas situações em que uma palavra da língua de partida pode equivaler a diferentes palavras na língua de chegada, por serem estas palavras sinónimas entre si. Perante esta sinonímia, tem o tradutor de seleccionar a palavra mais adequada para aquele contexto.

No decurso do estágio, fomos confrontados com alguns casos de sinonímia intralinguística que representaram problemas que tiveram de ser ultrapassados na tradução. Com efeito, algumas expressões, especialmente as de carácter especializado, que surgiam nos textos de partida, tinham, como traduções atestadas pelos glossários de

especialidade, mais de uma expressão, sinónimas entre si o que nos colocava a questão de saber qual desses equivalentes na língua de chegada escolher. Analisemos em concreto alguns exemplos encontrados.

57)

Termo original	Traduções sugeridas	Fonte	Texto
<i>“banner”</i>	faixa publicitária; banda publicitária	IATE	<i>“Users Powermarketing”</i>

No exemplo em apreço, já mencionado no capítulo relativo à terminologia, o termo, pertencente ao domínio de especialidade das Tecnologias de Informação e da Informática, correspondia a dois equivalentes em português europeu, de acordo com os resultados da pesquisa efectuada no glossário de especialidade *IATE*. Os resultados foram “faixa publicitária” e “banda publicitária”, ambos com grau de fiabilidade máxima. Houve que escolher um, e o critério seguido foi o de número de ocorrências da expressão em páginas da Internet em português europeu. O resultado apresentado pelo motor de busca *Google* incidiu sobre “faixa publicitária”, pelo que foi este o termo por nós usado na tradução. O mesmo critério foi aplicado no exemplo 58), conforme se verá de seguida.

58)

Termo original	Traduções sugeridas	Fonte	Texto
<i>“link”</i>	Hiperligação; ligação; ligação hipertexto	IATE	<i>“Blog”</i>

Neste caso, a manutenção do termo em inglês com a grafia original também foi uma solução ponderada, dada a frequência de uso desse estrangeirismo pela comunidade de falantes do português. Contudo, acabámos por preferir um termo que respeitasse o sistema da língua de chegada. As opções remanescentes, nesse contexto, eram então “hiperligação”, “ligação” e “ligação hipertexto”. A segunda dessas expressões obteve

mais ocorrências em sítios portugueses da Internet, mas não a adoptámos por se confundir com o outro sentido de “ligação”, o de associação estabelecida para transferência de dados, e que usámos para traduzir o termo inglês “*connection*”. Sobraram então “hiperligação” e “ligação hipertexto”, tendo sido escolhido aquela, por força do maior número de ocorrências no Google em páginas portuguesas.

1.7.3 Sinonímia interlinguística

A sinonímia interlinguística coloca palavras de dois sistemas linguísticos diferentes em confronto. A equivalência dessas palavras, pertencentes a línguas diferentes, pode apresentar ao tradutor os seguintes problemas: por um lado, quando a palavra na língua de partida é polissémica, o tradutor tem de descobrir qual o significado correcto no contexto em que a palavra surge, uma vez que o significado nessa língua irá determinar o equivalente da língua de chegada; por outro lado, se a palavra da língua de partida não tiver um equivalente na língua de chegada, cabe ao tradutor recorrer a procedimento de tradução que preencha esse vazio, criando um decalque, usando a palavra original como empréstimo, traduzindo por perífrase, etc.

De referir, porém, que, para Contente (2008), a sinonímia interlinguística não deve ser tratada como uma modalidade de sinonímia, mas sim como uma equivalência, pois estão em causa diferentes sistemas de língua de especialidade. Prefere por isso o termo “equivalência interlinguística”, em detrimento da expressão “sinonímia interlinguística”, para designar as diferentes denominações usadas em duas ou mais línguas para exprimir o mesmo conceito.

Os casos de sinonímia interlinguística com que nos deparámos respeitam unicamente à polissemia, e não assumiram dificuldades de maior. Efectivamente, o contexto, e, principalmente, a área de especialidade a que pertenciam, permitiam reduzir consideravelmente, quando não mesmo eliminar, a ambiguidade que o número de sentidos possíveis da palavra ou expressão da língua de partida poderia provocar. Pode, aliás, observar-se, na tabela disponibilizada em seguida, como muitos dos termos constantes dos sítios da Internet possuem vários sentidos diferentes, destacando-se o significado de léxico comum.

59)

Termo original	Traduções sugeridas	Fonte	Texto
<i>“Energy conservation”</i>	conservação de energia; economia de energia	<i>IATE</i>	<i>“Marketing”</i>

Na situação que pode ser apreciada em 59), tivemos de ter em conta um outro factor, que foi o de os dois termos em português sugeridos pelo glossário pertencerem a dois domínios de conhecimento diferentes. De facto, de acordo com a informação disponibilizada pelo IATE, “conservação de energia” é um conceito da área do Ambiente, enquanto “economia de energia” é uma denominação que tanto expressa um conceito da área do Ambiente como um conceito do domínio da Energia. Porque não se afigurava líquido no texto a qual das áreas o termo respeitava, optámos pela denominação “economia de energia”, sabendo que, deste modo, abrangeríamos o conceito correcto, uma vez que se trata de um termo homónimo, ou seja, a mesma forma linguística “economia de energia” pode designar dois conceitos diferentes.

60)

Termo original	Traduções sugeridas	Fonte	Texto
<i>“Job title”</i>	cargo; função	<i>IATE</i>	<i>“Marketing”</i>

A situação apresentada em 60) assumiu uma natureza diferente das anteriores. Neste caso, “*job title*” corresponde, em português, de acordo com a fonte consultada, a dois equivalentes diferentes, “cargo” e “função”. O termo ocorre no texto original numa oração isolada, mal formulada (repare-se, em 61, na omissão do sujeito, impossível em inglês), e sem aparente conexão com o resto do texto, como se pode constatar na parte sublinhada no excerto seguinte:

61)

Excerto	Texto
“GLORIA I think I’m OK with things as they are [if she has the need of more communication with training companies] <u>Normally put names after the quote with job title</u> ”	“Marketing”

Trata-se de excerto de uma das entrevistas para efeitos da pesquisa que as autoras do artigo em causa levaram a cabo. Como não se depreende do contexto a que se refere o termo “*job title*”, tivemos de seguir outro critério de escolha dos sinónimos em confronto em português. Dado que um dos temas do artigo em questão se debruçava sobre as empresas de formação, entendemos que, tendo em linha de conta a matéria versada, as competências que um colaborador quer desenvolver adquirem maior relevância, para efeitos da área da formação laboral, do que propriamente o lugar que o mesmo ocupa dentro de uma organização. De acordo com este raciocínio, concluímos que a temática do texto se conjugaria mais naturalmente com a ideia de “função” do que com a ideia de “cargo”.

O exemplo enunciado em 62), pelo contrário, representa um caso em que a solução foi diferente das anteriores.

62)

Termo original	Traduções sugeridas	Fonte	Texto
“ <i>layout</i> ”	implantação, traçado	<i>IATE</i>	“ <i>Blog</i> ”

De facto, a ocorrência do termo “*layout*” evidenciou uma situação em que optámos pelo acolhimento do empréstimo, que não fora sugerido pela fonte, em detrimento dos equivalentes sinónimos em português. Por conseguinte, utilizámos uma forma estrangeira como um xenismo (ou “xeno-termo”) (Contente, 2008), para a qual, no caso concreto, existiam equivalentes na língua de chegada. A razão foi a de que considerámos que quer “implantação” quer “traçado” se associavam mais à apresentação física de algo, e não assentavam tão bem na descrição gráfica de uma

realidade incorpórea como é o caso de um artigo de blogue da Internet, a que refere o texto em causa.

63)

Original	Tradução	Revisão	Texto
“IBT's Realtime® Certified <u>Partners</u> ”	“ <u>Sócios</u> Certificados do Realtime® da IBT”	“ <u>Parceiros</u> Certificados do <i>Realtime®</i> da <i>IBT</i> ”	“ <i>Latest News</i> ”

No exemplo apresentado em 63), ocorre uma situação de polissemia de uma palavra no texto de partida. Como se pode observar, a opção da tradução realizada por colaborador da AYR, por nós depois corrigida, passou pela escolha de “sócios” para “*partners*”. Ora, sucede que a palavra “*partner*”, em inglês, designa várias realidades diferentes em português, com sentidos próprios. Assim, “*partner*” pode equivaler, em português, a sócio, associado, parceiro. Cremos que o sentido do texto original não era aquele que foi expresso pela tradução, pelo que decidimos corrigir a opção do tradutor e substituí-la por uma que julgámos mais adequada. Conforme se pode verificar no excerto exibido em 64), com a parte que interessa destacada a sublinhado nosso, torna-se claro que o texto faz referência, não a entidades que participam de um negócio ou que se tornam membros de uma empresa ou de outro tipo de colectividade, realidade denotada pela palavra “associado” ou “sócio”, mas sim a entidades colectivas que com outras estabelecem relações de colaboração com vista a alcançar objectivos comuns, ou seja, parceiros.

64)

Original	Texto
“Worldwide reach through the implementation of Realtime® solutions. IBT announced a set of esteemed Realtime® Certified Partners. <u>Companies that now incorporate the Realtime® Web services and solutions in their portfolios to their clients.</u> ”	“ <i>Latest News</i> ”

Na tabela 65) podem ser observados casos de sinonímia interlinguística que colocaram dificuldades relativamente à polissemia. No entanto, o contexto, e, principalmente, a área de especialidade a que pertenciam os termos em questão, permitiam reduzir consideravelmente, quando não mesmo eliminar, a ambiguidade que o número de sentidos possíveis da palavra ou expressão da língua de partida poderia provocar. Pode, aliás, observar-se, na tabela abaixo, como muitos dos termos constantes dos sítios da *Internet* possuem vários sentidos diferentes, destacando-se o significado de léxico comum.

65)

Termo	Sentido de léxico comum	Sentido de léxico de especialidade
Environment	Meio ambiente	Configuração; equipamento
Language	Língua	Linguagem
Banner	Pavilhão; bandeira	Faixa publicitária; banda publicitária
Flag	Bandeira	Indicador
Trigger	Gatilho	Disparador
Bug	Insecto	Erro
Cookie	Bolacha	Testemunho
Key	Chave	Chave, código, código numérico

Cabe ao tradutor estar atento e saber prever situações destas, de modo a não se deixar enganar pelas várias acepções que uma dada palavra ou expressão pode assumir. Nos exemplos expostos, os principais sentidos em confronto, para cada termo, respeitavam essencialmente, por um lado, a um significado de léxico comum, e, por outro, a um significado de léxico especializado. Na solução desta dicotomia, revelaram-se cruciais o contexto em que surgiam os termos em questão, bem como o facto de as matérias tratadas se inserirem na linguagem própria de áreas de especialidade específicas, permitindo por isso identificar facilmente os sentidos referentes às linguagens de especialidade como os significados que o autor pretendia expressar.

1.7.4 Conclusão

Na análise dos problemas surgidos relacionados com a sinonímia, ganha realce a importância da distinção entre léxico comum e linguagem especializada, muitas vezes associada à polissemia de certas palavras, bem como a confirmação de que a maioria das unidades consideradas sinónimos constituem, na verdade, quase-sinónimos.

O tipo de sinonímia que mais dificuldades levantou foi a sinonímia interlinguística, uma vez que a escolha errada do equivalente levaria à incorrecção, do ponto de vista técnico, do próprio texto de chegada.

2. Questões Sintácticas

2.1 Regências

2.1.1 Introdução

A regência, em sentido amplo, consiste na dependência de uma expressão relativamente a uma palavra, no contexto de uma frase. As diferentes línguas podem ter diferentes regências para palavras equivalentes, o que poderá colocar dificuldades ao tradutor, que tem de ter em linha de conta as diferentes propriedades de cada língua em confronto, no que à regência diz respeito.

A regência pode ser verbal, nominal ou adjectival, consoante a palavra de que depende a expressão seja um verbo, um substantivo ou um adjectivo, respectivamente. A regência verbal e a nominal suscitaram problemas na tradução realizada no âmbito do estágio, que serão analisados com mais pormenor nas subsecções seguintes.

2.1.2 Regência verbal

A regência verbal é a relação de dependência sintáctica entre os verbos e os seus complementos. Quando o verbo exige um complemento, a relação entre o verbo e esse complemento pode estabelecer-se directamente ou através de preposição. A regência verbal através de preposição é a que coloca mais problemas, mesmo entre os falantes nativos da língua.

Ao longo de alguns textos, verificou-se a ocorrência frequente de casos em que a relação de dependência entre um verbo e os seus complementos não era respeitada no original em inglês, circunstância que atribuímos, eventualmente, ao facto de o autor não ser falante nativo desta língua. Pode, aliás, notar-se uma certa interferência do português, provável língua nativa do autor, aquando da associação de alguns verbos a certas preposições ou por ocasião da omissão indevida destas. Isto porque, embora essas relações entre esses verbos e as preposições não fossem correctas em inglês, a respectiva tradução literal para português configurava o respeito da regência verbal nesta língua. Vejamos, a este propósito, os exemplos seguintes, extraídos do texto “*Blog*”:

66)

Texto “<i>Blog</i>”
“This extension allows you to unleash the power of real time content and notifications to your users, <u>providing</u> them a better and more pleasant user experience (...)”
“(fictional names were given in order to <u>commit</u> with privacy arrangements)”
“And that’s what we are going to <u>talk</u> today.”

O verbo “*provide*”, do primeiro exemplo, com o sentido de fornecer algo a alguém, exige uma preposição – “*with*” – para o complemento directo, e nenhuma para o complemento indirecto. No caso em apreço, falta a preposição que relaciona o verbo com o complemento directo, que é “*a better and more pleasant user experience*”. Ora, este problema poderá ser explicado pela circunstância de, em português, o verbo “proporcionar”, de alcance semântico semelhante, e usado por nós na tradução desta frase, não reger nenhuma preposição na relação com o complemento directo, dando-se a ligação deste com o verbo de forma directa (“proporcionar algo a alguém”).

O verbo “*commit*”, constante do segundo exemplo, quando é transitivo, rege a preposição “*to*” e não “*with*”, como consta do excerto apresentado. Mais uma vez, poderá fazer-se uma analogia entre o uso indevido da preposição regida pelo verbo em inglês, e a regência verbal do verbo “comprometer”, ambos partilhando a mesma raiz etimológica latina. De facto, “comprometer” rege a preposição “com”, o que poderá

explicar a razão pela qual o autor do texto, por interferência da sua língua materna, cometeu o erro de escolher “with” em vez de “to”.

O terceiro exemplo constitui um caso de uma regência que não foi observada. De facto, o verbo “to talk”, quando seguido de complemento, rege a preposição “about”, tal como em português o verbo “falar”, quando seguido de complemento, rege a preposição “de” ou “sobre”, que muitas vezes são omitidas no discurso oral do dia-a-dia e mesmo, incorrectamente, em alguns textos escritos.

Por resultarem de interferências do português, estes erros não representaram um grande entrave à tradução das expressões em causa, dado que era possível compreender bem, atendendo ao contexto, o que o autor quis expressar. Poderiam, no entanto, ter constituído um problema para uma tradução para outra língua realizada por um tradutor não português.

Por outro lado, casos houve em que o verbo foi acompanhado de preposição diferente daquela que deveria reger, face ao significado que se depreendia pelo contexto, o que poderia dar um sentido diferente à frase. Essa alteração de sentido era ligeira, e não profunda ao ponto de modificar por completo o conteúdo da mensagem, mas foi necessário, por uma questão de rigor, apreender o significado que o autor pretendia transmitir. Esses casos acabaram por ser solucionados através do contexto, que permitia depreender o verdadeiro sentido do verbo. Como exemplo, podem referir-se os chamados *phrasal verbs*, cujo sentido se altera se se trocar uma preposição por outra. Trata-se de casos particulares de regência verbal, em que o uso incorrecto de uma preposição poderá ser compreendido, não como uma relação entre verbo e complemento que não respeita a regência, mas sim como um *phrasal verb* completamente diferente. Eis dois exemplos, encontrados ao longo do trabalho:

67)

Original	Texto
“BART If I’m contacted through DM, personally or in written, only after I establish some trust... I’ll <u>move on to</u> the relationship.”	“Marketing”

“(...) there are other relevant features that might be worth looking into as they can come in handy (...)”	“ <i>Blog</i> ”
--	-----------------

O *phrasal verb* “*to move on to*” tem o sentido de mudar para uma actividade ou um objecto diferente. Já o *phrasal verb* “*to move on*” significa seguir em frente, avançar com o estado de coisas²⁰, seleccionando a preposição “*with*” quando se relaciona com o complemento. O contexto de ocorrência desta expressão permite entender que o entrevistado em questão é da opinião de que só estará disponível para desenvolver uma relação com uma empresa de formação após ganhar confiança na sequência de contactos, pessoais ou escritos, na forma de Marketing Directo. Infere-se, portanto, que o sentido é o de “*move on*”, e não o de “*move on to*”, que contrasta com o sentido das declarações do entrevistado. Por isso, atribuímos a escolha da preposição “*to*” a um erro linguístico por parte do autor do texto, tendo deduzido que o significado pretendido era o correspondente à expressão “*move on*”, que rege a preposição “*with*”.

Semelhante situação ocorreu no exemplo seguinte, em que a mudança da preposição mudou o *phrasal verb* e, conseqüentemente, alterou o sentido do que se queria transmitir. De facto, “*to look into*” significa pesquisar as causas, as origens de algo²¹. Ora, no contexto em que surge, parece claro que o sentido é o de que o interessado deve pesquisar as características em causa, isto é, saber em que consistem, ficar a conhecê-las, examiná-las, e não propriamente averiguar as suas causas. Parece, portanto, que o autor desejava o sentido que seria correctamente transmitido pelo *phrasal verb* “*to look at*”²², que se constrói com o mesmo verbo que “*to look into*”, mas regendo outra preposição – a preposição “*at*”.

Os restantes casos de não observância da regência verbal no texto de partida não representaram problemas de tradução, uma vez que cedo se compreendeu tratarem-se de erros linguísticos, facilmente solúveis na tradução, como se pode observar na tabela seguinte:

²⁰ A diferença de significado pode ser verificada nas entradas respectivas no dicionário *The Free Dictionary*: <http://idioms.thefreedictionary.com/move+on>

²¹ Consulte-se as entradas respectivas no dicionário *The Free Dictionary*: <http://idioms.thefreedictionary.com/look+into> e no *Longman Dictionary of English Language and Culture*.

²² Consulte-se a entrada respectiva no *The Free Dictionary*: <http://idioms.thefreedictionary.com/look+at>.

68)

Texto “ <i>Blog</i> ”	
Original	Tradução
“(...) our feature is <u>based under</u> an auction extension (...)”	“(...) a nossa apresentação é baseada numa extensão de leilão para <i>Joomla!</i> (...)”
“Now let’s <u>look to</u> the receiver part.”	“Agora, olhemos para a parte do recetor.”

No primeiro caso, pode observar-se como a preposição escolhida – “*under*” – é errada, uma vez que o verbo “*to base*” rege a preposição “*on*”. No segundo exemplo, a preposição deveria ser “*at*” e não “*to*”, uma vez que o verbo “*to look*”, com este sentido, rege aquela preposição. Na tradução, porém, respeitou-se a regência verbal para cada um dos casos.

2.1.3 Regência nominal

Na regência nominal, o termo que rege é um nome. A regência nominal, ao contrário da verbal, caracteriza-se pelo facto de a ligação entre o nome e o complemento exigir sempre o acompanhamento de preposição. No texto já traduzido que fomos incumbidos de rever, reparámos num caso em que essa regência nominal não era respeitada:

69)

Texto “ <i>Latest News</i> ”		
Original	Tradução	Revisão
“This yet another proof that out technology and our products are an amazing discovery (...)”	“É mais uma <u>informação confiável que</u> a nossa tecnologia e produto são uma descoberta maravilhosa. “	“É mais uma informação confiável de que a nossa tecnologia e o nosso produto são uma descoberta fantástica.”

O nome “informação” rege necessariamente a preposição “de”. Ora, como se pode observar, no excerto extraído do texto previamente traduzido, a preposição “de” é omitida, quando deveria ter sido introduzida entre o nome e a oração que se segue, o que corrigimos na versão revista.

2.1.4 Conclusão

Neste capítulo, pudemos apreciar como, na tarefa de tradução, tivemos de ter em consideração as diferentes regências de palavras equivalentes nas diferentes línguas. Houve casos em que essa mesma regência não era respeitada no original, o que algumas vezes provocou uma certa deturpação do sentido do texto de partida, sentido que teve então de ser esclarecido antes de se proceder à tradução.

2.2 Preposições: uso adequado

Para além dos casos levantados pela ocorrência de preposições que são atribuídos a questões de regência, mencionados na secção anterior, foram ainda detectadas outras situações também relacionadas com preposições, mas envolvendo expressões não seleccionadas por uma categoria lexical. Nestes casos, o aspecto determinante correspondeu ao valor semântico associado a cada preposição.

Nalguns textos, com destaque para o texto “*Blog*”, compilação de artigos da autoria de vários autores, verificou-se a ocorrência habitual de uso indevido de preposições. Em tese, isto poderia levar a entendermos que o sentido previsto pelo autor era outro do que o que à partida poderíamos supor. Se se tratasse de um texto expressivo, em que a marca pessoal introduzida pelo autor no texto fosse mais relevante que a transmissão da mensagem, isso seria um problema possível, dado que seríamos tentados a tratar o uso dessas preposições, não como um erro, mas como uma manobra estilística intencional. No entanto, os artigos do texto “*Blog*” não apresentavam propriedades que os levassem a ser caracterizados como textos expressivos. As suas características vocativas e informativas, aliado ao facto de os autores não serem falantes nativos da língua inglesa, levou a que tratássemos a instabilidade do uso de preposições como um erro de falante não nativo, ainda para mais quando muitas dessas preposições,

indevidas, representavam possíveis interferências do português, provável língua materna dos autores. O mesmo se verificou em relação à ocorrência, abaixo evidenciada, referente ao texto “*Marketing*”.

Assim, houve casos em que o recurso à preposição errada era facilmente explicado, sem que isso representasse problemas de apreensão do sentido. Com efeito, existem determinadas distinções semânticas que se manifestam em diferentes preposições em inglês, sem que exista sempre uma correspondência com distinções semelhantes em português. Foi o que sucedeu quando o autor recorria à preposição “*in*” quando a preposição correcta seria “*on*”. Esta subtileza do inglês não encontra reflexo no português, uma vez que nesta língua se opta sempre pela preposição “em”, ou pelas suas formas de contracção com os artigos. Como tal, a resolução deste problema foi encontrada facilmente. Pode ver-se alguns desses exemplos destes na tabela abaixo.

70)

Original	Tradução	Texto
It’s like always having a roadmap for the framework in your fingertips (...)	“É como ter um mapa da <i>framework</i> nas pontas dos seus dedos (...)	“Blog”
“(…) using xRTML directly in the website (...)”	“(…) estarem a usar <i>xRTML</i> diretamente no website (...)”	“Blog”
“We now see the the Realtime® Plugin in the Plugin List.”	“Agora conseguimos ver o <i>Plugin Realtime®</i> na lista <i>Plugin.</i> ”	“Blog”
“At this stage data were grouped by code in the computer (...)”.	“Nesta fase, os dados foram agrupados por um código no computador (...)”	“Marketing”

2.1 Formas verbais de exprimir o futuro

2.1.1 Introdução

Um dos problemas de cariz sintáctico (ou, neste caso, sintáctico-semântico) que mais dificuldades colocaram ao longo do estágio foi o das formas verbais referentes ao futuro.

Efectivamente, o português e o inglês, como sistemas linguísticos distintos que são, apresentam formas verbais diferentes para fazer referência a eventos situados num momento posterior ao da enunciação, o que colocou uma dificuldade aquando do processo de tradução, pois a uma forma numa língua não corresponde necessariamente sempre a mesma forma na outra, uma vez que aquelas construções verbais são usadas, quer no português quer no inglês, em enquadramentos próprios e exprimindo significados concretos.

Atentemos, por conseguinte, aos meios de expressar esse tempo futuro em cada uma das línguas em confronto.

2.1.2 Meios de exprimir o futuro em inglês

A língua inglesa contém várias construções possíveis para expressar o tempo futuro, que passam pelo uso de diferentes tempos verbais. Contudo, nos textos trabalhados, ocorreram apenas duas dessas formas, a construção com “*will*” + infinitivo e a construção com “*be going to*” + infinitivo. Vejamos, em pormenor, cada uma destas construções e o contexto em que são usadas (Quirk, 1985):

- a) Conjugação de um dos auxiliares “*will/shall*” com um verbo no infinitivo: é usada para referir um futuro neutro, mas também abrange sentidos com valor modal, como o de previsão ou o de vontade. O “*will*” com o sentido de previsão é comum em cláusulas supraordenadas com cláusulas temporais ou condicionais (iniciadas por “*if/when*”), e o “*will*” de vontade é especialmente usado na primeira e segunda pessoas, expressando intenção (por exemplo: acordos, promessas, ameaças).
- b) Conjugação de “*be going to*” com um verbo no infinitivo: é comum no discurso informal e significa a concretização futura do presente. Mais

especificamente, pode abranger o sentido de concretização futura da intenção presente (associada a sujeitos pessoais e verbos agentivos), e o sentido de resultado futuro de uma causa presente (associado quer a sujeitos pessoais, quer não pessoais).

2.3.3 Meios de exprimir o futuro em português

Cabe agora analisarmos as construções existentes em português para referir os eventos situados no futuro. As formas verbais, em português, que expressam esse tempo futuro em português são as seguintes (Cunha e Cintra, 1984):

- a) Presente do Indicativo: é empregado para marcar um acto futuro, mas próximo no tempo, caso em que, para impedir qualquer ambiguidade, se faz acompanhar geralmente de um adjunto adverbial. Oliveira (2003) acrescenta que este uso específico do Presente do Indicativo ocorre nomeadamente quando o predicado seleccionado é um evento. O presente do indicativo, como forma marcada de futuro, pode exprimir ainda, para além de eventos futuros tidos como certos e avaliados e decididos no momento da enunciação, a determinação de o falante executar as tarefas em causa, sendo que essa decisão coincide com o momento da enunciação, salientando-se assim o envolvimento do falante com o seu discurso (Da Silva, 1988).
- b) Futuro Simples, que é empregado:
 - i) para indicar factos certos ou prováveis, posteriores ao momento da enunciação;
 - ii) para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre factos actuais;
 - iii) nas afirmações condicionadas, quando se referem a factos de realização provável.
- c) Locução constituída pelo presente do indicativo do verbo “haver” mais “de”, seguida do infinitivo do verbo principal: exprime a intenção de realizar acto futuro.
- d) Locução constituída pelo presente do indicativo do verbo “ir” em conjugação com o infinitivo do verbo principal: designa uma acção futura imediata.

O tempo futuro pode ainda expressar-se através do uso de outras construções que envolvem locuções verbais em que o primeiro elemento verbal ocorre no futuro e o segundo elemento verbal ocorre no infinitivo (eventualmente associadas a valores modais – como no caso das construções com “ter de”, “dever” ou “poder” – ou aspectuais – como em construções com “começar a”, “estar a”, etc.) ou no particípio passado (como acontece no caso da construção passiva sintáctica).

De acordo com Oliveira (2003), a expressão do futuro em português europeu é fundamentalmente realizada através do Presente do Indicativo com o contributo de tempo de projecção futura ou então pela construção “ir” + infinitivo. Contudo, importa lembrar que a linguagem formal, própria de alguns tipos de texto, recomenda o uso do Futuro Simples em detrimento dessas outras formas.

Como se vê, as construções usadas em inglês e em português não coincidem quanto aos contextos semânticos a que estão associadas, o que coloca um problema de tradução.

2.3.4 Análise de casos

Da observação dos dados recolhidos, pudemos concluir que o futuro expresso pela construção com “will” seguido de verbo no infinitivo é claramente a construção que ocorre mais frequentemente nos textos que trabalhamos.

No texto “*Marketing*”, quando a construção verbal com “will” seguido de verbo no infinitivo, exprimindo um futuro neutro, surgiu, no texto original, no corpo do artigo (diferente estratégia foi seguida para as transcrições de entrevista, como se verá adiante), seguimos uma de duas estratégias. Num dos casos, como se constata no quadro 71), a construção usada foi a do verbo “ser” no futuro mais um particípio passado, uma vez que a frase no texto de partida era passiva, e essa voz foi mantida na tradução. Nas outras situações optámos pela construção do verbo “ir” conjugado no futuro seguido de verbo no infinitivo, como se pode ver no quadro 72). A razão destas escolhas deveu-se ao facto de o artigo académico constituir um texto científico, que favorece uma linguagem mais formal. No caso constante do quadro 72), considerámos que a forma verbal constituída pela conjugação do verbo “ir” no futuro simples seguido de verbo no infinitivo detinha uma marca formal mais acentuada, e, portanto, mais

adequada ao texto em causa, ao mesmo tempo que mantinha o sentido da construção “ir” + verbo no infinitivo, que é o de designação de um futuro próximo.

71)

Original	Tradução	Texto
“We believe that if customers’ differences are respected, the DM image <u>will be</u> significantly <u>improved;</u> ”	“Acreditamos que, se as diferenças dos clientes forem respeitadas, a imagem do MD <u>será</u> significativamente <u>melhorada(...)</u> ”	“Marketing”

72)

Original	Tradução	Texto
“In this research, it emerges that the interviewed training customers <u>will</u> “not change” their preferences and wills (...)”	“Depreende-se desta investigação que os clientes de formação entrevistados “ <u>não irão mudar</u> ” as suas preferências e vontades (...)”	“Marketing”

Diferente estratégia foi seguida quanto aos excertos do texto “Marketing” que correspondiam a transcrições de entrevistas orais, e que apresentavam um registo muito coloquial e, como tal, mais propício a uma tradução usando a construção com o verbo “ir”, no presente do indicativo, seguindo de verbo no infinitivo, como pode ser observado no exemplo do quadro 73), ou a uma tradução usando uma forma do presente do indicativo, com o sentido de determinação do falante em concretizar algo, como se pode ver no quadro 74).

73)

Original	Tradução	Texto
“If training companies put there [DM] an e-mail, the contacts... interested people <u>will go and search</u> ”	“Se as empresas de formação incluírem [no MD] um endereço de correio eletrónico, os contactos... as pessoas interessadas <u>vão procurar</u> informação.”	“Marketing”

74)

Original	Tradução	Texto
“if people are interested, they <u>will go and search.</u> ”	“Se as pessoas estiverem interessadas, <u>tomam</u> a iniciativa e <u>pesquisam.</u> ”	“Marketing”

No texto “*Mansfield Park*”, a opção de tradução pela forma do futuro simples justifica-se pela formalidade associada ao texto literário, sendo este um dos poucos contextos em que a forma do tempo verbal do futuro simples se considera apropriada em termos de uso. Veja-se o exemplo que se encontra no quadro 75).

75)

Original	Tradução	Texto
“She <u>will</u> never <u>be</u> more to either than a sister (...)”	“(...) nunca <u>será</u> para eles mais do que uma irmã, (...)”	“ <i>Mansfield Park</i> ”

Por fim, o caso apresentado no quadro 76) configura uma ocorrência, rara nos textos que trabalhámos, de conjugação da expressão “*be going to*” com um verbo no infinitivo. É uma estrutura comum no discurso informal e tem, neste contexto, o sentido de concretização futura de uma intenção presente do locutor. A informalidade a que se associa a esta expressão é patente na contracção “*that’s*” e na opção pela expressão “*talk (about)*” em detrimento de uma colocação mais formal como “*address that subject*”. Por essa razão, para manter esse grau de formalidade, aliás típico de um texto vocativo como é o texto em causa, optámos por traduzir usando uma forma do verbo “ir” conjugado no presente do indicativo seguida do verbo “falar” no infinitivo.

76)

Original	Tradução	Texto
“And that’s what <u>we are going to talk</u> today.”	“E é sobre isso que vamos falar hoje.”	“ <i>Blog</i> ”

2.3.5 Conclusão

Da análise dos casos trabalhados ao longo do estágio, resulta que a solução de tradução mais frequente para exprimir o tempo futuro foi a que recorreu ao Futuro Simples e à construção “ir” + infinitivo. A primeira dessas opções explica-se pela circunstância de a língua escrita recomendar um registo mais formal, especialmente em textos de áreas de especialidade, face à língua oral. Por outro lado, a substituição do Futuro Simples pela construção “ir” + infinitivo ocorreu nos casos em que o registo era menos formal, por força das características do texto e do contexto em que a expressão surgia.

Apesar de constituir um meio comum de exprimir o futuro em português europeu, o uso do Presente do Indicativo não se mostrou muito adequado para exprimir o sentido do futuro no texto original. De facto, embora tenhamos incluído, com o intuito de demonstrar a variedade de formas na língua portuguesa de expressar o futuro, um caso em que o usámos na tradução, o seu uso no texto traduzido não era, na maioria das ocorrências, o mais apropriado. Por um lado, porque o futuro nos textos de partida não era acompanhado de adjuntos adverbiais que dessem lugar em português ao Presente do Indicativo com esse sentido, e, por outro, porque o carácter formal dos textos de partida aconselhou as estratégias atrás mencionadas.

CAPÍTULO V

FORMAS DE TRATAMENTO

1. Introdução

As formas de tratamento constituem um aspecto cultural que se reflecte no modo como os falantes usam a língua e que pode, por isso, levantar problemas na tradução se os sistemas de formas de tratamento forem diferentes nas línguas em confronto. No âmbito do trabalho realizado durante o estágio, esta questão colocou-se na tradução dos textos com uma expressão vocativa mais evidente, designadamente no “*Users xHTML*”, no “*Blog*”, no “*Developers*” e no “*Tutorials*”, bem como no excerto do texto literário que traduzimos, com uma função expressiva bem acentuada.

As formas de tratamento consistem em palavras ou expressões linguísticas que os falantes usam para apelar directamente a quem se querem dirigir, e têm como função discursiva a regulação eficaz das posturas do locutor e interlocutor (Cintra, 1972). Na base destas expressões encontram-se razões socio-comunicativas e razões de estruturação social, relacionadas com as fórmulas de cortesia vigentes numa dada sociedade (op. cit.).

O sistema actual de formas de tratamento da língua portuguesa é bem distinto do sistema existente na língua inglesa, e, porque nem sempre há uma correspondência directa entre as fórmulas de uma língua e as da outra língua, surge frequentemente um problema de tradução que cabe resolver, de forma a obter um texto adequado à língua de chegada.

O sistema inglês é bastante simples, comparado com o das línguas românicas. De facto, na variedade do inglês padrão (não considerando aqui variedades regionais), o pronome pessoal “*you*” designa a alocação na segunda pessoa, quer do singular, quer do plural, independentemente do grau de familiaridade ou formalidade entre os interlocutores, de hierarquia ou de reverência. Embora existam algumas situações em que o vocativo é usado pelo falante quando quer acentuar uma marca de proximidade ou de formalidade, indicando a categoria da pessoa a quem se dirige (exemplo: “*mate*”,

“*your honor*”), a situação mais frequente corresponde à utilização isolada do pronome pessoal.

Nisso se distingue das línguas românicas, e, em particular, do português europeu, cujo sistema de formas de tratamento apresenta uma complexidade maior relativamente quer às restantes línguas românicas quer à variedade brasileira do português. Com efeito, de acordo com Cintra (1972), o português europeu apresenta três categorias de formas de tratamento: os tratamentos pronominais (“tu”, “você”, “vocês”, “V. Ex.^a”, etc); os tratamentos nominais, que configuram uma especificidade do português europeu pela elevada frequência com que são usados (do género “o senhor”, “o senhor Dr.”, “o senhor Ministro”, “o pai”, “o António”, “o meu amigo”, “o patrão”); e os tratamentos verbais, que consistem na simples utilização da flexão do verbo como referência ao interlocutor. O que distingue o português das outras línguas latinas, no que concerne às formas de tratamento, é a divisão em três planos – as formas próprias de intimidade, as formas usadas no tratamento entre iguais, e as formas de reverência, – que se contrapõe à divisão em dois planos – o tratamento por “tu” no registo da intimidade e o tratamento por “você” no registo da cortesia – que caracteriza as restantes línguas latinas (Cintra, 1972), e que corresponde no fundo à distinção clássica entre o paradigma dos pronomes de solidariedade (o “tu”) e o paradigma dos pronomes de poder (o “você”), tal como enunciado por Brown e Gilman (1960) (*apud* Carreira, 2002). As formas de reverência ou de cortesia do sistema português contêm em si uma gradação que vai do menos ao mais respeitador.

No campo do tratamento formal, pode dizer-se que a forma da flexão verbal – ou seja, a utilização de uma forma verbal de terceira pessoa do singular em frases em que o sujeito não é realizado – constitui um grau neutro de deferência, entre o tratamento pronominal por “você”, não tão reverente, e o tratamento nominal por “V. Ex.^a”, “o Senhor”, etc, de elevado grau de formalidade. A questão para o tradutor está em como adaptar o “*you*” inglês para uma destas várias formas de tratamento, o que parte, necessariamente, de uma compreensão dos contornos de cada situação concreta. No caso de tratamento formal, a questão ganha outra delicadeza, pois é o tradutor então incumbido de traduzir o pronome inglês utilizando a forma de tratamento em português adequada ao contexto, sem cair no excesso de reverência ou no excesso de familiaridade.

2. Análise dos casos

No que diz respeito aos textos trabalhados no âmbito do estágio, para os casos referidos atrás de tratamento formal com um nível médio de cortesia, presentes, por exemplo, nos textos dos sítios da Internet, recorreremos, na maioria das situações, à utilização da flexão verbal, em frases sem o sujeito realizado, e dos possessivos de terceira pessoa, como se pode ver no quadro abaixo.

77)

Casos de flexão verbal		Texto
Original	Tradução	
“By taking advantage of the know-how in real-time technologies that we have put into our library and server-side Application Programming Interfaces, <u>you</u> will make your product more appealing (...)”	“Aproveitando os conhecimentos em tecnologias de tempo-real que inserimos na nossa biblioteca e em Interfaces de Programas de Aplicativos <i>server-side</i> , <u>poderá</u> tornar o seu produto mais apelativo (...)”	“ <i>Users xRTML</i> ”
“Realtime® is Server-side friendly With our Realtime Frameworks <u>you</u> can use our technology out of the box or fit it to your precise needs.”	“O <i>Realtime</i> ® é de utilização fácil do lado do servidor. Com as nossas <i>Realtime Frameworks</i> , <u>pode</u> usar a nossa tecnologia inovadora para se adequar às suas necessidades específicas. “	“ <i>Developers</i> ”
“But we know that <u>you</u> will probably think of even cooler features! “	“Mas sabemos que muito provavelmente <u>irá</u> pensar em características ainda mais atrativas!“	“ <i>About us</i> ”
“ <u>You</u> must then enable the module on a loadable position of your template.”	“ <u>Terá</u> depois de ativar o módulo numa posição gravável do seu modelo.”	“ <i>Blog</i> ”

Efectivamente, o estilo dos textos, em que predominam expressões coloquiais, metáforas e contracções, sugeria um registo mais familiar, que chocaria, em português, com o uso do tratamento nominal de “V. Ex.^{as}” ou mesmo de “o Senhor”. Optou-se, por isso, pela flexão verbal em frases sem sujeito realizado, a qual transmite um grau de cortesia e respeito adequado a qualquer situação, sem resultar numa reverência desadequada.

A opção pelo tratamento pronominal de “você” também foi equacionada, mas, fora as excepções enunciadas mais abaixo, não foi escolhida por causa da variedade pragmática que está associada a esta forma de tratamento. Com efeito, Carreira (2002), na linha de Hammermüller (1993) (*apud* Carreira, 2002), atribui ao pronome “você” funções variadas: função metalinguística; função desambiguadora (para assegurar a compreensão); função afectiva; função de distanciamento; função respeitadora (quando o interlocutor é considerado superior); uma função de igualdade (quando o falante e o interlocutor se encontram num plano de igualdade), e uma função de condescendência (quando o interlocutor é visto como inferior). Para evitar algum sentido mais desrespeitoso que poderia acompanhar o uso desta forma de tratamento, e recorde-se que, em muitos contextos discursivos, a função de condescendência é predominante (apesar da crescente tendência da função igualitária e respeitadora, especialmente nas gerações mais novas), optámos por, na maioria dos casos, não traduzir o “you” por “você”.

No entanto, houve casos em que decidimos usar o pronome “você” no texto em português. Esta situação verificou-se quando, devido à estrutura da frase, a construção de uma frase sem sujeito na terceira pessoa do singular não tornava claro a quem o autor se referia, se ao interlocutor, se a uma terceira entidade. Isto sucede porque a desinência verbal para a forma de tratamento formal é a da terceira pessoa do singular, criando, por isso, uma situação indesejável de ambiguidade. Assim, nos casos em que a utilização desta estratégia poderia conduzir a ambiguidade, optámos pelo tratamento pronominal “você”, que constituiu o chamado “você” desambiguador. Embora não tenha sido uma solução perfeita, pelas razões mencionadas atrás, cremos que o uso deste pronome não é, neste caso, desadequado, tendo em conta o estilo e o registo dos textos dos sítios da Internet, dado que o autor, quando se dirige ao leitor, procura como que uma síntese entre uma postura de cortesia e um clima de familiaridade. O tratamento pronominal de “você” é, aliás, usado com frequência em publicidade, sem que isso implique uma falta

de cortesia por parte do autor, e já fizemos referência em capítulo anterior ao carácter publicitário de alguns textos dos sítios em questão. Para além do mais, tendo em conta que os textos dos sítios são direccionados a um público-alvo específico, e especializado, pode mesmo acrescentar-se que o uso do pronome “você” não poderá nunca representar uma atitude paternalista ou condescendente, antes poderá indiciar um reconhecimento de que o leitor pertence à mesma classe dos profissionais criadores dos sítios, o que justifica o uso da forma de tratamento do chamado “você” igualitário.

Observemos, em seguida, os casos em que optámos pela utilização pela utilização do pronome “você”:

78)

Tratamento pronominal “Você”		Texto
Original	Tradução	
“So, the “x” in xRTML means the language is extensible, allowing <u>you</u> to add new features (...)”	“O “x” em <i>xRTML</i> respeita à extensibilidade, permitindo que <u>você</u> possa adicionar novos recursos.”	“ <i>About us</i> ”

79)

Tratamento pronominal “Você”		Texto
Original	Tradução	
“All shout boxes with the trigger named <i>blogShout</i> will receive your messages and <u>you</u> will receive theirs as well.”	“Todas as <i>shout boxes</i> com o disparador denominado <i>blogShout</i> receberão as suas mensagens e <u>você</u> receberá as deles também.”	“ <i>Blog</i> ”

Como se vê, no exemplo 78), a circunstância de os verbos das duas orações estarem ambos na terceira pessoa do singular poderia dar azo a uma certa confusão acerca da referência do sujeito, permitindo uma interpretação de referência disjunta ou uma interpretação de correferência, sendo esta última, neste caso, desadequada. Ou seja, ficaria a dúvida sobre quem pode adicionar novos recursos, se o leitor, se a tecnologia *xRTML*.

Por outro lado, no exemplo 79), a não realização do sujeito da oração coordenada conduziria a uma interpretação pouco clara. Uma vez que não existe uma relação de correferência entre os sujeitos das orações coordenadas (interpretação que, para além de ser desadequada, é, neste caso, inviabilizada pela presença de formas verbais distintas relativamente ao número), o sujeito da segunda oração deve ser realizado. Assim, novamente optámos pela sua realização através do pronome “você”.

No excerto do texto literário que traduzimos, ocorrem linhas de diálogo em que surgem também algumas formas de tratamento. Mais uma vez, no texto original em inglês, a forma resumia-se ao pronome “*you*”. Ora, na tradução para português, tivemos de encontrar um equivalente adequado que denotasse o grau de formalidade/cortesia/familiaridade ajustado à situação. Sendo que se tratava de um diálogo entre um homem de elevado estrato social e a sua cunhada, pertencente ao mesmo nível social, e uma vez que o registo desse mesmo diálogo era extremamente formal²³, entendemos que a forma de tratamento adequada seria o tratamento nominal de “o senhor”, por demonstrar, por parte da locutora, a reverência necessária para com o interlocutor.

80)

Forma de tratamento nominal		Texto
Original	Tradução	
(...) <i>you</i> shall have no trouble about it.”	“ <i>o senhor</i> não será incomodado com nada.”	“ <i>Mansfield Park</i> ”

Note-se que as formas de tratamento nem sempre se resumem apenas ao sujeito na oração. Podem reflectir-se, com efeito, igualmente no complemento directo, no complemento indirecto, ou num constituinte oblíquo. Nos casos de complemento directo, aplica-se a mesma solução que se pratica para com o sujeito, podendo-se optar, na tradução, por um tratamento nominal (como “o senhor”, “o engenheiro”, “o João”, “o senhor doutor”) ou por um tratamento usando um pronome clítico (como “te”, ou “o”).

²³ Recorde-se que, na obra em causa – *Mansfield Park* –, é retratada a alta sociedade britânica dos finais do séc. XVIII, inícios do séc. XIX, sendo que as formas de então eram caracterizadas por um grau de formalidade superior ao das da actualidade.

Quando constitui um complemento indirecto, por outro lado, as formas disponíveis são as nominais precedidas da preposição “a” (como “ao senhor”, “ao engenheiro”, “ao João”, “ao senhor doutor”), as formas clíticas (como “lhe”, “te”, “se”) e as formas de pronome tónico, estas acompanhadas necessariamente da preposição “a” (como “a si”, “a ti”). Finalmente, quando a forma de tratamento afecta constituintes com uma função oblíqua, existe igualmente a opção entre o uso de uma forma nominal (como “com o senhor” ou “para o João”) e o uso de uma forma pronominal (como “consigo / contigo” ou “para si / para ti”), que incluem necessariamente uma preposição.

Vejam-se, em seguida, alguns exemplos observados nos textos que trabalhamos.

81)

Formas de tratamento enquanto complemento		Complemento	Forma de tratamento na tradução	Texto
Original	Tradução			
“My dear Sir Thomas, I perfectly understand <u>you</u> , (...)”	- Meu caro Sir Thomas, compreendo-o perfeitamente	Directo	Pronominal clítico	“ <i>Mansfield Park</i> ”
““I thoroughly understand <u>you</u> ,” cried Mrs. Norris, “ <u>you</u> are everything that is generous and considerate (...)”	“Compreendo-o inteiramente, – bradou Mrs. Norris – tudo <u>em si</u> é generosidade e amabilidade (...)”	Directo (“o”) e Oblíquo (“si”)	Pronominal átono e pronominal tónico	“ <i>Mansfield Park</i> ”
“Where shall the child come first, sister, <u>to you</u> or to us?”	“A quem deverá a criança dirigir-se em primeiro lugar, irmã, a nós ou <u>a si</u> ?”	Indirecto	Pronominal tónico	“ <i>Mansfield Park</i> ”

<p>“This could be problematic so we added a versioning system, which allows <u>you</u> to use any number of different versions, starting from version 3.0.0.”</p>	<p>“Para evitar que isto se tornasse problemático, adicionámos um sistema de adaptação para versão, que <u>lhe</u> permite usar um número variado de versões diferentes, a contar da versão 3.0.0.”</p>	<p>Indirecto</p>	<p>Pronominal clítico</p>	<p>“<i>Blog</i>”</p>
---	---	------------------	---------------------------	----------------------

3. Conclusão

Embora não tenha representado um problema que se tenha levantado com grande frequência ao longo do trabalho que desenvolvemos durante o estágio, a questão das formas de tratamento colocou algumas dificuldades que tiveram de ser tidas em conta e resolvidas na tradução. De facto, como o sistema do inglês padrão apenas possui uma forma de tratamento pronominal “*you*” para todos os casos, houve que transpor essa forma única para uma das várias formas existentes no complexo sistema de formas de tratamento do português europeu. Nestes casos, como referimos atrás, a solução passa necessariamente por fazer uma apreciação do contexto discursivo sócio-linguístico em que as formas de tratamento surgem, de modo a definir o tipo de relação que se estabelece entre locutor e interlocutor no que ao grau de formalidade e cortesia diz respeito. A partir daí, torna-se então possível escolher a forma de tratamento, entre as várias existentes no sistema português, que se adegue mais ao contexto social e linguístico em causa.

Conclusão

O propósito deste Relatório foi definido no início como uma análise do trabalho realizado no Estágio e a apreciação de casos concretos aí ocorridos que apresentassem maior problematização. Procurou-se também fornecer um enquadramento teórico que pudesse sustentar mais eficientemente algumas das soluções praticadas na resolução desses casos concretos. Cremos que esse fim foi alcançado.

Qualquer relatório de estágio estará condicionado pelo trabalho que efectivamente passou pelas mãos do tradutor estagiário, e este não foi excepção. Por conseguinte, a relativa limitação de géneros de textos, no estágio, como que determinou, à partida, o tipo de questões abordadas ao longo do Relatório. Se a este factor adicionarmos a circunstância de os autores dos textos de partida não serem falantes nativos da língua inglesa, chegamos à conclusão, confirmada ao longo deste relatório, de que os textos de partida, com excepção do trecho da obra literária, apresentavam alguma pobreza linguística, ao nível não só da expressividade como também do tipo de construções usadas para transmitir a mensagem. Com efeito, em mais de uma ocasião, tornou-se patente a interferência da língua materna portuguesa na redacção do texto-fonte. Ora, toda esta situação colocou dificuldades particulares na tradução que julgámos pertinente abordar no Relatório.

Partindo das perspectivas mais actuais sobre a Tradução, procurámos demonstrar como a caracterização dos textos de partida, enquanto tarefa prévia à actividade de tradução, assume importância crucial. Através de uma apreciação das funções textuais e das sequências textuais predominantes, pode compreender-se de modo mais eficaz que género de texto está em causa, e, assim, assimilar mais eficientemente a finalidade que o autor quis prosseguir. Acresce que, quando se determina que o género em causa corresponde, rigorosa ou aproximadamente, ao protótipo do texto técnico, importa ter em linha de conta a funcionalidade do texto enquanto texto vocativo, dirigido a uma comunidade específica de leitores, o que, cremos, colocará à disposição do tradutor qualquer estratégia que seja necessária para preservar a transmissão da mensagem, mesmo que isso implique alterações sintácticas, lexicais ou estilísticas face ao texto original. Por outro lado, a linguagem especializada em causa determinará igualmente estratégias específicas, quanto à opção a tomar perante a ocorrência de termos.

Infelizmente, razões que se prendem com a escassez de tempo e a limitação de espaço não nos permitiram abordar mais questões de cariz sintáctico que os textos analisados levantaram. No entanto, pensamos que teremos conseguido fazer uma apreciação abrangente do trabalho realizado no estágio, discutindo e analisando algumas das soluções e estratégias por nós seguidas na tradução das muitas que pusemos em prática ao longo do Estágio.

Bibliografia

ADAM, J. M. (1987). Types de séquences textuelles élémentaires. In *Pratiques*. N. 56. Pp. 54-79.

ALMEIDA, Maria Clotilde (1999). A Arte de Ser Metáfora: Estudo Interlinguístico Português-Alemão de Índole Cognitiva. In *Polifonia*. Vol. 2. Pp. 59-74.

BASSOLS, Margarida & TORRENT, Anna M. (1996). *Modelos Textuales: Teoría y Práctica*. Barcelona: Octaedro.

BATISTA DA SILVA, Moisés (2006). Uma Palavra Só Não Basta: Um Estudo Especializado sobre as Unidades Fraseológicas. In *Revista de Letras*. Vol. 1 e 2. N. 28. Pp. 11-20.

BAUER, L. W. (2003). Situated Simulation in the Human Conceptual System. In *Language and Cognitive Processes*. Vol. 18(5-6). Pp. 513-562.

BEVILACQUA, Cleci Regina (2005). Fraseologia: Perspectiva da Língua Comum e da Língua Especializada. In *Revista Língua e Literatura*. Vol. 6 e 7. N. 10/11. Pp. 73-86.

BROWN, Roger & GILMAN, Albert (data). The Pronouns of Power and Solidarity. In SEBEOK, A. Thomas (Org.). *Style in Language*. Cambridge, Mass.: Mit Press. Pp. 253-276.

BUHLER, Karl (1965). *Die Sprachtheorie*. Jena: Fischer.

BYRNE, Douglas (2006). *Technical Translation: Usability Strategies for Translating Technical Documentation*. Dordrecht: Springer

CABRÉ, M. T., LORENTE, M. & ESTOPÀ, R. (1996). Terminología y Fraseología. In *Actas del V Simposio de Terminología Iberoamericana*. Ciudad de México: Colegio de México. Pp. 67-81.

CONTENTE, Maria Madalena Dias Marques (2008). *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*. Lisboa: Colibri.

CARREIRA, Maria Helena Araújo (2002). La Designation de l'Autre en Portugais Européen: Instabilités Linguistiques et Variations Discursives. In *Instabilités Linguistiques dans les Langues Romanes, Travaux et Documents*. 16. Pp. 173-184.

CASTRO, Miriam Buendía (2013). *Phraseology in Specialized Language and its Representation in Environmental Knowledge Resources*. Dissertação de Doutoramento. Universidad de Granada.

CINTRA, Luís F. Lindley (1972). *Sobre as "Formas de Tratamento" na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

CORREIA, Margarita Correia (1998). Neologia e Terminologia. In *Terminologia: Questões Teóricas, Métodos e Projectos*. Lisboa: Publicações Europa América. Pp. 59-74.

CORREIA, Margarita Correia (2005). Terminologia, Neologia e Normalização: Como Tratar os Empréstimos Neológicos. In *Revista Terminómetro, Número Especial: A Terminologia em Portugal e Países de Língua Portuguesa em África*. Pp. 15-20.

CUNHA, Celso & CINTRA, Luis F. Lindley (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.

DA SILVA, Ademar (1998). O Presente Futuro: Uma Questão Semântico-Discursiva. In *Alfa, São Paulo*. Vol. 42. Pp. 151-168.

DÍAZ FERRERO, Ana. Português y Español. La Traducción de la Semejanza. Disponível em : www.ugr.es/~dpto.ti/act/congresoICAJETI/res/archivos/Diaz.doc

FRASER, B. (1970). Idioms Within a Transformational Grammar. In *Foundations of Language*. Vol. 6. Pp. 22-42.

FREITAS, Tiago, RAMILHO, Maria Celeste Raminho & SOALHEIRO, Elisabete (2005). O Processo de Integração dos Estrangeirismos no Português Europeu. In MATEUS, M. H. e NASCIMENTO, F. Bacelar. *A Língua Portuguesa em Mudança*. Lisboa: Caminho. Pp. 37-49.

FONTANELLE, T. (1998). Discovering Significant Lexical Functions in Dictionaries Entries. In Cowie, A. P. (org.). *Phraseology, Theory, Analysis, and Applications*. Oxford: Clarendon Press. Pp. 189-207.

GOPFERICH, S. (1993). Die Translatorische Behandlung von Textsortenkonvention in Technischen Texten. In *Lebende Sprachen*. Núm. 2/93. Pp. 49-52.

GUTT, Ernst-August (1991). *Translation and Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell.

HAMMERMULLER, Gunther (1993). Ist die Portugiesische Anredeform O Senhor ein Nomen, ein Pronomen oder gar ein Pro-pronomen?. In SCHONBERGER, Axel & SCOTTI-ROSIN, Michael (Org.). *Einzelfragen der Portugiesische Sprachwissenschaft*. Frankfurt am Main: TFM/Domus Editoria Europea. Pp. 34-43.

HAUSMANN, F. J. (1979). Un Dictionnaire Des Collocations Est-il Possible?. In *Travaux de Linguistique et de Litterature*. Vol. 17(1). Pp. 187-195.

KINGSCOTT, G. (2002). Technical Translation and Related Disciplines. In *Perspectives: Studies in Translatology*. Vol. 10:4. Pp. 247-255.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1980). *Metaphors We Live By*. Chicago: C.U.P..

LANDERS, Clifford (2001). *Literary Translation: A Practical Guide*. Multilingual Matters.

LORENTE, M., BEVILACQUA, C.R. & ESTOPÀ, R. (2002). El Análisis de la Fraseología Especializada mediante Elementos de la Lingüística. In CORREA, M (org.). *Atas VI Simpósio da Rede Ibero-americana de Terminologia: Terminología, desenvolvimento e identidade nacional*. Lisboa: Colibri/ILTEC. Pp. 647-666.

MATEUS, M. H., BRITO, A. M., DUARTE, I., FARIA, I. H. (orgs) (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. 5ª edição revista e aumentada.

MCKEOWN, Kathleen R. & RADEV, Dragomir R. (2000). Collocations. In INDURKHYA, Nitin & DAMERAU, Fred J. (org.). *A Handbook of Natural Language Processing*. CRC Press, Taylor and Francis Group.

NEJAT, Murat Nement (1991). Translation and Style. In *Talisman, a Journal of Contemporary Poetry and Poetics*. Vol. Spring 6. Pp. 98-100.

NEWMARK, Peter (1988). *A Textbook of Translation*. New York/London: Prentice Hall.

NIDA, Eugene (1964). *Toward a Science of Translating*. Leiden: Brill

NORD, Christiane (1991). *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology, and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis*. Amsterdam/New York: Rodopi.

OLIVEIRA, Fátima (2003). Tempo e Aspecto. In Mateus, M. H, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria (orgs.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. Pp. 129-158.

PAIVA BOLÉO, M. (1965). O Problema da Importação das Palavras e o Estudo dos Estrangeirismos (em especial os Francesismos) em Português. In *O Instituto*. Vol. CXXVII, tomo II. Coimbra.

PINCHUK, I. (1977). *Scientific and Technical Translation*. London: André Deutsch.

QUIRK, Randolph, GREENBAUM, Sidney, LEECH, Geoffrey & SVARTIK, Jan (1984). *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: Longman.

REBELLO D'ANDRADE, Ana (1995). *As Palavras Importadas no Léxico da Decoração*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

REBELLO D'ANDRADE, Ana (2002). A Terminologia do Empréstimo Linguístico no Português Europeu: Uma Terminologia Ambígua?. In *Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto: CLUP. Pp. 35-44.

ROBINSON, Douglas (1997). *Becoming a Translator: An Introduction to the Theory and Practice of Translation*. London: Routledge.

RUIZ GURILLO, Leonor (1997). *Aspectos de Fraseología Teórica Española*. Valencia: Universitat.

RUNDELL, M. (2010). *Mcmillan Collocations Dictionary for Learners of English*. Oxford: Macmillan Publishers Ltd.

SIEPMANN, D. (2005). Collocations, Colligation and Encoding Dictionaries. Part I: Lexicological Aspects. In *International Journal of Lexicography*. Vol. 18(4). Pp. 409-443.

TOURY, Gideon (1995). *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

VAZ da SILVA, Ana Margarida Carvalho & VILAR, Guillermo (2004). Os Falsos Amigos na Relação Espanhol – Português. *Cadernos de PLE 3*, 2003. Pp. 75-96.

VERMEER, Hans J. (1989). *Skopos and Commission in Translational Action, Readings in Translation Theory*. Helsinki: Oy Finn Lectura Ab.

WERLICH, E. (1976). *A Text Grammar of English*. Heidelberg: Quelle & Meyer.

ZETHSEN, Karen Korning (1999). The Dogmas of Technical Translation – Are They Still Valid. In *Hermes, Journal of Linguistics*. N. 23. Pp. 65-75.

ZULUAGA, Alberto (1980). *Introducción al Estudio de las Expresiones Fijas*. Peter Lang Publishing.

Edições impressas de dicionários

Oxford Advanced Learner's Dictionary (2005). Oxford: Oxford University Press.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2003). Lisboa. Círculo de Leitores.

ANEXO: GLOSSÁRIO

A construção de um recurso de especialidade próprio, baseado na pesquisa efectuada, foi acompanhando a tarefa de tradução dos textos trabalhados ao longo do estágio, sendo constantemente enriquecido com novas entradas. O objectivo era a criação de uma base de dados que pudesse servir de auxílio em trabalhos futuros que se debruçassem sobre os mesmos domínios de especialidade tratados. Este glossário permitiria então, por um lado, poupar tempo em pesquisas futuras que versassem sobre a mesma área de conhecimentos, e, por outro, contribuir para a uniformização dos termos usados numa mesma área. Infelizmente, por limitação de tempo, não pudemos desenvolver o glossário tal como desejaríamos, com colunas dedicadas a observações, validação dos equivalentes noutras fontes, etc. Não se trata por isso de um glossário exaustivo de todos os termos encontrados, nem com toda a informação possível relativa a cada entrada. No entanto, cremos que a elaboração de uma base de dados pessoal, pelo tradutor, se torna imprescindível perante trabalhos de grande dimensão, como a tradução dos sítios *web*, que nos coube em mãos.

Original	Equivalente	Definição	Domínio de especialidade	Fonte	Data
algorithm	algoritmo	Conjunto finito de regras bem determinadas para a resolução de um problema, através de um número finito de operações.	Informática e processamento de dados	IATE	7.11.12
API	API	Software usado para proporcionar acesso às capacidades de um sistema operativo de comunicações.	Informática e processamento de dados	IATE	7.11.12
application programming interface	interface de programação de aplicativos	Conjunto de rotinas e padrões estabelecidos por um software para a utilização das suas funcionalidades por aplicativos que não pretendem	Informática e processamento de dados	Eur-lex ²⁴	7.11.12

²⁴ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0369:FIN:PT:PDF>

		envolver-se em detalhes da implementação do software, mas apenas usar seus serviços.			
authentication token	dispositivo de autenticação	Dispositivo físico eletrónico destinado a autenticar o acesso de um utilizador a determinados recursos informáticos (computadores, redes, serviços).	Sistema de comunicação	IATE	7.11.12
automation	automatização	Implementação de processos por meios automáticos.	Informática e processamento de dados	IATE	7.11.12
bandwidth	largura de banda	Medida da capacidade de transmissão de um determinado meio, conexão ou rede, determinando a velocidade com que os dados passam através desta rede específica.	Informática e processamento de dados	IATE	7.11.12
banner	faixa publicitária	Publicidade em forma de imagem gráfica utilizada numa página Web.	Informática e processamento de dados	IATE	7.11.12
	banda publicitária				
block code	código de bloco	Palavra codificada constituída por vários elementos.	Comunicação	IATE	7.11.12
bug	erro	Falha de concepção de um programa ou sistema informático que se manifesta por anomalias no seu funcionamento.	Informática e processamento de dados	IATE	7.11.12
build	construção	Versão operacional de um produto de suporte lógico que incorpora um sub-conjunto específico das capacidades que o produto final incluirá.	Informática e processamento de dados	IATE	7.11.12
building block	bloco de construção	Unidade individual ou módulo que é utilizado por programas ou módulos de nível superior.	Informática e processamento de dados	IATE	9.11.12

business market	mercado empresarial	Mercado de compra e venda de produtos ou serviços entre empresas.	Economia	linguee ²⁵	5.2.13
business-to-business	transacções empresas-empresas	Designação de um método de troca via Internet, em que os potenciais compradores são também empresas que adquirem bens e serviços vendidos por outras empresas.	Informática e processamento de dados	Fonte ²⁶	5.2.13
business-to-consumer	transacções empresas-consumidores	Designação de um método de troca via Internet, em que os compradores são os consumidores finais dos bens e serviços em causa.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
cascading style sheets (CSS)	cascading style sheets (CSS)	Linguagem de estilo utilizada para definir a apresentação de documentos escritos em uma linguagem de marcação, como HTML ou XML.	Informática e processamento de dados	Fonte ²⁷	8.2.13
click-through rate	taxa de cliques	O número de cliques num anúncio, dividido pelo número de impressões da página de anúncios que aparece quando um bloco de links é clicado, usado no Google no seu programa de Adwords e Adsense.	Informática e processamento de dados	Fonte ²⁸	9.11.12
client	cliente	Estações que solicitam a informação aos servidores, que são, por sua vez, as estações que têm os dados.	Informática e processamento de dados	IATE	8.11.12
client-side	do lado do cliente	Operação que é realizada pelo cliente na relação cliente-servidor que ocorre numa rede de computadores.	Informática e processamento de dados	Eur-lex ²⁹	8.2.13

²⁵

(http://www.portugaltelecom.pt/InternetResource/PTSite/PT/Canais/Sustentabilidade/compromissos/invest_desenvolvimento/)

²⁶ http://www.tradecom.pt/area_informativa/o_que%20e_b2b.asp

²⁷ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0529:FIN:PT:PDF>

²⁸ <http://www.sobre.com.pt/ctr-clickthrough-rate>

²⁹ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:032:0023:0028:PT:PDF>

CMS	SGC (Sistema de Gestão de Conteúdos)	Conjunto de computadores, que utiliza um tipo especial de sistema operacional classificado como sistema distribuído.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
CMS (configuration management system)	CMS (sistema de gestão de configuração)	Ferramenta integrada no projecto PCTE, destinada a apoiar o desenvolvimento e a evolução do suporte lógico, de um modo uniforme e consistente.	Informática e processamento de dados	IATE	29.10.12
coder	codificador	Uma pessoa que escreve a linguagem para programas informáticos, mas que não os elabora, nisso se distinguindo de um programador.	Informática e processamento de dados	IATE	7.11.12
community site	site comunitário	Plataforma que cria redes sociais entre pessoas que partilham interesses comum ou que pretendem estabelecer com outras pessoas relações na vida real.	Informática e processamento de dados	Eur-lex ³⁰	8.2.13
computer science	ciências informáticas	Área da ciência que estuda as técnicas, metodologias e instrumentos computacionais, que automatiza processos e desenvolve soluções baseadas no uso do processamento digital.	Informática e processamento de dados	Fonte ³¹	7.11.2012
conection	conexão	Associação estabelecida por um nível entre duas ou mais entidades do nível imediatamente superior para transferência de dados.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
console	consola	O terminal que detém mais controlo num sistema.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13

³⁰ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2006:024:0039:0051:PT:PDF>

³¹ <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20031009+ITEMS+DOC+XML+V0//PT&language=PT>

cookie	testemunho	Pequeno ficheiro enviado por um servidor da Web para um navegador, com o conhecimento deste ou não, que este guarda e lhe reenvia sempre que volta a aceder a esse servidor. Isto permite ao servidor do sítio Web reconhecer o utilizador, acelerando e facilitando a ligação, e rastrear o seu acesso ao mesmo.	Informática e processamento de dados	IATE	7.11.12
curly bracket	chaveta	Um tipo de carácter que é usado para agrupar itens tabulados ou como alternativa ao uso de parênteses para identificar expressões matemáticas.	Informática e processamento de dados	IATE	8.11.12
data reduction	redução de dados	Transformação de dados em estado bruto numa forma mais útil.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
data structure	estrutura de dados	Conjunto de dados e relação entre eles que representa o todo ou a parte de um constituinte.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
debug	depuração	Localização e eliminação de erros num programa informático.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
direct marketing	marketing directo	Técnica de comunicação que implica uma relação directa (por suporte escrito, áudio, visual ou audiovisual) entre o produtor ou o vendedor e o cliente, para fins de venda, prospecção, conquista ou fidelização da clientela.	Informática e processamento de dados; economia; marketing	IATE	5.2.13
display	visualizador	Componente de instrumentos que mostram sinais visuais.	Informática e processamento de dados	IATE	1.11.12
distance learning	ensino à distância	Processo de aprendizagem em que não se verifica interação presencial entre alunos e professor.	Informática e processamento de dados; educação	IATE	4.2.13

domain	domínio	Parte de uma rede de computadores em que os recursos de processamento de dados estão sob o mesmo controlo	Informática e processamento de dados	IATE	8.11.12
dummy	fictício	Característica de ter a aparência de algo sem ter a funcionalidade associada a esse algo.	Informática e processamento de dados	IATE	8.1.12
e-commerce	comércio electrónico	Comércio feito por via electrónica, designadamente a Internet, cujas duas principais componentes são as transacções de retalho, ou seja, de empresa a consumidor, e as transacções de empresa a empresa.	Informática e processamento de dados; economia	IATE	29.10.12
energy conservation	conservação de energia	Uso moderado no presente de recursos de energias não-renováveis para sustentar um uso numa data futura.	Ambiente; energia	IATE	5.2.13
energy conservation	economia de energia	Economia de energia obtida graças à eliminação do desperdício no consumo e de uma sua utilização mais eficiente, com a consequente redução da sua utilização total.	Ambiente; energia	IATE	5.2.13
environment	configuração/equipamento	Condições físicas à volta de uma instalação de computador, tais como o calor, a poluição, as vibrações, etc., que influenciam o <i>design</i> e a a operatividade de um sistema.	Informática e processamento de dados	IATE	5.2.13
fetch	pesquisa e carregamento	Localização de dados e respectivo <i>download</i> a partir de onde estão armazenados.	Informática e processamento de dados	IATE	9.11.12
field value	valor de campo	Designação dos dados que são inseridos num campo.	Electrónica; engenharia electrotécnica	IATE	9.11.12

financial services	serviços financeiros	Qualquer serviço bancário, de crédito, de seguros, de pensão individual, de investimento ou de pagamento.	Economia; área financeira	Fonte ³²	7.11.12
flag	bandeira	Um ou mais <i>bits</i> usados para armazenar um <i>bit</i> de informação.	Informática e processamento de dados; Eletrónica; Engenharia electrotécnica	IATE	7.11.12
	indicador				
header	cabeçalho	Conjunto de dados suplementar colocado no início de um código de um bloco de dados que está a ser armazenado ou transmitido.	Informática e processamento de dados	IATE	8.11.20
host	hospedeiro	Computador principal que funciona como um nó de referência numa rede de dados, permitindo que os terminais de níveis inferiores trabalhem através dele de modo a aceder a outros computadores e à respectiva armazenagem de informação.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
IDE (integrated drive electronics)	IDE	O padrão de interface de um disco rígido baseada no IBM PC ISA 16-bit bus mas também usada noutros PCs.	Informática e processamento de dados; Electrónica; Engenharia electrotécnica.	IATE	29.10.12
inheritance	herança	Uma forma de inferência capaz de deduzir novos factos, usando informação de relações associadas; forma especializada de implicação lógica em que um subtipo herda todas as propriedades do seu supertipo.	Informática e processamento de dados	IATE	6.11.2012
initialization	inicialização	Operações necessárias para começar um processo ou pôr uma máquina a trabalhar.	Informática e processamento de dados	Infopedia	7.11.2012

³² <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20090423+ITEMS+DOC+XML+V0//PT&language=PT>

input	entrada	Introdução de dados para processamento no computador ou num periférico, a partir de um dispositivo como o teclado ou um microfone; o conjunto dos dados introduzidos.	Informática e processamento de dados	Infopedia	8.2.13
instance	instância	Na linguagem SGML, os dados e a <i>markup</i> para uma hierarquia de elementos que se conforma à definição de um tipo de documento.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
integration	integração	Processo que consiste em combinar elementos de suporte lógico, elementos de equipamentos, ou ambos num sistema global.	Informática e processamento de dados	IATE	8.11.12
interface	interface	Fronteira partilhada entre duas unidades funcionais, definida pelas suas características funcionais, características físicas comuns de interligação, características dos sinais e outras características apropriadas.	Informática e processamento de dados	IATE	9.11.12
job title	cargo	Posição ocupada por colaborador no âmbito de uma empresa ou organização.	Humanidades, Emprego	IATE	6.2.13
job title	função	Conjunto de tarefas que compete ao colaborador de uma empresa ou organização desempenhar.	Humanidades, Emprego	IATE	6.2.13
key	chave	Um dígito ou dígitos usados para localizar ou identificar um <i>record</i> , mas não necessariamente anexado ao <i>record</i> .	Informática e processamento de dados	IATE	6.2.13
keyword	palavra-chave	Em recuperação de informação, palavra usada para indexar ou indicar a categoria da informação.	Informática e processamento de dados	IATE	9.11.12

landing page	página de destino	Páginas que geralmente são concebidas para campanhas de Google AdWords, pois permitem ao utilizador "aterrar" numa página específica acerca das palavras-chave e tema que acabou de pesquisar.	Informática e processamento de dados	Fonte ³³	8.2.13
latency	tempo de espera	Período de tempo entre o momento em que uma instrução da unidade de controlo inicia uma chamada dos dados e o momento em que começa a transferência efectiva.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
layout	implantação	O plano ou design globais, como gráficos, diagramas, formatos para colunas, visual de um documento, etc.	Informática e processamento de dados	IATE	8.11.12
	traçado				
	disposição				
link	hiperligação	Referência de algum ponto de um hipertexto para um ponto do mesmo ou de outro documento; uma tal referência é normalmente especificada de uma forma diferenciada do resto do hipertexto.	Informática e processamento de dados	IATE	8.11.02
	ligação				
	ligação hipertexto				
literal	literal	Átomo ou átomo precedido por NÃO.	Informática e processamento de dados	IATE	8.11.12
markup language	linguagem de marcação	Conjunto de códigos aplicados a um texto ou a dados, com o fim de adicionar informações particulares sobre esse texto ou dados.	Informática e processamento de dados	IATE	8.11.12
message relay	retransmissão de mensagens	O serviço através do qual um caller, seja um subscriber ou não, possa ditar uma mensagem no equipamento de gravação e requerer que seja reenviada para um número específico.	Comunicação	IATE	30.10.12

³³ http://www.webbase.pt/landing_pages_visao.html

module	módulo	a) Parte de um programa que pode ser considerado autonomamente para compilação, combinação com outros módulos e carregamento; b) Parte de um programa que é logicamente independente do resto.	Informática e processamento de dados	IATE	6.11.12
mother company	sociedade mãe	Sociedade que, por força da sua participação financeira, ou por qualquer outra razão, faz dela depender directa ou indirectamente uma outra empresa juridicamente independente .	Atividade económica, Direito	IATE	9.11.12
multiplexing	multiplexagem	Em transmissão de dados, é uma função que permite que duas ou mais fontes de dados partilhem um meio de transmissão comum de modo que cada fonte de dados disponha do seu próprio canal.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
name-space	espaço de nomes	Objecto dentro de um programa designado por um nome.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
node	nó	Qualquer dispositivo, inclusive servidores e estações de trabalho, ligado a uma rede.	informática e processamento de dados	IATE	9.11.20
open source	fonte aberta	Designa um <i>software</i> em relação ao qual os ficheiros de programa originais, usados para coligir as aplicações, se encontram disponíveis aos utilizadores para serem modificados e redistribuídos conforme os utilizadores queiram.	Informática e processamento de dados	Fonte: ³⁴	9.11.12
overlay	segmentação	Um segmento que não é mantido permanentemente em armazenamento interno.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13

³⁴ <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20021023+ITEMS+DOC+XML+V0//PT&language=PT>

path	caminho	Uma determinada pista(sequência de arcos contíguos)através de um gráfico de estados.	Informática e processamento de dados	IATE	7.11.12
private key	chave privada	Chave criptográfica que é conhecida apenas por um único proprietário e por ele é utilizada para decifrar uma mensagem de que é o destinatário (mensagem essa que deve ter sido cifrada com a correspondente chave pública), ou então para assinar digitalmente uma mensagem que quer expedir.	Informática e processamento de dados; Comunicação	IATE	8.2.13
protocol	protocolo	Conjunto de convenções e de regras estabelecido por organismos reconhecidos que governa o intercâmbio de informações entre unidades operacionais de um sistema de comunicações.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
push	"empurrar"	Sistema de distribuição de conteúdo da Internet em que a informação sai de um servidor para um cliente, com base em uma série de parâmetros estabelecidos pelo cliente, também chamado de "assinatura". Um usuário comum pode assinar vários tópicos de informação de um provedor de conteúdo e, a cada vez que uma nova atualização é gerada pelo servidor, essa atualização é "empurrada" para o computador do usuário. Esta forma de distribuição de conteúdo é distinta do uso comum da Web, uma vez que nesse caso a informação é procurada pelo usuário em um servidor. A forma mais conhecida de uso do push são as chamadas newsletters, que são artigos periódicos entregues via e-mail.	Informática e processamento de dados	Eur-lex ³⁵	<u>8.2.13</u>

³⁵ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:300:0001:0053:PT:PDF>

read only memory	memória só de leitura	Memória cujo conteúdo não pode ser modificado, excepto por um determinado usuário, ou quando operada sob condições especiais	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
read-write	leitura-escrita	Dispositivo de memória em que os dados podem ser escritos ou lidos	Informática e processamento de dados	IATE	6.11.12
receiver	recetor	Entidade que recebe parte de ou todo o conteúdo durante a transferências de dados de um ficheiro.	Informática e processamento de dados	IATE	6.11.12
relationship marketing	marketing relacional	Trabalho de marketing voltado para o relacionamento com clientes e fornecedores.	<i>Marketing</i> , Economia	Fonte ³⁶	4.2.13
routing	encaminhamento	Processo de determinar e definir o caminho que uma ligação ou mensagem seguirá através de uma rede " <i>switched</i> ".	Comunicação	IATE	29.10.12
RSS feed	fornecimento RSS	Conteúdo Web (normalmente baseado na linguagem XML) ou resumo de vários conteúdos com ligações para os conteúdos completos, habitualmente variáveis com o tempo, como é o caso das notícias em permanente atualização.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
run	executar	Acto de uma só execução completa de um programa de computador, ou um segmento contínuo, usada para completar uma ou mais tarefas para um único cliente ou aplicação.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.12

³⁶ <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19698>

semi-structured interview	entrevista semi-estruturada	Entrevista em que o investigador tem uma lista de questões ou tópicos a ser cobertos (guião de entrevista), mas a entrevista em si permite uma relativa flexibilidade.	Comunicação; Emprego	Eur-lex ³⁷	5.2.13
sender	emissor	Equipamento num terminal que emite sinal.	Informática e processamento de dados	IATE	5.2.13
skip	salto	Na execução de um programa de computador, é o abandono da ordem implícita ou declarada, segundo a qual as instruções seriam executadas.	Informática e processamento de dados	IATE	1.11.12
social network	rede social	Plataforma, serviço ou <i>site</i> online que se foca na criação de redes sociais e de relações sociais entre pessoas que partilham interesses.	Informática e processamento de dados	IATE	5.2.13
storage	armazenamento	Conservação de dados numa memória.	Informática e processamento de dados	IATE	26.10.12
template	modelo de apresentação	Forma de referência a partir da qual são criados objectos que apresentam características comuns.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
text-chat	conversação por texto	Designação de aplicações de conversação em tempo real.	Informática e processamento de dados	Fonte ³⁸	8.2.13
time out	tempo limite	Característica respeitante a um determinado acontecimento que devesse ocorrer após um período de tempo predefinido	Comunicação	IATE	9.11.12
time-to-market	colocação no mercado	A média de tempo desde a concepção inicial de um produto ou serviço até ao momento em que se tornam disponíveis no mercado.	Economia; Produção	IATE	8.2.13

³⁷ [http://eur-](http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=en&lng1=en,pt&lng2=bg,cs,da,de,el,en,es,et,fi,fr,ga,hu,it,lt,lv,mt,nl,pl,pt,ro,sk,sl,sv,&val=689655:cs)

[lex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=en&lng1=en,pt&lng2=bg,cs,da,de,el,en,es,et,fi,fr,ga,hu,it,lt,lv,mt,nl,pl,pt,ro,sk,sl,sv,&val=689655:cs](http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=en&lng1=en,pt&lng2=bg,cs,da,de,el,en,es,et,fi,fr,ga,hu,it,lt,lv,mt,nl,pl,pt,ro,sk,sl,sv,&val=689655:cs)

³⁸ <http://www.radmin.pt/products/radmin/>

trigger	disparador	Activação de processo originado por evento.	Informática e processamento de dados	IATE	9.11.12
tutorial	tutorial	Conjunto de instruções ou explicações relativas a um assunto específico	Informática	IATE/ Priberam	9.11.12
unique visitor	visitante único	Refere-se ao número de indivíduos que acedem a páginas de um website durante um período determinado, independentemente da frequência.	Informática e processamento de dados	Fonte ³⁹	8.2.13
URL	endereço URL	Endereço pelo qual documentos e outros recursos são conhecidos e acedidos na Internet.	Informática e processamento de dados	IATE	8.2.13
web browser	navegador web	Aplicação informática para visualização de páginas Web e navegação no espaço Internet.	Informática e processamento de dados	IATE	4.2.13

³⁹ http://www.webopedia.com/TERM/U/unique_visitor.html